



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ruy Rodrigues Machado

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal 1539 – 13100 – Campinas, SP

---

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XX — Nº 130**

**ISSN-0101-4919**

**ABRIL/JUNHO/1988**

---

## SUMÁRIO

### Artigos

- Valiosa contribuição à história ferroviária do Rio Grande do Sul. . . . . 87  
Odilon Nogueira de Matos
- Juiz de Fora entre dois séculos. . . . . 90  
Almir de Oliveira
- Balanco positivo de uma vida. . . . . 99  
Antônio Cândido
- “Trem Fantasma” . . . . . 103  
J. S. Witter
- Concubinato e Igreja . . . . . 106  
Maria Luiza Marcílio
- Percorrendo com Emil Farhat a saga dos imigrantes . . . . . 108  
Henrique Novak
- Perenidade de Tiradentes . . . . . 110  
Gilberto Emílio Chaudon
- Uma nova ótica para a Coluna Prestes . . . . . 117  
Maria Lúcia S. Rangel Ricci
- Réquiem para a Vila Kyrial . . . . . 119  
Everardo Tibiriçá

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO  
DA FÂU - P U C C

Notas biográficas sobre Derly A. Chaves. . . . .	124
Sebastião Gomes de Campos	
Ibrahim Nobre: 100 anos . . . . .	127
Henrique L. Alves	
O coronelismo: uma nova abordagem. . . . .	129
José de Ribamar C. Caldeira	
O Encantado Espírito das Roupas. . . . .	132
Jurandir Ferreira	
<b>Registro Bibliográfico.</b> . . . .	134
<b>Periódicos</b> . . . . .	143
<b>Noticiário</b>	
Mártires das reduções jesuíticas nos altares . . . . .	146
Peter L. Eisenberg . . . . .	148
Bauru pesquisa sua história . . . . .	148
Perde a "Campinense" o seu fundador. . . . .	150
Preservando a memória de Santa Cruz . . . . .	151
Paulo C. Florençano. . . . .	153
<b>Um pouco de Música</b>	
Nomes parecidos que geram confusão . . . . .	155
Erros de tradução que deformam . . . . .	156
<b>Memória Campineira</b>	
A Abolição nas ruas de Campinas . . . . .	158
<b>Textos</b>	
Influência dos municípios. . . . .	162
Joaquim Felício dos Santos	
Lei do esquecimento . . . . .	163
Otto A. Piper	
<b>Vultos da Historiografia Brasileira: Mário Melo.</b> . . . .	165
<b>Seleta</b>	
Origens do nativismo pernambucano . . . . .	170
Mário Melo	
<b>Rabiscos de um escrevinhador</b>	
Do jornal ao livro . . . . .	174
As memórias de Dante de Laytano . . . . .	175
A propósito da "Campiniana" . . . . .	176
Ferrovias frustradas . . . . .	177
Um mestre inesquecível . . . . .	178
"Olhando o passado..." . . . . .	179
Odilon Nogueira de Matos	

## VALIOSA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA FERROVIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Odilon Nogueira de Matos

A bibliografia relativa às ferrovias brasileiras já é bastante numerosa. Ocorre, entretanto, que grande parte do que existe é constituída de obras técnicas, quase sempre de engenheiros responsáveis pela própria construção das estradas, ricas de informações, às vezes excessivamente pormenorizadas, mas que pouco podem interessar aos que pretendem ver nas ferrovias mais que um simples meio de transporte, desintegradas das regiões percorridas ou da conjuntura social e econômica em que devem ser inseridas. Longe de nós, com esta observação, negar mérito aos trabalhos dos ilustres engenheiros, quase todos nomes significativos de nossa história ferroviária, e que durante tantos anos foram os que se interessaram pelo estudo da estrada de ferro no Brasil: Cristiano Ottoni, Ewbank da Câmara, Francisco Picanço, Lassance Cunha, André Rebouças, Adolfo Pinto, Emílio Schnoor, Palhano de Jesus, José Luiz Batista, Moacyr Silva, Nascimento Brito e tantos outros mais. Seus livros permanecem fontes preciosas para o estudo da implantação das ferrovias em nosso país.

Historiadores, geógrafos, sociólogos e economistas custaram um pouco a “descobrir” as estradas de ferro. Quando, há quase meio século, elaboramos modesto ensaio apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis, em 1940, e no qual pretendemos mostrar, em linhas gerais, a correlação entre o desenvolvimento da rede ferroviária paulista com a expansão do café, nada encontramos na bibliografia então existente, que pudesse, de longe sequer, indicar-nos o caminho a seguir. Acabamos realizando trabalho pioneiro. E ao retomarmos o assunto, trinta anos mais tarde, para o que veio a ser o livro **Café e Ferrovias** (1973), constatamos que a situação, do ponto de vista bibliográfico, pouco havia mudado. Aparecera, isto sim, mas com referência apenas ao Nordeste, o excelente livro de Estevão Pinto sobre a **Great Western** e, alguns anos depois, a obra de Fernando de Azevedo sobre a **Noroeste do Brasil**, esta, contudo, ressentindo-se da falta de conhecimento direto da região por parte de seu ilustre autor. Mas a “descoberta” a que nos referimos, não tardou em produzir resultados satisfatórios e hoje a bibliografia ferroviária pode oferecer algumas obras significativas que atendem mais ao espírito da historiografia moderna e nas quais os dados pu-

ramente técnicos dos velhos autores cedem lugar a uma compreensão exata do papel das ferrovias na conjuntura de tempo e espaço em que elas surgiram.

Neste contexto, insere-se o livro de José Roberto de Souza Dias. Talvez tenhamos alguma responsabilidade no seu interesse pelas ferrovias, pois freqüentou ele um curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo, no qual procuramos despertar em nossos jovens colegas o interesse por assunto sobre o qual havíamos acabado de publicar um livro. José Roberto de Souza Dias, na época vinculado ao Rio Grande do Sul, fez das ferrovias sul-riograndenses o campo de trabalho para a sua carreira: a Estrada de Ferro de Novo Hamburgo, a primeira ferrovia gaúcha, para o mestrado; e a ferrovia de Porto Alegre a Uruguaiana, para o doutorado. Acompanhamos de perto a elaboração de ambos, participando, inclusive, da comissão examinadora de seu doutorado. Quantas e quantas vezes nos reunimos para a troca de idéias, ocasiões em que o jovem pesquisador fazia questão de nos mostrar o andamento de suas pesquisas. Nestas, revelou sempre capacidade e compreensão para a necessária triagem das fontes, coisa que nem todos os historiadores sabem fazer. E as fontes que utilizou foram, por isto mesmo, as mais seguras, permitindo-lhe vislumbrar com discernimento o quanto a história ferroviária do Rio Grande do Sul tem de diferente das de outras regiões do Brasil.

“A Viação Férrea do Rio Grande do Sul não nasceu do ocasional e sucessivo aglomerar de estradas, mas foi fruto de um projeto solidamente fundamentado e que se transformou em realidade ao longo das últimas décadas do século XIX e em inícios do atual”. E foi este “projeto solidamente fundamentado”, elaborado pelo Engenheiro Ewbank da Câmara, que o autor tomou como viga mestra de seu belo estudo. Do vasto painel ferroviário gaúcho, José Roberto de Souza Dias deu maior ênfase, com toda a razão, à Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, “espinha dorsal” do projeto original, de cuja implantação dependia o próprio futuro da rede sulina. A essa “primeira hipótese”, acrescentou o autor outras duas, relativas aos capitais investidos nas ferrovias gaúchas: “A ausência de capitais e de tecnologia no país, fez com que se proporcionasse uma remuneração atraente para os grupos estrangeiros interessados nesse investimento e sem os quais qualquer iniciativa seria inviabilizada”, observando, ainda, que “apesar dos britânicos terem sido os responsáveis pela construção da primeira ferrovia gaúcha, não assumiram um papel predominante no conjunto dos investimentos estrangeiros no Estado sulino, pois canalizavam seus recursos, majoritariamente, para a região sudesde do país, investindo em quase todas as atividades da economia. Abriam espaço, em consequência, para a entrada de capitalistas de outros países, com destaque, no setor ferroviário rio-grandense, para belgas e norte-americanos”.

Seu trabalho alcança até 1920, quando a encampação colocou um ponto final ao período em que a Viação Férrea operou sob controle e

responsabilidade da “Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil”. E remata o autor: “Apesar de todas as dificuldades enfrentadas e da precariedade dos serviços prestados, a rede da Viação Férrea cumpriu seu papel como elemento transformador da paisagem sócio-econômica do Rio Grande do Sul”.

Quem quer que observe, ainda que superficialmente, uma carta do Rio Grande do Sul, não deixará de perceber a importância da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, atravessando todo o Estado e interligando-se a outras linhas, dentro de um plano bem elaborado, do qual resultou toda a malha ferroviária gaúcha. Percebeu o valor desse empreendimento o Engenheiro Ewbank da Câmara, em seu trabalho publicado em 1875, talvez o primeiro grande estudo de nossa história ferroviária. Atendendo para a importância desse trabalho, elaborou o Professor José Roberto de Souza Dias a magnífica monografia que o leitor tem agora ao seu alcance e que constituirá doravante peça capital da bibliografia ferroviária brasileira. Elaborado, como se disse, como trabalho de grau universitário, seria uma pena se seu conhecimento ficasse restrito àqueles que o examinaram ou a alguns poucos amigos aos quais o autor pôde oferecer um exemplar. Agora, tirado em livro, seguirá sua carreira e poderá, por certo, estimular a outros que façam, com relação a outros Estados, trabalhos desta mesma natureza.

(Prefácio ao livro de José Roberto de Souza Dias, **Caminhos de ferro no Rio Grande do Sul**. São Paulo, Editora Rios, 1986)

## JUIZ DE FORA ENTRE DOIS SÉCULOS

Almir de Oliveira

Quando se fundou a Faculdade de Direito de Juiz de Fora (1913), esta cidade era o principal centro econômico, social e cultural de Minas Gerais. Ostentava situação econômica de singular prosperidade, que se firmara na segunda metade do século XIX e lhe valera a elevação a sede de município em 1850 e à categoria de cidade em 1856. Em 1876, era feita comarca.

Até o final daquele século, tivera por principal suporte de sua economia a lavoura cafeeira, secundada pela pecuária. Era uma economia vigorosa, representada por fazendeiros que vieram a merecer do Imperador D. Pedro II distinções nobiliárquicas, indício seguro da importância de suas atividades e do prestígio que delas resultava perante a corte. O fenômeno era comum a outras cidades do vale do Paraíba do Sul, onde vicejavam grandes fazendas ao influxo do café, que levaram seus proprietários à baronia.

A riqueza desses “barões do café.. produziu o desenvolvimento da cidade.

Foi a importância dessa economia que inspirou Mariano Procópio Ferreira Lage a criar, sob os auspícios do Imperador, a Companhia União e Indústria com o objetivo de construir e explorar a excelente rodovia desse nome, que ligou Juiz de Fora a Petrópolis, e, pois, ao Rio de Janeiro, para onde escoava a maior parte da produção agropecuária da região e de onde subiam para as Minas Gerais os recursos necessários ao seu desenvolvimento econômico e social.

No plano de Mariano Procópio incluiu-se a vinda de apreciável contingente de agricultores e artífices alemães para o município, contratados diretamente pela Companhia na pátria de origem: os primeiros, para constituírem a Colônia Dom Pedro II, nas imediações da cidade; os segundos, para servirem na Companhia em diversas especialidades, desde a construção da estrada até a manutenção do serviço de transporte a que se propôs a empresa. Essa imigração quase triplicou, de pronto, a população local, como anotou Luiz José Stehling.<sup>1</sup>

(1) Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães; edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979, págs. 161/163.

Mais tarde, em razão do vigor da economia da região, e ainda por iniciativa de Mariano Procópio, a Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil) estendeu seus trilhos até aqui, favorecendo ainda mais a comercialização dos produtos regionais e dando mais impulso ao progresso local.

O desenvolvimento do município era acelerado. A cidade de Juiz de Fora tornara-se o centro de convergência de toda a Zona da Mata de Minas Gerais, por onde se expandia a lavoura do café. Aqui se concentrara expressivo comércio atacadista, no qual se abasteciam os principais centros comerciais mineiros.

Ao comércio, seguiu-se a indústria. Em 1865, fundou-se a Fundação Kascher; em 1874, a Fábrica de Máquinas e a Fundação George Grande; em 1877, o Curtume Kranbeck; em 1878, a cervejaria José Weiss e a Fábrica de Móveis Corrêa & Corrêa; em 1886, a Torrefação de Café de Bernardino de Oliveira e a S.A. Henrique Surerus; em 1885, a Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, que empregaria, pela primeira vez, na cidade, a energia hidrelétrica para mover motores industriais.

Era o prelúdio de uma nova era. Em 1888, Bernardo Mascarenhas, homem de larga visão e espírito pioneiro, reuniu capitalistas locais e fundou com eles a Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas. Ao mesmo tempo, fundou a Companhia Mineira de Eletricidade, a primeira empresa, no gênero, na América do Sul, a utilizar a energia hidrelétrica para iluminação pública e particular, e para fornecimento à indústria de terceiros. Este fato estimulou o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora.

Novas indústrias surgiram: em 1889, a de panificação de Falci & Cia. e a Mecânica Mineira; em 1892, a Fábrica de Ladrilhos Pantaleone Arcuri; em 1894, a Cervejaria Dois Leões; em 1896, a Fiação e Tecelagem Meurer; em 1897, a Medeiros & Martins; em 1899, a Fábrica de Pregos São Nicolau; em 1900, a Empresa de Laticínios Brasil.

O comércio acompanhava a indústria na sua expansão. Tão expressivo era que, em 1897, fundava a Associação Comercial, a primeira do Estado, que reunia o quanto havia de mais representativo no mundo mercantil juiz-forano: atacadistas, que atendiam tanto aos varejistas locais quanto aos de toda a Zona da Mata mineira e outras localidades do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.<sup>2</sup>

Esse surto de progresso econômico fez surgirem o Banco Territorial e Mercantil em 1887, o Banco de Crédito Real em 1888 e o Banco

(2) Eram 118 armazéns de secos e molhados, 47 casas de fazendas e armarinhos, 11 farmácias, 9 ouriversarias, 15 lojas de calçados, 18 alfaiatarias, 4 frutarias, 22 bottequins, 7 açougues, 7 padarias, 7 charutarias, 17 hotéis, 11 hospedarias, 9 construtoras, 11 guarda-livros, 11 barbearias, 5 serralharias, 8 latoarias e funilarias, 8 fábricas de cerveja, 6 colégios, 21 médicos e 33 advogados. Para uma cidade de 30 mil habitantes, isso era notável.

Popular de Minas em 1891. O primeiro e o terceiro tiveram vida efêmera naquela época de aventuras financeiras, que resultaram no “encilhamento”. O segundo pertence hoje ao Estado de Minas Gerais.

Foi tão acelerado o progresso industrial da cidade, que, em três anos, se esgotara a produção de energia elétrica da Cia. Mineira de Eletricidade, obrigando-a a instalar mais um gerador, que lhe aumentou a capacidade de fornecimento. E, em 1896, a empresa era levada a aumentar novamente sua produção, para o que instalava nova usina. Em oito anos a potência da CME passava de 125 kw para 600 kw. Era um imperativo do progresso econômico da cidade, cujo parque industrial recebia novos estabelecimentos, que iam fazendo de Juiz de Fora um dos mais expressivos centros fabris do país.

Em 1895, Lindolfo Gomes dizia que Juiz de Fora era “incontestavelmente a mais bela, a mais industrial, a mais progressiva do rico e populoso Estado de Minas”, acrescentando: “é uma cidade essencialmente cosmopolita e caminha aceleradamente, progredindo, progredindo espantosamente”. O então jovem jornalista concluía: “E a fumarada das fábricas, o borborinho das ruas, o rodar ruidoso dos carros, a grita dos apregoadores enche-nos consoladoramente de animação e suaviza-nos as horas insípidas do trabalho”.<sup>3</sup>

Essa imagem se engrandeceria daí por diante, até o final da terceira década do século XX.

Esse pujante desenvolvimento econômico, de amplo lastro industrial, explica, sem dúvida, o fato de Juiz de Fora não ter sofrido o impacto negativo da abolição da escravatura, na mesma medida em que o sofreram outras cidades, que tinham por suporte a economia agrária movida pelo braço escravo, nas quais não se instalara a indústria com o trabalho assalariado. O nascimento da indústria juiz-forana precedera a crise da extinção do regime servil. Enquanto as fazendas se esvaziavam com a evasão dos negros libertados, as fábricas se enchiam para a formação do proletariado urbano. Esse brilhante progresso econômico haveria de ser o sustentáculo do desenvolvimento cultural da cidade. O século XIX encerrava-se com Juiz de Fora a mudar sua fisionomia econômica e social: os “barões do café” iam cedendo lugar aos “capitães de indústria”, enquanto o trabalhador assalariado substituía o escravo.

O desenvolvimento industrial prosseguiria pelo século XX, com o advento de novos estabelecimentos: em 1903, a indústria gráfica de G. Hermann Erhardt; em 1905, a Fábrica de Calçados de José Setta; em 1906, a Cervejaria Germânica; em 1907, a Fábrica de Aniagem e Sacos e a Tecelagem de Malha Stiebler; em 1908, a Fábrica Santo Antônio; em 1909, a

(3) Em *Almanaque de Juiz de Fora*, 1896, p. 11.

Cia. de Laticínios Juiz de Fora e a Cia. Fiação e Tecelagem Morais Sarmiento; a Fábrica Mineira de Gesso Crê e a Fábrica de Laticínios J. R. Ladeira; em 1912, a Litografia e Estamparia Mineira e a Mecânica Central; em 1914, a Cia. Fabril de Juiz de Fora e a Cia. de Fiação e Tecelagem Santa Cruz.

Esse crescimento industrial constante, com suas projeções sobre outros setores econômico-sociais, estimulava o desenvolvimento demográfico e exigiu da Cia. Mineira de Eletricidade a ampliação de sua capacidade de produção. “Pressentindo para breve o esgotamento total da Usina 1 dos Marmelos, logo em 1911 — escreve o Prof. Henrique J. Hargreaves — projetou-se novo aproveitamento da referida corredeira, ou seja a Usina 2 dos Marmelos, que contaria com quatro geradores trifásicos de 600 kw cada um, isto é, um aumento correspondente a duas vezes a potência instalada até 1910. Quatro anos depois (1915) entraram em funcionamento das duas primeiras unidades do grupo”<sup>4</sup> As exigências do desenvolvimento prosseguiram, de tal sorte que, “terminada a construção da Usina 2 dos Marmelos, atacaram-se os estudos para a instalação da Usina 3 da Paciência, que deveria produzir um aumento de mais de 2.700 kw, por meio de dois grupos geradores de 1.300 kw cada um”<sup>5</sup>.

Juiz de Fora era o que hoje se denomina um polo de desenvolvimento. Estava ligada a um grande número de localidades de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo por estradas de ferro e de rodagem. É Albino Esteves quem informa: “O município está em comunicação rápida e perfeita com todos os Estados da União, capitais de Minas, da República, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dispondo para esse fim de estradas de ferro e de rodagem e trechos de rios navegáveis.”<sup>6</sup> As ferrovias eram a Leopoldina Railway, a Central do Brasil, a Rio das Flores e a Juiz de Fora-Lima Duarte, em parte inaugurada ao tempo dessa informação. As rodovias eram várias, pela Zona da Mata e tinham como principal a **União e Indústria**. Com tais recursos, para Juiz de Fora convergem interesses não só econômicos, mas de toda ordem, enquanto sua rede escolar atraía pessoas de toda parte. Desenvolvia-se aqui uma população otimista e dinâmica.

O século XIX ia pela metade, quando o Barão de Bertioga — o fazendeiro José Antônio da Silva Pinto — fundou o primeiro teatro da então vila de Santo Antônio do Paraibuna, o Teatro da Misericórdia (1859). Tinha por finalidade imediata obter recursos para a manutenção da Santa Casa, também de sua fundação. Em 1867, os irmãos Carlos Otto e Antônio Amálio Halfeld fundaram o Teatro Perseverança, para substituir o da Misericórdia, que estava em decadência.

(4 e 5) **A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para a instalação de novas indústrias**, em “Rev. do Instituto Hist. e Geogr. de Juiz de Fora”, nº 6, 1971, p. 99.

(6) Em **Álbum do Município de Juiz de Fora**, 1915, p. 108.

Albino Esteves, o primeiro historiador do teatro juiz-forano, assinala que, desde 1874, a cidade era freqüentada por companhias teatrais de renome na Capital do Império, que tinham fácil acesso a Juiz de Fora pela Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Estrada União e Indústria, a rodovia que merecera elogios de ilustres viajantes estrangeiros, a partir de Agassiz. Procuravam-na empresários da categoria de Ismênia Santos, Ermete Novelli e Vicente Carbonell, atraídos “pela fama de opulência, progresso e cultura”, como assinala José Rangel em seu livro de memórias **Como o tempo passa...**<sup>7</sup> Mais tarde, o Teatro Novelli, que teve esse nome em homenagem a Ermete Novelli, seria o palco onde representariam “os maiores artistas que vieram em certo período em excursão pelo Brasil, companhias de óperas, de operetas, de revistas, de comédia, de zarzuelas, nacionais e estrangeiras” — conta ainda José Rangel.<sup>8</sup>

O teatro ensejou “o aparecimento de uma literatura apreciável no gênero, da qual participavam poetas e prosadores aqui radicados e arrancaria aos cronistas e poetas locais homenagens vibrantes, e, às vezes, engraçadas às companhias, especialmente às atrizes, às quais dedicavam crônicas e versos, que eram, muitas vezes, expressão da corte que lhe faziam”.<sup>8</sup> Era o modo de ser daquele fim de século. Dentre esses escritores, vale lembrar Oscar da Gama, Antônio da Costa Maia, Luiz de Oliveira, Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, Azevedo Júnior, José Rangel e Artur Pena.

A imprensa local surgiu na década de 70 do século passado com o semanário “O Imparcial”, editado pelo advogado Francisco de Assis Mendes Ribeiro, que o substituiu, seis meses depois, pelo “Constituinte”, defendendo idéias republicanas inspiradas na Convenção de Itu, de 1873. No ano seguinte, passou a circular aqui “O Pharol”, fundado em Paraíba do Sul por Thomaz Cameron, jornal de idéias liberais, cuja influência se exerceria por várias décadas em Minas Gerais.

A atividade jornalística em Juiz de Fora foi intensa. Nela participavam advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas, sacerdotes, professores e políticos, todos a desenvolverem na cidade significativa atividade cultural, enquanto participavam, quase todos, do magistério secundário e superior da cidade, onde os grêmios literários despertavam vocações que viriam a manifestar-se mais tarde no terreno das letras.

Em 1913, circulavam aqui cinco jornais diários: “O Pharol”, “Jornal do Commercio”, “Correio de Minas”, “Diário do Povo” e “Diário Mercantil”. Circulavam, ainda, o bissemanário “Lar Católico”, os mensais “O Lince”, “Revista Médica de Minas Gerais”, “Revista de Ensino Mineiro”, “Minas Espírita”, “O Inominável”, “O Sarilho”, “Marília” e “A

(7) Pág. 49.

(8) Almir de Oliveira — **Poetas e prosadores de Juiz de Fora**, 1950, págs. 11/12.

Miragem”; o semanário “Segunda-feira” e o anuário “Almanaque de Juiz de Fora”.<sup>9</sup>

Daqueles jornalistas, que acumulavam as atividades do jornal com outra profissão e o magistério, alguns vieram a compor os corpos docentes das duas primeiras escolas superiores da cidade — a de Farmácia e Odontologia e a de Direito. Alguns deles teriam projeção no Estado e fora dele, como Constantino Luiz Paletta, que foi deputado à Assembléia Constituinte de 1891; João Nogueira Penido (pai), que foi deputado estadual em 1881, 1885 e 1889 e deputado federal em 1894 e 1897; Luiz Arthur Detzi, que foi deputado federal em 1894 e 1897; Francisco Valadares, que foi deputado estadual em 1907 e 1911, chefe de polícia do Distrito Federal e deputado federal em 1921, 1924, 1927 e 1930; Francisco Augusto Pinto de Moura, que foi deputado estadual em 1915; Mário Matos, que foi deputado estadual em 1924, deputado federal em 1930, Secretário do Interior de Minas em 1933 e desembargador em 1938; João Luiz Alves, que foi deputado estadual de 1899 a 1902, deputado federal em 1918, secretário das finanças de Minas de 1918 a 1922, ministro da Justiça de 1922 a 1924, senador pelo Espírito Santo de 1908 a 1918 e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1925; João Nogueira Penido Filho, que foi deputado federal de 1900 a 1903 e de 1909 a 1930; e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que foi deputado estadual, senador estadual, deputado federal, secretário de Estado, ministro de Estado, senador federal, presidente do Estado de Minas Gerais, presidente da Assembléia Constituinte de 1933, uma das mais ricas vidas políticas de Minas Gerais; Albino Esteves, Belmiro Braga, Lindolfo Gomes e Gilberto de Alencar, que foram literatos de renome, como Heitor Guimarães, que recebeu o título de “Príncipe dos jornalistas mineiros”. Outros, embora não tivessem projeção para além dos limites municipais, aqui exerceram forte influência, como Eduardo de Menezes, médico, professor, literato, cientista, um dos maiores nomes da história local; Machado Sobrinho, João Massena, Estevam de Oliveira, Oswaldo Velloso, homens de letras e educadores; e Dilermando Cruz, poeta e jurista.

A essa elite cultural e política, que ainda aguarda seu historiador, juntaram-se intelectuais de fora, como, por exemplo, Sílvio Romero e Mário de Lima, que ilustraram a imprensa local. Foi essa elite que fundou, em 1909, nesta cidade, a Academia Mineira de Letras.

Advogados e médicos, farmacêuticos e dentistas, professores e jornalistas não tinham preocupações de ordem estritamente profissional. Interessava-lhes igualmente o desenvolvimento cultural de suas próprias categorias, assim como da comunidade em que viviam. Assim é que, em 1889, se fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia, com a finalidade de

(9) Almir de Oliveira — *A Imprensa em Juiz de Fora*, 1981.

“concorrer para o progresso das ciências supra indicadas (a Medicina e a Cirurgia) e para cultivo intelectual de seus membros”, assim como para “estudar as causas permanentes ou transitórias da insalubridade da cidade”. Era bem o espírito de Eduardo de Menezes, e suas preocupações, estampados no estatuto. Em 1893, fundou-se o Instituto Jurídico Mineiro como um centro de estudos do Direito “no seu mais amplo desenvolvimento, nas suas aplicações práticas e comparação com os diversos ramos da legislação estrangeira”, tal como dispunha seu estatuto. Era uma instituição pioneira no Estado, que se propunha, também, prestar assistência “aos miseráveis que sofrerem constrangimento ilegal ou estejam sujeitos a processo criminal”. O Instituto Jurídico Mineiro surgia em Juiz de Fora cinquenta anos depois do Instituto dos Advogados Brasileiros, fundado no Rio de Janeiro em 1843 com finalidades científicas. O mesmo espírito inspirou o de Juiz de Fora, que se acrescentou uma tarefa que a Ordem dos Advogados do Brasil, criada em 1930, haveria de atribuir aos seus filiados e sob sua jurisdição. Os advogados de Juiz de Fora preparavam o terreno para a organização, aqui, dos estudos jurídicos.

O ensino amanhecera com as primeiras formações urbanas. Antes de 1846, como assinala Paulino de Oliveira, “não há notícia da existência de escola primária, pública ou particular”. O historiador escreve, no entanto: “Mas havia por certo escolas no arraial, pois ali já residia Anacleto José Sampaio, apontado como o primeiro professor do lugar, além do ‘Manuel mestre de escola’, citado por Halfeld na sua carta há pouco transcrita”.<sup>10</sup> Em 1847, criava-se a primeira escola primária oficial. O professor Anacleto José Sampaio foi homem de influência local durante muitos anos, participando das principais iniciativas do lugar. Homem de boa reputação, foi eleito vereador para o período de 1865/1868.

Albino Esteves escreveu que, “desde remotos tempos, Juiz de Fora possui bons institutos de ensino e se esmera na educação da mocidade”. Depois de assinalar que “o primeiro estabelecimento aqui fundado foi o Colégio Roussin, dirigido pelo Cônego Roussin”, esse historiador registra a ocorrência de cerca de vinte colégios, que existiram em Juiz de Fora, desde o do Cônego Roussin até aquela data. Não se refere à escola primária de Anacleto José Sampaio. Também o Cônego José de Souza e Silva Roussin foi vereador à Câmara Municipal juiz-forana (1872) e deputado estadual nas legislaturas de 1846, 1850 e 1856.<sup>11</sup>

Todos os colégios citados por Albino Esteves eram particulares, exceto a Escola Normal, que era do governo estadual. Mais tarde, o Estado criou várias escolas primárias, não cuidando, no município, senão da referida Escola Normal. Em 1913, havia em Juiz de Fora três Grupos Escolares mantidos pelo Estado, com dezesseis professores e oitocentos

(10) *História de Juiz de Fora*, 1966, pág. 21. A carta de Halfeld é de 19-9-1846.

(11) *Álbum do Município de Juiz de Fora*, pág. 259.

alunos matriculados, e dezoito Escolas Primárias mantidas pelo município, que subvencionava mais duas. Enquanto isso, o Estado despendia cento e cinquenta contos de réis com três escolas superiores em Belo Horizonte, cinquenta e três contos e quatrocentos e sessenta mil réis com a Escola de Farmácia de Ouro Preto, cento e doze contos e seiscentos e sessenta mil réis com o Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, setenta e um contos e trezentos e sessenta mil réis com a Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e cento e sessenta contos com três institutos profissionais naquela capital. Um total de quatrocentos e quarenta e sete contos e quatrocentos e oitenta mil réis com o ensino na Capital e na ex-capital. O município entrou gradativamente na ministração do ensino primário para chegar, em 1911, com 26 escolas desse grau, com 959 alunos matriculados em todas elas. Naquele ano, havia 4.622 alunos matriculados em todas as escolas existentes no município, que tinha uma população de cerca de 85 mil habitantes, cabendo à cidade cerca de 28 mil. Em 1913, essa população era estimada em 30 mil habitantes para a cidade. Havia, então, aqui, além das 21 escolas primárias acima referidas, mais duas escolas técnicas, seis escolas normais, dez ginásios, duas escolas comerciais e duas superiores. Cabia aos ginásios preparar o estudante para o ingresso nos cursos superiores. Faltam dados estatísticos relativos ao número de alunos matriculados nos dez ginásios. O fato de serem dez nos dará uma idéia do que seria essa matrícula para um ensino ministrado em cinco anos numa cidade com 43 estabelecimentos de ensino para uma matrícula de 4.622 alunos. A média era 107,488 por estabelecimento. Se se retirarem 959 alunos das escolas primárias, teremos a média de 166,5 alunos por estabelecimento, excluídas, naturalmente, as escolas respectivas.

Juiz de Fora, nas primeiras décadas do século, já era um centro de intensa atividade política, que correspondência à intensidade de sua vida social e econômica. Quando, em 1910, Rui Barbosa se fez candidato à Presidência da República, o civilismo repercutiu de modo admirável em Minas Gerais. Em Juiz de Fora a repercussão foi enorme. Carvalho Brito assinalou a contribuição dos jornais "O Pharol" e "Correio de Minas", "este sob a responsabilidade do vigoroso polemista Estevão de Oliveira", diz ele. A cidade fornecia expressivo contingente para a campanha: Gilberto de Alencar, Luiz Penna, Constantino Paletta, Altivo Halfeld, João de Resende Tostes, Durate de Abreu e Álvaro Braga de Araújo.<sup>12</sup>

Aqui chegou Rui em 17 de fevereiro de 1910, tendo-o saudado na estação o "poeta e jornalista Dilermando Cruz, destacado político de Juiz de Fora, falando em nome da grande massa que acorreu à chegada do candidato. Foi-lhe oferecido à noite um grande banquete, sendo orador o

senador Feliciano Pena, que manifestou a solidariedade e o agradecimento de Minas pela visita do grande brasileiro”.<sup>13</sup>

Quando, em 1913, se cuidou novamente de Rui para a Presidência da República, Juiz de Fora voltou a expressar-lhe seu apoio. Já em março daquele ano, ocorreram aqui manifestações públicas em favor de sua candidatura, como noticiou o “Jornal do Commercio” de 4 daquele mês. Em julho, antes da Convenção do dia 23, estudantes locais se reuniram para preparar-lhe a propaganda, como noticiou “O Pharol” do dia 11 do mesmo mês, e escolher o representante de Juiz de Fora na campanha, como se vê de notícia deste mesmo jornal no dia 12 de julho. O Diretório Civilista foi eleito no dia 14 de julho – noticiou ainda “O Pharol” do dia seguinte. Fez-se um comício de acadêmicos no Parque Halfeld naquele dia (“O Pharol” de 15), ao qual se seguiu outro no dia 19 (“O Pharol” de 22). Lançada a candidatura, operários juiz-foranos promoveram outro comício em seu favor, como noticiou “O Pharol” de 5 de agosto de 1913. Rui renunciaria a essa segunda candidatura em dezembro.

Juiz de Fora importava na vida política de Minas. E sabia vivê-la. Por isto, era visada.

A Comarca de Juiz de Fora, em 1913, já tinha dois juizes de Direito, um municipal e dois promotores de Justiça, três juizes de Paz, dois cartórios cíveis com tabelionato, dois cartórios de órgãos e ausentes, um cartório de registro civil, um cartório de registro de escrituras e hipotecas e um cartório criminal. No foro local militavam duas dezenas de advogados, dentre os quais se distinguiam aqueles que vieram a compor o corpo da Faculdade de Direito d’O Granbery e, depois, da Faculdade de Direito de Juiz de Fora.

A cidade não só comportava, como até mesmo reclamava, a existência de escolas de nível superior, que facilitassem aos seus filhos o estudo, até então feito no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e em Ouro Preto, onde já havia escolas de Medicina, Engenharia, Direito, Farmácia e Odontologia, cuja frequência pelos filhos dos moradores de Juiz de Fora era dificultada pela distância e pelo preço que se devia pagar com a instalação dos estudantes e suas viagens. Daí terem sido fundadas, em 1904 a Escola de Farmácia e Odontologia d’O Granbery, a de Engenharia em 1913, a de Direito d’O Granbery, em 1912, a de Farmácia e Odontologia do Stella Matutina, em 1912 e, em 1908, se cogitasse de fundar uma de Medicina.

(História da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, parte 1ª, pp. 18 a 27. Juiz de Fora, 1985).

(13) Idem, pág. 36.

BALANÇO POSITIVO DE UMA VIDA  
(Dr. Aristides Cândido de Mello e Souza)

Antônio Cândido

Há pouco mais de um século, no dia 20 de setembro de 1885, Aristides Cândido de Mello e Souza, usualmente Aristides de Mello, nasceu na Fazenda da Prata, que naquela altura fazia parte, como toda a Freguesia de Santa Rita de Cássia, do Município de Passos. Esta fazenda, propriedade de seu pai e antes de seu avô, fora desmembrada de uma enorme gleba comprada de sociedade, pouco depois de 1850, por Jerônimo Pereira de Mello e Souza, futuro Barão de Passos, seu irmão João Cândido de Mello e Souza, futuro Barão de Cambuí, o cunhado deste, Domingos Pimenta de Abreu (todos residentes em Passos) e Manuel Pinto dos Reis.

Aristides de Mello era filho de Antônio Cândido de Mello e Souza e sua primeira mulher e prima, Blandina da Silveira. Os primeiros estudos foram feitos na escola do Professor Cornélio Alves de Souza, que educou tantas gerações locais e acabou diretor do Grupo Escolar Melo Viana. Em 1897, foi como interno para o Colégio Diocesano de Uberaba, na companhia de seu irmão Urbano e do primo José Pimenta de Abreu. O corpo docente era formado por padres seculares brasileiros e frades dominicanos franceses. Um destes, Frei Rosário, dedicou muito afeto ao menino e lhe ensinou a sua língua, na qual Aristides de Mello se correspondeu com ele até a idade adulta. No ano de 1899 mudou para o Ginásio Nogueira da Gama, de Jacareí, onde esteve creio que até o fim de 1900, transferindo-se em 1901, se não me engano, para o recém-criado Ginásio do Estado de Campinas, que era o famoso Colégio “Culto à Ciência”, adquirido pelo Governo de São Paulo.

Aluno de mestres de qualidade de Perez y Marin (Matemática), César Bierrenbach (História), Coelho Neto (Literatura), esteve sempre nos primeiros lugares, figurando, no quinto ano, entre os “Estudantes Distintos”, categoria criada então para galardoar os que obtivessem as maiores notas. No ano de 1903 foi escolhido para saudar, em nome da mocidade, o aeronauta Santos Dumont (que vinha à pátria com a glória de haver dado dirigibilidade aos balões) e oferecer-lhe uma bandeira nacional de seda, feita pelas moças de Campinas, para ser desfraldada na sua próxima aeronave, que foi o **Santos Dumont-10**.

Não tendo, por motivo de doença, feito o sexto ano (que era facultativo e dava o grau de Bacharel em Ciências e Letras), prestou os exames finais no curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo e ingressou em 1905 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estudante destacado (o segundo da turma), participou ativamente da política acadêmica, ao lado dos colegas de Direito e Engenharia, que formavam então com os de Medicina um grêmio único — o Diretório Acadêmico, do qual foi vice-presidente. Em 1908 integrou a embaixada estudantil que foi em caráter oficial ao Uruguai por delegação do Itamarati. Em Montevideo teve um momento de êxito e fez, pela sua atuação, relações que perduraram. Em 1910 terminou o curso médico e defendeu tese de doutorado, tendo sido nesse ano um dos dois internos do Professor Miguel Pereira, a quem se ligara como discípulo e amigo e do qual foi, a partir de então, Assistente voluntário.

De dezembro de 1911 a dezembro de 1912 esteve na Europa. Primeiro na Suíça, tratando da saúde, que nunca foi muito sólida; a seguir, em Paris, onde fez cursos de aperfeiçoamento. De volta ao Brasil, clinicou em Araguari de 1913 a 1915, quando retornou ao Rio para fazer o curso do Instituto de Manguinhos, organizado por Oswaldo Cruz como o primeiro grande centro de pesquisas biológicas do país. O curso durou até 1916, tendo ele dado tão boa conta de si, que quando Oswaldo Cruz morreu encontraram na sua gaveta uma lista de nomes de alguns jovens médicos que considerava aptos para o trabalho científico, em continuação à sua obra, e o de Aristides de Mello estava incluído.

Terminado o curso, fez em 1916 um concurso particularmente difícil para bacteriologista da Saúde Pública: a vaga era apenas uma, e os concorrentes muito bem preparados. Tirando o primeiro lugar, foi nomeado, e em janeiro de 1917 casou com Clarisse de Carvalho Tolentino, que conhecera na casa de Miguel Pereira, da qual era cunhada. Além de trabalhar na Saúde Pública, sucedeu ao mestre no consultório que este mantinha na praia do Botafogo.

Durante a terrível epidemia chamada “gripe espanhola”, de outubro a novembro de 1918, prestou incansável assistência à população, recusando em seguida a retribuição monetária que o governo tinha votado, pois, disse, se aceitasse teria apenas realizado serviços profissionais correntes, quando o seu intuito fora servir numa grave emergência, por espírito de solidariedade.

Em fins do mesmo ano teve a tristeza de assistir a morte prematura de Miguel Pereira, o que, somado a problemas da sua saúde, muito sensível ao calor do Rio de Janeiro, decidiu-o a vir para a terra natal, onde chegou em março de 1919 com a mulher e um filho, o autor deste artigo, que tinha oito meses de idade. Aqui clinicou até junho de 1920, quando voltou ao Rio a fim de reassumir o cargo e preparar-se para novo concurso,

com vistas à docência na Faculdade de Medicina. Mas tendo morrido seu pai, em setembro de 1921, e piorado a sua saúde, veio de novo para Cássia em Janeiro de 1922, com mais dois filhos nascidos de permeio, Miguel e Roberto. Aqui se instalou para ficar, clinicando intensamente e estudando com a paixão que sempre dedicou à medicina.

Em 1928 veio em visita à cidade o Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que o convidou para dirigir os novos serviços termais de Poços de Caldas, cidade que esse presidente estava transformando na primeira grande estância balneária moderna do Brasil, com equipamento equivalente ao das melhores do mundo, sob a orientação de Carlos Pinheiro Chagas, professor de Histologia da Universidade de Minas Gerais e cientista também ligado a Manguinhos, que conhecia bem a competência do médico cassiense.

Aristides de Mello aceitou e em outubro daquele ano deixou a sua terra, indo com a família para a Europa fazer um estágio previsto no contrato, durante o qual se familiarizou com a nova especialidade, freqüentando serviços de reumatologia e fisioterapia, além de seguir diversos cursos, inclusive um onde foi aluno da ilustre Madame Curie. A seguir, visitou estações balneárias da França, Alemanha, Checoslováquia e Itália, com um estágio de permeio em Berlim, para freqüentar cursos de hospitais. Em dezembro de 1929 voltou ao Brasil e em janeiro de 1930 estava em Poços de Caldas, preparando a instalação das novas Termas, inauguradas em março de 1931.

Hoje que o tratamento termal saíu da moda, é difícil imaginar a importância que então lhe era dada. Por isso, Aristides de Mello levou a sério a tarefa, organizando um estabelecimento que foi modelar enquanto esteve aos seus cuidados, a ponto de ser considerado equivalente aos mais notáveis da Europa. Naquele tempo havia quem dissesse que os maiores organizadores de Minas eram Belo Lisboa em Viçosa e ele em Poços. Mesmo sendo exagero, é sintomático.

Mas isso não passou sem lutas. Uma parte dos médicos da cidade moveu-lhe uma campanha cerrada e injusta, que ele desdenhou, sem se afastar uma linha do dever e dos termos do contrato. Alguns funcionários mal habituados em virtude do sistema anterior criaram problemas, ele demitiu um ou outro desonesto notório e enfrentou por isso situações perigosas, inclusive atentados à sua vida. Tudo dentro da maior serenidade, com a firmeza discreta que sempre o caracterizou, sem perder o bom humor em casa nem deixar os filhos perceberem os graves riscos que por vezes o ameaçaram. Miguel Pereira, em discurso onde fala dos seus colaboradores, menciona a competência, dedicação e grande modéstia de Aristides de Mello. Ele tinha de fato aversão ao alarde e o gosto da tarefa cumprida discretamente. Foi o que aprendeu com os seus nesta cidade, foi o que procurou transmitir aos filhos.

Terminando o contrato com o Governo de Minas no fim de 1934, permaneceu na diretoria até 1936, quando foi demitido por Benedito Valadares, num ato que ele fez questão de aguardar, a fim de deixar patentes o arbítrio e a visão subalterna próprios desse governador. A partir de então voltou à clínica privada, até a doença que o atingiu em meados de 1941 e causou a sua morte em 31 de março de 1942, na cidade de São Paulo, onde estava se tratando. Tinha 56 anos.

Além da tese de doutorado, **Novos sinais nas hemiplegias orgânicas** (1910), publicou o livro **Estudos de Crenologia** (1936) e deixou inacabado outro sobre o tratamento do reumatismo. Publicou também diversos estudos e artigos em revistas médicas brasileiras, argentinas e inglesas, valendo mencionar que foi colaborador d'**A Vanguarda**.

Mas este retrato ficará mais incompleto do que é se não for mencionada a sua cultura humanística. Desde ginásiano leu muito a respeito e formou uma boa biblioteca de literatura, filosofia, história, estudos sociais e políticos. Mais ou menos a partir dos trinta anos, os seus autores prediletos foram Bergson, Nietzsche e Dostoiewsky, aos quais foi fiel até morrer. Costumava dizer que quando ficasse velho iria escrever um estudo correlacionando os dois últimos com base no tema do "eterno retorno", referido à teoria física da entropia.

Foi assim o cassiense que desejo lembrar aos seus conterrâneos. Com a reserva que compete a um filho, direi apenas que o balanço de sua vida, cortada relativamente cedo, é mais do que positivo.

(De **A Vanguarda**, Cássia, 1º de dezembro de 1985)

## “TREM FANTASMA”

J. S. Witter

Pouco se pode acrescentar sobre um livro como **Trem Fantasma**, de Francisco Foot Hardman (São Paulo, Companhia das Letras, 1988, 291 p.), depois de tantos comentários publicados pela imprensa e mais ainda aqueles que estão surgindo em revistas especializadas. Fica difícil um outro enfoque, de qualquer ângulo que se escolha, depois do escrito de Maria Sylvia Carvalho Franco no LEIA de fevereiro de 1988. Se arrisco esta tarefa é porque sei que estarei chegando a público diverso e somente num tempo distante, desta hora de impacto. Por isso mesmo, depois de ter andado com o fantasma do trem, durante longo tempo na cabeça, achei viável dialogar sobre o livro com pessoas interessadas, tentando nele encontrar subsídios para melhor entender a nossa vida social, econômica e política e poder resgatar, do sec. XIX, o que nele representava este meio de transporte. Ninguém pode duvidar do papel das ferrovias em todo o mundo e é muito difícil entender o plano secundário a que foram reduzidas no Brasil...

TREM FANTASMA recoloca nos trilhos um assunto da maior importância para a História do Brasil. Em certo momento a nossa historiografia já contemplou o tema com estudos de alto valor. Quando retomo as ferrovias, para delas falar, sempre me lembro dos trabalhos pioneiros do professor e historiador Odilon Nogueira de Matos, que neles tratou do assunto com propriedade, nas décadas de 1960 e 1970. Em especial na sua tese de doutorado. A tese virou livro – **Café e Ferrovias** – e, ao tratar do binômio da economia paulista, num momento de “progresso” criou uma expressão, que ficou em voga e que exaltava a função desse meio de transporte – a “ferrovia cata café” –. Foot Hardman dele esqueceu e, talvez, seja este o único pecado(1) cometido, no tocante ao excelente levantamento bibliográfico, que é, a partir de agora, guia seguro para novas investigações.

Bem concebida, a obra nos conduz ao mundo novo do século XIX. Reencontramos nela muito do mundo maravilhoso, criado e representado pela burguesia de então. É no capítulo sobre as exposições universais, onde reencontramos o passado no presente e podemos colher preciosidades como esta:

“...Com as guerras mundiais, a civilização moderna alcançou realizar mais uma forma de exhibitio; só que agora degradadas em sadismo orquestrado desde aparelhos industrial-militares com plenos poderes. É claro que as regras do espetáculo tiveram de ser adaptadas. O fascínio e a energia das antigas exposições perderam-se nos estertores da “belle epoque”. A partir daí, o século XX iria especializar-se, com o avanço das mídias eletrônicas e dos conflitos político-militares entre potências — a que correspondeu paralelamente um declínio da influência dos discursos e rituais da diplomacia clássica —, em engenhos novos para exibir: máquinas voadoras de guerrear, mísseis intercontinentais, cogumelo atômico. A uma década e meia do terceiro milênio, Chernobyl relembra o campo minado por onde caminha a espécie. Nos porões do poder nuclear, como no laboratório secreto de mais-valia, é possível ler à porta: ‘é proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço’. Chernobyl também faz notar o quanto está difícil o sublime. Na verdade, O ‘Crytal Palace’ não desapareceu, estilhaçou-se em tantas outras apariações, algumas delas por demais sólidas e sinistras...” (p.63).

Trechos como este nos reconduzem ao presente ameaçador e fazem imaginar um futuro sem sonhos e boas realizações. Pergunta: Que mundo estará sendo preparado a partir de tanto sacrifício e que parece apontar o caos?

Ao lado desta reflexões os dados que informam. O Império do Brasil, no Reinado de Pedro II, se fazia representar no “concerto das nações civilizadas” desde os primeiros “eventos exibicionistas”, comparecendo às exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadelfia) e 1889 (Paris). E caracterizar esse período como “Era do Espetáculo”, diz tudo desde o início. Precioso este capítulo...

Em vertigem do Vazio (Poder e técnica na recriação do paraíso) outro capítulo, quase a representação do “sonho cósmico” de uma época: “Imagem do Tesouro da Juventude: sobre um fundo azulado, o céu coberto de estrelas, planetas, o Sol em destaque com seus feixes de luz atravessando a noite cósmica e as nuvens; abaixo a terra, entre campos e povoados esparsos, sua superfície sendo suficientemente ampla para se ver a curvatura desenhando-se no horizonte; e então vindo não-sei-onde, dez trens a vapor assomam nessa gravura imprimindo-lhe definitivamente a magia de uma época, cada um com seu comboio de cinco vagões, o carro conduzindo carvão e sem dúvida um foguista desconhecido, as locomotivas tipo maria-fumaça...” (v. anexo iconográfico que fica, no livro, entre as páginas 96 e 97). Então, era possível sonhar...

Mas sempre, entre o sonho e a realidade, com uma visão objetiva, sem ser anódina, pode-se notar a força do autor: ...“Chuva, vapor, velocidade. Que mais? O trem passa veloz. Carrega um letreiro com seu nome e um desafio: **Catch me who can**. Mais do que a locomotiva e seus

vagões, são precisamente os sentidos histórico-culturais de seu trajeto — de sua aparição/desaparição — que se oferecem nessa viagem para ser apanhados por quem quiser...” (p. 48)

Espero que cada um a seu modo, os leitores deste escrito sobre tão fantástica aventura, possa apanhar e tomar assento no trem e nele viver a viagem dos sonhos dos empreendedores do século passado e possam por si “acreditar ou não neste trem fantasma”, que em tão boa hora Foot Hardman concebeu e encontrou quem o tornasse real: a Companhia das Letras, uma editora moderna e atuante que aponta para o progresso editorial de nosso tempo.

Mas também, todos, podemos lembrar Castro Alves, e viver na poesia, um pouco do trem de ferro:

“Vós que o templo das idéias  
Largo, abris às multidões  
P’ra o batismo luminoso  
Das grandes revoluções  
Agora que o TREM DE FERRO  
Acorda o Tigre no cerro  
E espanta os caboclos nus  
Fazei deste rei dos VENTOS  
Ginete dos pensamentos  
Arauto de Grande Luz!

(“O Livro e a América”,  
em Espumas Flutuantes)

E, finalizando, convido a todos para voltar ao princípio e viajar com Foot Hardman nos caminhos do Trem Fantasma.

## CONCUBINATO E IGREJA

Maria Luiza Marcílio

Após as revelações que fizemos em **A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850** (Paris, 1968 e São Paulo, 1973) sobre os elevados níveis de crianças livres ilegítimas e abandonadas e sobre as proporções impressionantes de domicílios dirigidos por mães solteiras, estabeleceu-se a exigência de explicações mais abrangentes e fundamentadas em análises interdisciplinares desses fenômenos. Na época não sabíamos sequer se essa realidade descoberta repetia-se na mesma intensidade e proporções em outras regiões do Brasil antigo.

De lá para cá, estudos similares foram sendo realizados: Johildo L. Athaide, com a cidade do Salvador no século passado; Iraci del Nero da Costa, com Vila Rica no século XVIII; algumas dissertações de mestrado, não publicadas, da Universidade Federal do Paraná; o nosso último livro, **Caiçara: terra e população** (1986) e vários artigos em revistas diversas demonstram que os níveis de bastardia e de uniões consensuais estáveis, no seio da população livre, embora variando de intensidade, foram sempre elevados no Brasil, podendo chegar à extraordinária proporção de quase 70% de nascimentos ilegítimos.

Determinados os níveis de ilegitimidade com base nos registros paroquiais de batizados e para diferentes regiões e épocas, impunham-se explicações, correlações e interpretações variadas e multifacetadas.

O grande projeto em andamento sobre "A criança na história da população brasileira" (convênio Finep-Cedhal/USP), que reúne doze pesquisadores em tempo integral (além de vários outros a ele ligados de formas diversas) pretende reunir informações sobre a infância brasileira que possibilitem o avanço sistemático dos conhecimentos sobre a infância brasileira do passado até nossos dias, particularmente a infância marginalizada, abandonada.

O objetivo é o de recuperar de forma interdisciplinar, por meios quantitativos e qualitativos e fazendo uso das mais elaboradas metodologias, a história demográfica da criança brasileira, segmento pouco ou quase nunca estudado pelos cientistas sociais em geral.

O estudo da criança não pode prescindir do estudo sistemático da condição feminina, da relação pais-filhos, da família e sobretudo da

não-família. Isto explica o destaque nas pesquisas desenvolvidas no Cedhal (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) da temática "concubinato", "bastardia", "condição feminina" no passado.

O autor deste número 2 dos "Estudos Cedhal" (**El Concubinato y la Iglesia en el Brasil colonial**, de Fernando Torres Londoño) é um dos nossos pesquisadores que vêm trabalhando intensivamente no tema do concubinato de ilegitimidade relacionados com as normas e as formas de controle e punição elaboradas pela Igreja. Suas pesquisas, iniciadas há quatro anos, desenvolvem-se em arquivos públicos e eclesiásticos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais além de documentação e bibliografia levantada em inúmeras bibliotecas.

Sua documentação é de natureza variada, serial e não serial, que inclui registros paroquiais, processos eclesiásticos, devassas, visitas pastorais em tribunais eclesiásticos, manuais de confessor, catecismos antigos, legislação canônica, pastorais e documentos produzidos pelos bispos do Brasil colonial, etc. Esta volumosa informação coletada vem sendo analisada com apoio da mais moderna metodologia e formas de se fazer História, emprestando métodos e recursos de análises da Demografia Histórica, da Teologia, da Antropologia, da História Social e das Mentalidades.

As tentativas e métodos da Igreja de controlar a sexualidade, a ética e os costumes no Brasil antigo centralizavam-se principalmente em dois eixos: 1. no sacramento do matrimônio, como meio único de estabelecimento da família e da possibilidade de relacionamento sexual com o fim exclusivo da procriação; 2. no celibato do clero como forma ideal do magistério sacerdotal e da evangelização. Ambos modelos ideais apesar do aparato de uma legislação canônica secular e da criação de inúmeros mecanismos de controle e de punições dos desvios, encontraram dificuldades muitas vezes invencíveis em sua aplicação junto à realidade social e da vida cotidiana brasileiras.

Torres Londoño avança com acuidade e inteligência interpretações sobre as atitudes da Igreja ante a alta frequência do concubinato em nossa população colonial. Suas explicações são absolutamente inovadoras e provocativas, além de solidamente fundamentadas e longamente refletidas.

Estamos convencidas de que o Autor abre, com este estudo, caminhos novos de pesquisa e traz-nos renovação de conhecimentos sobre um fenômeno de tamanha extensão e importância na vida de nossos povos, ontem e hoje.

(Apresentação de **El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial**, de Fernando Torres Londoño. São Paulo, 1988. Publicação nº 2 dos "Estudos CEDHAL").

PERCORRENDO COM EMIL FARHAT  
A SAGA DOS IMIGRANTES

Henrique Novak

A imagem mais remota que os antigos guardam do “turco” é aquele mascate que saía pelos caminhos poeirentos do interior carregando suas malas repletas de fitas, cadarços, linhas, sedas, passamanarias, soutaches, botões, agulhas e alfinetes, sabonetes finos, talcos, perfumes e muitas novidades que vinham de outras terras que enfeitiçavam as senhoras e senhorinhas.

Esse incansável trabalhador, que não tinha dia nem hora para aparecer, com seu esforço e pertinácia, na maioria das vezes conseguia amealhar algum dinheiro, com o qual procurava imediatamente se estabelecer. Daí para a frente, de “turco mascate” acabava virando o “turco da prestação”. Confiando nos seus fregueses, negociantes habilidosos, herdeiros dos fenícios na arte de mercadejar, estes valentes negociantes não raro prosperaram e adquiriram alto conceito e respeitabilidade na aristocracia endinheirada do país.

Emil Farhat, escritor de largos recursos e de méritos já reconhecidos em outros livros, neste seu **Dinheiro na Estrada** (São Paulo, T. A. Queiroz) desce fundo no problema da aculturação do imigrante libanês no País e sem querer fazer história, na realidade traça um perfil emocional da atuação deste povo no processo do desenvolvimento brasileiro. A participação dos libaneses na guerra do Acre, comandada por Plácido de Castro contra os bolivianos, mostra em lances épicos como estes homens, que vieram de outras terras em busca de fortuna, acabaram se envolvendo num conflito sangrento e incorporando o ideário patriótico brasileiro entre suas convicções mais profundas.

E mais, terminada a guerra, muitos deles se alistaram numa outra guerra, talvez ainda mais impiedosa e cruel: a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da qual poucos saíram com vida para contar essa odisséia sem precedentes na história dos transportes, no mundo.

Emil Farhat em **Dinheiro na Estrada**, considerado sua mais importante obra de ficção, utiliza-se de uma original técnica redacional, qual seja, o livro constitui-se numa seqüência de cartas por uma mãe saudosa que fica no Líbano, aos seus seis filhos que se espalharam pelo Brasil,

em busca do dinheiro farto, tão farto e abundante que podia ser encontrado na estrada. Daí o título. São cartas apenas de ida. A volta, a resposta, essa é conhecida através da própria narrativa da carta materna, sempre vibrante, às vezes triste, dramática, outras vezes alegre, repleta de humor. As esperanças, os sonhos, as alegrias e as decepções vão se acumulando, se sobrepondo, como camadas ou anéis de uma árvore, marcando e vincando fundo a passagem do tempo. E nessa profunda marcação de passagem do tempo, sentido e vivido, está a nosso ver um dos mais significativos méritos desse livro invulgar. No livro de Farhat está presente toda a saga do imigrante libanês, corte fundo e vertical nesse enraizamento que foi a assimilação da crueza da realidade brasileira, sua quase barbárie, pelo sonhador que vivia debruçado sobre o Mediterrâneo. O livro carrega uma tremenda carga dramática. Se ele trata de coisas engraçadas é porque as coisas engraçadas também existem. Mas as cicatrizes mais fundas são deixadas pelo cotidiano sofrido, conquistado palmo a palmo, a luta diária alimentada pelo fogo sagrado do sonho de vencer.

Emil Farhat é mineiro de Bicas. Nascido mineiro, no entanto movimentou-se sempre entre Minas, Rio e São Paulo em suas andanças profissionais. Seu livro mais conhecido é o romance **Cangerão**, já em três edições e laureado com os prêmios literários Lima Barreto e João Cordeiro. Publicou, ainda, os romances **Os homens sós** e **Contrato com as almas**. No entanto, seus livros que provocaram mais polêmica foram os ensaios, **O País dos Coitadinhos** (já em quarta edição), **Educação, a nova Ideologia** (três edições) e **O paraíso do vira-bosta**, com duas edições em apenas dois meses. Farhat, na vida pública caracterizou-se como um lutador contra o fascismo e contra a ditadura e dessa linha não tem arredado pé. Conhecido e respeitado nos meios intelectuais do País, foi sempre um batalhador incansável que jamais deixou de acreditar nas potencialidades brasileiras e de apontar os caminhos para consertar o que está errado.

O novo livro que Emil Farhat acaba de publicar deve ser recomendado com ênfase. Livro para ler, ler com carinho, e meditar, meditar por muito tempo. Livro que fica, que deixa seu sinete na história. Por falar em história, para terminar, nada melhor que as próprias palavras de Farhat na abertura do seu romance, que servem como advertência mas refletem também a concepção criativa do autor aplicada à literatura: "O romancista não tem obrigações cartoriais com a História, nem com a trivialidade do cotidiano, apesar de valer-se, necessariamente, de ambos. O limite da imaginação dá-lhe o direito de rearrumar o mundo e as gentes a seu modo".

## PERENIDADE DE TIRADENTES

Gilberto Emílio Chaudon

De autoria do sr. Sérgio Faraco, foi editado recentemente um pequeno ensaio crítico-histórico intitulado **Tiradentes: a alguma verdade (ainda que tardia)**, parodiando o lema da Conjuração Mineira e com o qual o autor pretende destruir a imagem de Tiradentes como “Patrono Cívico da Nação Brasileira”. Trata-se pois de uma obra demolidora, razão pela qual consideramos um dever cívico refutá-la.

É inquestionável que a personalidade de Tiradentes não está alicerçada em dados biográficos abundantes e bem documentados; o que sabemos dele, na maior parte, resulta de depoimentos próprios e de terceiros, constantes de uma devassa sabidamente inquisitorial, eivada, portanto, de parcialidade, dado o crime de lesa-majestade que lhe foi imputado e aos demais inconfidentes, e que a Coroa tinha necessariamente de punir exemplarmente para escarmento dos súditos da colônia. Era natural que nos primeiros depoimentos procurasse negar sua culpa, como havia sido combinado entre os conjurados; mas depois que Tiradentes resolveu assumir seus atos, quando teve a certeza de que não adiantava mais negar, o que se sobrepôs, em seus últimos depoimentos, foi uma prova de nobreza de caráter, com o procurar sempre eximir ou atenuar as culpas dos conjurados, chamando a si toda a responsabilidade.

Que a conjuração fora mal conduzida, não se discute, é ponto pacífico; que os conjurados colhidos nas malhas do projetado levante nem todos estiveram à altura do papel assumido, pois não suportaram o longo processo judicial com o ânimo alevantado e com a dignidade que seria de esperar de homens de sua formação intelectual e moral, é também indiscutível; mas foi justamente a diferença de atitudes, a partir do fracasso da intentona que não chegou a haver, que elevou aos olhos da posteridade, a figura de Tiradentes.

Homem de modesta origem, situado em escala social inferior à da maioria dos inconfidentes, nele certamente sobrou mais entusiasmo e afoiteza do que nos demais elementos aliciados, mas faltaram-lhe descortino e arte em dissimular e se acautelar no preparo da sedição.

Começa o autor por insurgir-se contra a consagração oficial de Tiradentes como “Patrono Cívico da Nação Brasileira”. Em apoio à sua

tese, cita, de Leôncio Basbaum, em **História Sincera da República**, a seguinte frase: "A História não se pode resumir a uma exaltação de heróis para incentivo da juventude". E, extrapolando, o autor do pequeno ensaio prossegue: "...pois a História do Brasil em sua versão oficialista parece ser exatamente isto, uma passarela em que desfilam deidades emplumadas, pasmando a posteridade com rabanadas de pavão".

Dizemos nós: felizes os povos que têm figuras para serem exaltadas e servirem de incentivo à juventude, pois os jovens precisam de exemplos de patriotismo e de dignidade para modelar seu caráter e haurir aquele civismo sem o qual não haverá perenidade nas virtudes de uma nação! E quer queira o sr. Faraco, quer não, Tiradentes, com barba ou sem barba, foi um dos grandes vultos de nossa História, não a oficialista, como a apelida, mas da nossa verdadeira História, muito antes da lei que o declarou nosso Patrono Cívico. Reputamos, pois, totalmente irrelevante a questão de saber se Tiradentes foi levado ao suplício da forca com ou sem barba; provavelmente a última hipótese prevalece, visto como a História registra que na manhã de sua execução o barbeiro da cadeia "rapou-lhe a cabeça até o couro e uma curtíssima barba de semana"; certamente, em sua longa permanência nos calabouços, Tiradentes não se terá preocupado em barbear-se regularmente, e não é portanto inverossímil que seu aspecto hirsuto, com o qual está representado na maioria das obras dos pintores e na estátua consagrada para a posteridade como seu "modelo", tenha sido realmente o que o acompanhou até a madrugada da execução. Nem merece o fato tantas controvérsias.

Em tão pequena obra, o autor foi prolixo em conceitos desprimorosos sobre a figura de Tiradentes, citando, em apoio de suas afirmações, fontes na maioria tiradas de depoimentos dos implicados na conjuração, ávidos de se inocentarem, atirando a culpa sobre o Alferes e dando-nos testemunhos falseados. Até mesmo quando se trata de outras fontes, de autores que escreveram sobre a Inconfidência, lhes dá uma interpretação pessoal ou acrescenta conceitos desprimorosos que não constam dos trabalhos citados.

Analiseemos alguns desses conceitos: "Fanfarrão incorrigível, linguarudo feito uma comadre, nada guardava do que ouvia ou imaginava ouvir, e nessas cenas de prosaico exibicionismo movia-se com desenvoltura o faceiro almofadinha...", citando em apoio o "apuro de seu guarda-roupa", baseado na descrição do que constou do "Traslado dos Sequestros do Alferes".<sup>1</sup> Ora, as peças do vestuário do Alferes, sequestradas por ocasião de sua prisão, eram as de uso corrente na época, para qualquer pessoa de sua condição. O conceito de "almofadinha" é deste século, dos idos de 20, e não cabe portanto imputar-se esse

(1) Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, Rio de Janeiro, 1936, vol. 1, pp. 322-3.

“pecado” a quem se vestia de acordo com sua época, pelos figurinos do final do século XVIII.

Ao comentar a decisão de Tiradentes de ingressar na carreira militar, pretende o autor explicar o fato à luz da Sociologia, afirmando que a carreira militar poderia proporcionar-lhe recompensas “que talvez não lograsse no exercício de outras profissões”, pois, acrescenta, “mascatear, tirar dentes, conquanto lhe garantissem a subsistência, não o sobrelevavam na rígida estratificação da sociedade colonial, e para atividades então consideradas de maior relevância social não possuía credenciais. A par da falta de recursos materiais, sempre haveria de depor contra Xavier suas poucas luzes”. Como uma das provas em apoio das poucas luzes de Tiradentes, afirma “que se desfez de um dicionário de francês por não saber como manuseá-lo...”

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, ao contrário, era possuidor de conhecimentos em mineralogia, em medicina e outros, embora todos esses conhecimentos fossem empíricos e não acadêmicos, por lhe ter faltado a possibilidade de seguir cursos regulares, carente que foi de recursos materiais. Para contestar esse juízo preconcebido, basta ler a “Comissão confiada ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier pelo Governador Luís da Cunha Menezes”, em 16 de abril de 1784,<sup>2</sup> em que este, ao agregar o Alferes a uma missão confiada ao Sargento-Mór Pedro Afonso Galvão de São Martinho<sup>3</sup>, determina ao dito Alferes diligências no sentido de examinar se as formações dos sertões “para a parte de leste da estrada que segue para a Capital do Rio de Janeiro, denominados Áreas Proibidas... poderão dar ouro de conta, e a quantidade de gente que poderão acomodar... averiguando se as Companhias dos ditos sertões são dilatadas e abundantes de matos gerais capazes de se fazerem nestes novos estabelecimentos... se são muito cortados de rios, e destes quais dão vão ou são de canoa... tirará a configuração cosmográfica e geográfica dos mesmos sertões... o número de povoadores que se acham estabelecidos nos ditos sertões, suas forças e em que se ocupam... a distância em que se acham já os ditos povoadores dos confins dos ditos sertões com os da Capitania do Rio de Janeiro... os rios, ou montanhas que dividem estas duas capitânicas, e as situações que tiverem mais próprias para se estabelecerem Registros, rondas ou patrulhas”. Daria o Governador incumbência desta natureza a um homem de “poucas luzes”? São tarefas que hoje seriam confiadas a técnicos especializados, agentes de recenseamento, geógrafos, pesquisadores do IBGE, etc. E em 1784 foram cometidas ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o homem considerado pelo autor como “sem credenciais, de poucas luzes, não sabendo sequer manusear um dicionário de francês”.

(2) Rev. Do Arq. Publ. Mineiro, ano II, fasc. 2, 2º trim. de 1897.

(3) Livro 240 de Portarias de D. Luís da Cunha Menezes, fls. 8, 8v e 10.

Antes dessa comissão já o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que pertencia desde 1º de dezembro de 1775 à Sexta Companhia do Regimento de Cavalaria da Tropa Auxiliar, recebera o comando das Sete Lagoas, e os mais antigos documentos de que se há conhecimento, assinados por Tiradentes como comandante de Sete Lagoas, são datados de 2 de maio e 2 de junho de 1780.<sup>4</sup> No Arquivo Público Mineiro há uma interessante carta do Governador Dom Rodrigo José de Menezes, com data de 20 de dezembro de 1780, na qual aprova o ato de Tiradentes mudando a patrulha da Venda Nova, subordinada ao Quartel General das Sete Lagoas, para o Barreiro Grande, onde o Alferes ordenara a construção do prédio próprio para quartel.<sup>5</sup> Em carta do mesmo Dom Rodrigo José Menezes, dirigida a Joaquim José da Silva Xavier como comandante das Sete Lagoas e datada de 5 de maio de 1781, elogia-lhe a prudência com que se houve num encontro com um cabo-de-esquadra da Capitania de Goiás que passara os limites de sua Capitania...<sup>6</sup> Como se depreende de uma carta da Rainha D. Maria I, datada de 24 de dezembro de 1781, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier já se encontrava então no comando da patrulha do Caminho Novo do Rio de Janeiro (Mantiqueira) com o encargo de policiar o percurso da Serra, que andava infestada de bandidos que assaltavam, roubavam e matavam os desprevenidos viandantes. O Alferes Tiradentes desincumbiu-se com eficiência dessa missão, e, em ofício ao Governador Dom Rodrigo de Menezes, datado da Borda do Campo, de 19 de abril de 1783, dá conta das providências que tomara, relatando a prisão de suspeitos de várias mortes, para o que se pôs à disposição do Tenente Coronel José Aires (outro futuro envolvido na Inconfidência), auxiliando-o de maneira eficaz na descoberta do corpo de José Antônio de Andrade, desaparecido havia cerca de sete meses, assassinado por bandidos.<sup>7</sup>

Em sua **História Média de Minas Gerais**, Diogo de Vasconcelos, ao relatar a prisão do “cabra” Januário Vaz, suspeito de pertencer a uma das quadrilhas que agiam na Mantiqueira, nos diz que “interrogado habilmente pelo Alferes Joaquim José, deu não só a lista dos celerados, como também esclarecimentos importantes”. Aí temos mais um testemunho de que Tiradentes tinha habilidade no desempenho de suas funções. Ainda é Diogo de Vasconcelos, em sua obra acima citada, que nos diz que “indo o Coronel José Aires com o Alferes Joaquim José à Igreja Nova, interrogaram a um caboclo suspeito, de nome Miguel Pinheiro, que se achava de cama e sacramentado, ao qual o Alferes persuadiu que para se salvar devia relatar o que sabia. O caboclo, porém, depondo a respeito de fatos e circunstâncias, negou-se a denunciar os companheiros da quadrilha e não foi apertado a fazê-lo por piedade do Alferes, atendendo ao estado em que

(4) Docs. 28 e 29 da Coleção da Casa dos Contos, Arquivo Nacional.

(5) Cod. 226, fls. 35, Arquivo Público Mineiro.

(6) Cod. 226 fls. 50v, Arquivo Público Mineiro.

(7) Vasconcelos, Diogo — **Hist. Média de Minas Gerais**, ed. INL, 1948.

ele se achava". Por este pequeno trecho, podemos aquilatar da nobreza de sentimentos de Tiradentes, que não pressionou um suspeito pelo fato do mesmo se achar sacramentado em leito de sofrimento, e ter tido dele piedade. Continua o historiador Diogo de Vasconcelos: "A prova das medidas enérgicas que se tomaram, sobretudo, guiadas pelo Alferes Joaquim José, que se colocou à frente deste negócio, dirigindo o Coronel José Aires como seu mais ativo e inteligente auxiliar, é que, tendo-se descoberto o enredo da medonha tragédia em 5 de abril já em 11 de maio eram presos vários ladrões no Morro de Gaspar Soares, como suspeitos da Mantiqueira... etc., etc.<sup>8</sup> Como se depreende dessas citações, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier não era tão destituído de credenciais e de luzes como o deixaria supor o conceito que dele faz o sr. Faraco.

Quando Tiradentes esteve no Rio de Janeiro, a par da sua missão de aliciar elementos para a sedição, requereu à Rainha concessão para construir uns moinhos e captar água dos mananciais do Catete ou Laranjeiras, e do Andaraí ou Maracanã, com o fito de abastecer a população do Rio, além da permissão para construir uns armazens e uns trapiches de que muito necessitava aquele porto. Suas petições não foram deferidas, provavelmente por lhe faltarem padrinhos influentes ou por não lhe reconhecerem condições econômicas capazes de garantir o êxito dos empreendimentos. O autor se aproveita desse assunto para disparar novamente suas baterias, referindo-se a esses empreendimentos "que ele argumentava ser útil ao público, mas, em verdade, era um benefício próprio (daí a fantasia dos milhares de cruzados)... e, na medida que se distanciava da riqueza que prometera repartir nos prostíbulos mineiros, mais intensa era sua solidão, mais profunda sua revolta". Afirmações desta natureza continuam sendo por conta do autor.

À página 24 (cap. V) do seu livro, o autor declara a respeito dos projetos de Tiradentes para a captação das águas e da construção de trapiches, que "a questão é saber se efetivamente ele concebeu algum projeto para abastecimento da cidade e até que ponto tomou providências pertinentes. Tirante a passagem já transcrita de seu depoimento, a documentação originária não é muito significativa, eis que marcadamente indireta, isto é, chega até nós através do próprio Xavier (e não da administração pública), por suas declarações no processo e a outras pessoas que também depuseram". Esta afirmação não é exata, pois sobre essas petições de Tiradentes, a Revista do Arquivo do Distrito Federal, Rio, 1894, vol. 1, publicou o "Registro de uma carta do Doutor Ouvidor Geral da Comarca ao Doutor Juiz de Fora Presidente e mais oficiais do Senado da Câmara" (19 de abril de 1788), tratando da petição de Joaquim José da Silva Xavier para que lhe fosse concedida provisão para edificar moinhos em sítios abundantíssimos de águas, etc., etc.", e na mesma Revista, vol. 3, Rio,

(8) Vasconcelos, obra cit., p. 330.

1896, se encontra publicada nova petição de Tiradentes, na qual defende sua pretensão contra malévolas alegações de que a construção dos moinhos por ele requerida iria “ofender o público e o particular”. Esta última petição, datada de 19 de junho de 1788, também se acha publicada na Rev. do Arq. Públ. Mineiro, Ouro Preto, ano 2, 1897, pág. 365. Diante desta documentação, não há como negar a má-fé do autor ao escrever que não há informação sobre o assunto através da administração pública: os documentos aqui citados transitaram pelas autoridades da época que deles certificaram a existência, o registro e os despachos para as instâncias competentes.

À página 29 (cap. 7), citando o depoimento de Tiradentes, de 18 de janeiro de 1790, no qual o Alferes presta informações aos seus inquiridores sobre o que hoje poderíamos chamar de “folha corrida” no Regimento em que servira, lamentando-se de que fora preterido quatro vezes nas promoções, “parecendo a ele, Respondente, que tinha sido muito exato no serviço”, comenta o autor: “Quer dizer: nenhum grão de amor ao Brasil, mas a reiteração de seu incorrigível arrivismo”. Este é um comentário maldoso, que nenhuma das palavras do depoimento de Tiradentes dá o direito de inferir.

À página 30 (cap. 7), em que o autor comenta o encontro de Tiradentes com Maciel, diz o seguinte: “... quando procurou Maciel não o fez para tratar do levante, como seria de esperar de tão grande vocação patriótica, mas por interesse pessoal...” Nova informação maldosa e irônica, sarcástica mesmo, sobre a vocação patriótica de Tiradentes.

O capítulo 10 é todo ele destinado a traçar um rápido perfil dos principais inconfidentes, o que faz em termos depreciativos, imputando cada um motivos pessoais, menos nobres, para desejarem a rebelião contra a propalada “derrama”.

À página 44 (cap. 11), afirma que Tiradentes “pregou a revolução em lupanares, estalagens e até na estrada...” Nesta frase, a afirmação deve ter sido deduzida do depoimento do Cônego Luís Vieira da Silva, na primeira inquirição a que foi submetido, na qual declarou que “... o ouviu dizer ao Des. Intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, que também o ouviu dizer... etc., etc.”. Como se vê, é uma afirmação de “ouvir dizer”, em segunda e terceira mão, que não consta dos outros depoimentos, portanto não pode servir como prova de que realmente Tiradentes houvesse pregado a revolução em lupanares.

Ainda no mesmo capítulo 9, à págs. 35, referindo-se às pregações de Tiradentes, declara que “... revelou a conspiração justamente ao jovem e esperto Coronel Joaquim Silvério dos Reis.” É curioso que, depois de tanto depreciar Tiradentes, não lhe reconhecendo nenhuma qualidade

ou virtude, venha qualificar de esperto justamente o delator Silvério dos Reis, de tão triste memória. Qual o propósito do autor em mencionar, em nota ao pé da página, que o Duque de Caxias era sobrinho, por aliança, de Silvério dos Reis? Por acaso esse “parentesco” melhoraria a imagem de Silvério dos Reis perante a História?

Ainda na pág. 50 de seu livro, ao nos relatar a prisão de Tiradentes, no Rio de Janeiro, à rua dos Latoeiros, onde se encontrava homiziado na casa do relojoeiro Domingos Fernandes da Cruz, termina escrevendo: “Os soldados o descobriram atrás da cama”. Dito desta maneira, sem qualquer outra informação, poder-se-ia inferir, por exemplo, que o Tiradentes estivesse como um poltrão, agachado atrás de um móvel; entretanto, pelo “Auto de exame feito em um bacamarte que se achou ao Alferes” (12-5-1789), que o próprio autor publica em anexo ao seu livro, como Documento nº 12, podemos deduzir que Tiradentes, acuado pelos soldados que cercaram a casa onde se homiziara, instintivamente procurou esconder-se, reação natural em qualquer pessoa que se vê na iminência de perder a liberdade, mas o fez de bacamarte em punho, “que se achava com carga de comprimento de dois terços de palmo que tinha cento e sete grãos de chumbo grosso, pederneira e escorva pronta, e em termos de dar fogo... etc.” Podemos concluir, mais honrosamente, que Tiradentes se pôs em posição de defesa, pronto a responder com sua arma no caso de ser alvejado, intento do qual talvez tivesse desistido no último instante, preferindo entregar-se a ter que matar alguém. A dúvida sempre favorece o réu (“In dubio pro reo”).

Finalmente, para não alongarmos estas considerações, chegamos ao final (cap. 15), que se inicia com as seguintes palavras: “O sacrifício que coube ao Alferes Xavier, para salvamento de meia dúzia de mariolas, é um legado plangente para os corações menos empedernidos”. Terá pretendido o autor se referir aos companheiros de infortúnio de Tiradentes (que tiveram suas penas capitais comutadas em degredo perpétuo), ou aos que seriam, de modo geral, beneficiados com o sucesso da conspiração? Estes seriam muito mais do que meia dúzia, seria toda a população da Capitania que vivia sufocada pelos rigores do fisco e das leis draconianas do Reino. Se a “meia dúzia de mariolas” se refere aos companheiros de infortúnio, também discordamos, pois foram mais do dobro de meia dúzia; em qualquer hipótese, foi pouco elegante o tratamento de “mariolas”, quando a maior parte era de pessoas qualificadas.

Com esse infeliz desfecho, encerra o autor — contista iconoclasta — seu “ensaio crítico-histórico”, concluindo que o insucesso da Inconfidência Mineira até prestou desserviço à causa da Independência, esquecendo-se de que apenas trinta anos bastaram, depois do martírio de Tiradentes, para que D. Pedro I, neto da Rainha D. Maria I, que lavrara tão cruenta sentença, rompesse os laços que prendiam o Brasil a Portugal.

## UMA NOVA ÓTICA PARA A COLUNA PRESTES

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
UNESP-Franca

Oportuna abordagem feita por José Augusto Drummond sobre – A Coluna Prestes – rebeldes errantes – publicado pela Brasiliense (SP), em sua Coleção Tudo é História (103), onde o A. baseou-se primordialmente na literatura de memórias, depoimentos e documentários dos participantes, a fim de concretizar seu estudo, demonstrando o desafio vivido pela organização política brasileira entre julho de 1924 e março de 1927.

Analisa José Augusto à p. 15 que a “Coluna Prestes expressou com a máxima clareza o militarismo dos tenentes, ou seja, sua valorização da excepcionalidade atribuída ao Exército brasileiro enquanto “patrocinador dos direitos do povo”, tornando, sem dúvida alguma, singular o papel do tenentismo na história das intervenções militares no Brasil.

Demonstra com muita propriedade o A. que a Coluna Prestes foi fruto das frustradas rebeliões militares ocorridas em São Paulo e no Rio Grande do Sul em 1924, onde a cisão entre os oficiais foi notória e a Coluna representou uma espécie de “escola preparatória” (p. 29) dos líderes do tenentismo, uma vez que havia uma geral insatisfação política dos militares com a situação política nacional.

Enfatiza ainda o A. (p. 36) que “a Coluna Prestes foi um grande feito militar, embora dificilmente possa ser considerada um feito da instituição Exército Brasileiro”, ao mesmo tempo que também não teve a intenção de esmagar as forças governistas pela violência.

Estuda minuciosamente a marcha da Coluna, bem assim os elementos que a integravam, revelando-nos suas ocupações e situações sociais, ao lado dos objetivos dela e de sua transformação de acordo com “as avaliações de caráter tático e estratégico” (p. 57).

Para o A. a ação política da Coluna Prestes fora de pouca monta, apressada e elitista, sem ter tido intenção ou ação no sentido de mobilizar a população, constituindo-se, basicamente, numa marcha de cavalaria.

Diz-nos o Prof. Drummond à p. 81 que a “Coluna Prestes, ao longo de sua marcha, desenvolveu uma hierarquia própria bastante

reveladora de seu isolamento militar, de seus objetivos militaristas e de sua sensação de auto-suficiência". Com isso, em nenhum momento de sua caminhada ela chegou a ameaçar os fundamentos políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira, não sendo, conseqüentemente, agente de uma revolução social.

Numa análise amplamente diversa da feita por Nelson Werneck Sodré sobre esta problemática, o jovem professor dá-nos, com este trabalho, valiosa contribuição à historiografia brasileira em seu estágio de revisão, ampliando, desta forma, o espaço para o debate do discurso científico.

## RÉQUIEM PARA A VILA KYRIAL

Everardo Tibiriçá

No inverno, em junho ou julho de 1961, ao saber da demolição da **Vila Kyrial**, dirigi-me para lá. A manhã nublada estava de acordo com o acontecimento nada alegre. A névoa redigia no espaço não sei quantos epitáfios. E havia razão para tais lápides. De fato, a **Vila Kyrial** morria, morria indefesa ante a moléstia dos vandalismos paulistanos. Seu nome, porém, ainda que extinta, impõe respeito à etimologia. Ninguém se atreve a dele exilar o Y grego, letra com a desejada feição de um lírio que pendesse da haste, enamorado, da ternura do próprio perfume. Termo de significado litúrgico, cognato de **Kyriale** e **Kyrie**, bem caracterizava a escola poética a que se filiou, gaulesmente ou burguesmente, o proprietário daquela esplêndida vivenda.

Mansão surgida há mais de meio século,\* em época de pouco alarde arquitetônico, época de pudor do exagero, a **Vila Kyrial** apresentava apenas traços sóbrios. São Paulo, nesse tempo, não admitia excessos. A sinceridade andava conosco, envolta no acalanto do sossego. As ruas, repousantes, provocavam espécie de sonolência nos transeuntes. Bondes lerdos, de tração animal, sugeriam idéias de algum enxerto de lesmas em tartarugas... Alongavam-se as noites com as humildes reticências dos lampiões, lampiões que solicitavam a colaboração e mesmo assinavam convênios com a claridade da lua e das estrelas...

José de Freitas Vale, gaúcho de origem, nascido na cidade de Alegrete a 10 de dezembro de 1870, emigrara jovem, lá editando seus **Rebentos**, poema em oitavas, motivo de perpétua penitência. Aqui, ingressa na Academia de Direito, formando-se em 1891. Familiarizado com a literatura e o idioma franceses, inscreve-se, em concurso, para a cadeira dessas matérias no Ginásio Oficial do Estado de São Paulo. Único candidato habilitado, obteve nomeação em 1894. Durante exatamente quarenta e três anos e sete meses lecionou aquelas disciplinas. Desdobrava-se, além do magistério, no desempenho da advocacia.

Pertenceu à geração que iniciou, nesta Piratininga, a chamada seita nefelibata. Teve por amigos um Alphonsus de Guimaraens e um José

(\*) Tenha-se em conta que o autor escrevia em 1961. (N. da R.):

Severiano de Resende, um Álvaro Viana e um Adolfo Araújo, um Alberto Ramos e um Adalberto Guerra Duval, etc.

Essas seis personalidades, quatro mineiros e dois filhos dos pampas, são dignas de referências especiais.

Alphonsus de Guimaraens, antes do enraizamento místico em Mariana, estava longe da displicência no trajar, pois era um perfeito dândi. Chegara a usar fraque e calças listradas, no último figurino, com a irrepreensível cartola cinza, de pêlo, alarmando, com semelhantes ademanes, a atenção de todos.

José Severiano de Resende, índole violenta, interromperia o curso no primeiro ano, na Faculdade das Arcadas, em virtude de apagar o golpe republicano desferido contra o monarquista Conselheiro Justino de Andrade, que se vira alijado da cátedra. Tornar-se-ia padre. E, embora abandonando, a sotaina em situação dramática, prosseguia causando a impressão de envergá-la. No convívio de amigos e até na alusão de adversários, jamais perderia o título eclesiástico. Era padre José Severiano de Resende na totalidade dos arroubos da existência. Em São Paulo, Santos e Rio, no exercício do jornalismo, empunhava bengala que muito se identificava a cajado para “peregrinar” na anatomia de quem com ele se incompatibilizasse em polêmicas. Transferindo-se, afinal, para Paris, ali sucumbiu, parco de recursos, a 14 de novembro de 1931.

Álvaro Viana, irmão do poeta Augusto Viana, inventou, em Belo Horizonte, a revista **Horus** que, na fase de berço do segundo número e segundo mês, em agosto de 1902, de modo previsto se extinguiria. Nela colaboraram Alphonsus de Guimaraens em francês, com o pseudônimo de “Vicomte Antoine de Grandeuil” e José de Freitas Vale, igualmente sob o disfarce em que se tornaria popular de “Jacques D’Avray”.

Adolfo Araújo, homem que não deixou livros, espadachim foi desde os primórdios de estudante. Agitou São Paulo com a famosa **A Vida de Hoje**, semanário satírico que arrepiou reputações na seção “Cemitério Gaiato”. Fundou **A Gazeta** em 1906.

Alberto Ramos, sereníssimo guasca, apesar de ledor de Nietzsche e de sobrinho de Gaspar Silveira Martins, nunca pretendeu possuir, deste, o minuano oratório. Era criatura de avareza no emprego dos vocábulos. Ático, fugia de congestionar de púrpuras as frases que escrevia. Traduziu Heine com perícia, escondendo-se em “Marcos Castro”. Acompanhou Olavo Bilac e Martins Fontes na instalação, em França, da **Agência Americana**. De retorno ao Rio, foi redator exemplar da **Agência Havas**.

Adalberto Guerra Duval, de quem se afirma ter sido o precursor do verso livre em nosso País, deixou somente um livro, intitulado **Palavras que o vento leva...**, impresso em Bruxelas, 1900, de

tiragem limitadíssima. Secretariou o semanário **Rua do Ouvidor**, colaborou em vários jornais e revistas. Um dia, desistiu de tudo, abraçando a carreira diplomática. Esteve em Roma, Buenos Aires, Assunção, Colômbia, Holanda, Alemanha e Lisboa. Aposentando-se, passou a residir em Petrópolis, falecendo em 1947.

A **Vila Kyrial**, de aspecto casmurro por fora, constituía o centro paulistano onde se reuniam os políticos, cientistas, visitantes ilustres e os intelectuais de nossa Capital. Internamente, recordava um palacete de Versalhes. Os poetas simbolistas, ali, figuravam com a força das convicções poéticas adotadas. Entretanto, para outros freqüentadores, não predominava nenhuma distinção de culto religioso, estético ou partidário. As portas da **Vila Kyrial** não precisavam esconder a superioridade do ecletismo.

Os jardins da **Vila Kyrial** com suas alamedas margeadas de plátanos insuflavam os espíritos às coisas altas do pensamento. Não faltava, àqueles recantos floridos, a música líquida de velhos repuxos boêmios.

Os homens de mais evidência de São Paulo e do Rio conheceram seus salões e o anfitrião amável que se chamou José de Freitas Vale. Washington Luís, presidente do Estado, pisara os tapetes com a decência da gente de antanho. Bernardino de Campos e Carlos de Campos discretaram amenidades. Altino Arantes, absoluto de compostura mental, falava de autores clássicos. Coelho Neto, Martins Fontes, Olavo Bilac, João do Rio, Aloísio de Castro, Guilherme de Almeida, Edvard Carmilo e outros davam asas à fantasia. Victor Brecheret, o criador do monumento às Bandeiras, tivera em José de Freitas Vale o melhor incentivo e Mecenas.

Na **Vila Kyrial** ocorreu episódio interessante quando da passagem de Vargas Vila em nosso País. Entrevistado por Saul de Navarro (Álvaro Henrique Moreira de Sousa), na **Gazeta de Notícias**, do Rio, em 1924, trabalho hoje constante d'**O Espírito Ibero-Americano**, Vargas Vila confessa: "Em São Paulo muitas senhoras me fizeram a honra de desejar ouvir-me discorrer sobre um tema literário, mas não pude satisfazê-las. Não poderia falar diante de senhoras sobre as minhas idéias políticas, nem mesmo sobre as minhas idéias estéticas, porque, com certeza, iria provocar-lhes o pudor; e eu acho o pudor, mesmo à força de **rouge**, uma coisa abominável".

Apesar dessa ressalva, o autor de **Ibis** resolveu aceder em pronunciar na **Vila Kyrial**, aos 25 de março de 1924, "El Fin del Arte", conferência que não passa de anêmico jogo de palavras e hoje se encontra em **Pólen Lírico**, livro no qual a enfeixou Vargas Vila, edição de Ramón Sopena, Barcelona.

A biblioteca da **Vila Kyrial** assinalava verdadeira tentação. Aproximadamente cinco milheiros ostentavam encadernações efetuadas

em Paris, com lombadas de nervuras e títulos que brilhavam como malacachetas, numa orgia austera de escritores de todos os tempos.

Na adega, zona tranqüila de teor subterrâneo, através de quinze compartimentos, houve período em que vinte mil garrafas pareciam artérias com o sangue dos parreirais de incontáveis nações. O sono dos frascos dependia do palpite do respectivo donatário para a hora do espocar, do saltar da rolha.

A pinacoteca surpreendia. O número de telas excedia de quinhentas, assinadas por pintores que se celebrizaram. As esculturas passavam de duzentas.

Jacques D'Avray, o segundo "Eu" de José de Freitas Vale, externava-se, na literatura, em versos franceses impecáveis. Publicou duas séries, em 1916 e 1917, dos **Tragipoemes**, impressas em **plaquettes**, sendo que cada uma delas encerrava sete obras, concatenadas em escrínio. Quanto ao apuro bibliográfico, afirma-se terem sido essas as edições de maior luxo surgidas até agora no Brasil.

Valioso o arquivo de... Jacques D'Avray. Dezenas de cartas de Alphonsus de Guimaraens estão à espera de alguém que as colija e comente. Algumas, de tom humorístico, pedincham empréstimos, tamanho era o franciscanismo em que se arrastava o autor de **Setenário das Dores de Nossa Senhora, Câmara Ardente, Dona Mística e Kyriale**, lutando para o sustento de catorze filhos menores.

Sabe-se que a biblioteca já se encontra em poder acertado da Academia Paulista de Letras. Os vinhos, doados, seguiram caminhos e paladares diferentes. Ignora-se o destino dos quadros.

Os saudosos José de Freitas Vale e... Jacques D'Avray pouparam-se ao sofrimento de assistir à dispersão das preciosidades colecionadas com amor, devoção, raciocínio requintado.

A **Vila Kyrial**, ao emergir na rua Domingos de Morais, recebera, primeiramente, o número 54, originado na Municipalidade. São Paulo exorbitou-se e o algarismo engordou para 300. Hoje, para tristeza dos paulistanos, voltou às cinzas dos zeros\*. Cresceu no mesmo local um dos usuais espantosos edifícios rumo às nuvens ou ao mundo da Lua. O óbito da **Vila Kyrial** está lavrado em ciprestes de cimento armado. Agora, na manifestação vertical e tumular do concreto, os pobres pássaros já não encontram partituras. Os repuxos emundeceram em definitivo. Flores e folhagens omitiram-se.\*\*

(**Vôo sem asas**, 135-138. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987)

#### **Nota da Redação**

(\*) A alteração do número foi devido ao fato de haver a Prefeitura, a partir de certo momento, adotado o sistema de numeração das casas por metragem e não de casa em casa, como outrora se fazia.

(\*\*) Em saudação dirigida ao maestro, pianista e compositor paulista Souza Lima, em 1972, a propósito do cinquentenário de sua brilhante estréia no Conservatório de Paris, o responsável por esta publicação referiu-se ao quanto Souza Lima ficou devendo à Vila Kyrial, do Senador Freitas Vale, em palavras que aqui se transcrevem, corroborando o que foi dito pelo escritor Everardo Tibiriçá:

"Sua carreira (de Souza Lima) se define, por assim dizer, nas reuniões famosas e de tanta projeção na vida social e intelectual de São Paulo, promovidas por Freitas Vale, em sua Vila Kyrial, na Vila Mariana, na capital paulista. Lá centralizava-se, de certa forma, o mundo intelectual e artístico de São Paulo, a ela comparecendo, inclusive, figuras ilustres, de passagem pela cidade. A fidalguia do senador gaúcho que soubera dar à sua residência o mesmo toque de elegância, de distinção e de bom-gosto, que nos habituamos a ver, pelas leituras, nos famosos salões franceses da era romântica ou da "belle époque", contribuiu enormemente para aglutinação do que São Paulo possuía de mais expressivo naqueles anos de transição que coincidem com a segunda década de nossa centúria. Ali se reunia um círculo que bem definia a época: homens do passado, homens de futuro, artistas, poetas, políticos, intelectuais mais diversos e até pseudo-intelectuais, nativos ou estrangeiros, enfim toda uma 'fauna sem bússola', para usar a sarcástica expressão de Oswald de Andrade. E era ainda o irreverente e incorrigível Oswald quem, ao mostrar os extremos a que chegava a legião de freqüentadores das 'avinhadadas reuniões' da Vila Kyrial, dizia que lá podia ser encontrado, desde um fútil e medíocre diplomata, cujo nome não precisa ser citado, até uma 'promissória de gênio', que era o pianista Souza Lima..

Xavier Leroux, o grande mestre francês, de passagem por São Paulo, à frente de um conjunto lírico, teve ocasião de comparecer a uma das reuniões da Vila Kyrial e ali ouviu Souza Lima. Resultado: endossou a 'promissória' a que se referia Oswald de Andrade, levando o senador gaúcho a conseguir do governo do Estado uma bolsa para que o talentoso pianista e já compositor pudesse estudar em Paris".

## NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE DERLY DE AZEVEDO CHAVES

Sebastião Gomes de Campos

**N. da R.** Em janeiro do corrente ano, faleceu em Porto Alegre o rev. dr. Derly de Azevedo Chaves, uma das mais expressivas figuras não apenas do Protestantismo brasileiro, mas da própria cultura nacional. O responsável por esta publicação, que bem o conheceu, tendo sido seu aluno, publicou em jornal de Campinas pequena nota, transcrita na seção "Rabiscos de um Escrevinhador" deste número (p.178). O que a seguir se transcreve, mais pormenorizado e mais rico de informações, foi elaborado pelo educador mineiro, porém radicado no Rio Grande do Sul, Sebastião Gomes de Campos, professor emérito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre para ser lido na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Derly de Azevedo Chaves nasceu a 3 de setembro de 1895, na Capela de Saicã, município de Rosário do Sul, RS, filho de Ataliba da Rosa Chaves e de Dona Êtelvina de Azevedo Chaves. Com apenas poucos meses de idade, sua família fixou residência em Alegrete, onde Derly realizou seus primeiros estudos (num colégio de maristas, da cidade) e onde se iniciou no magistério lecionando num colégio metodista da mesma cidade.

De origem católica, ligou-se, contudo, ainda na juventude à Igreja Metodista. Decidindo-se pela carreira ministerial, foi estudar no Granbery, famoso colégio metodista de Juiz de Fora, MG, onde concluiu os cursos de Humanidades (Bacharel em Ciências e Letras, na nomenclatura da época) e de Teologia. Em Juiz de Fora conheceu Otilia de Oliveira, jovem diplomada pela Faculdade de Farmácia do mesmo Granbery, e filha de tradicional família mineira, nascida em Tombos de Carangola. Contraíram núpcias em 26 de setembro de 1918, durando a união conjugal até 19 de abril de 1983, quando do falecimento da esposa.

Concluído o curso teológico, Derly e Otilia vieram para o Rio Grande do Sul (1918), tendo Derly exercido o pastorado em São Borja, Itaquí, São Luiz Gonzaga, Santa Maria, Cachoeira do Sul e Uruguaiana. Em 1924 deslocou-se para os Estados Unidos, onde realizou cursos de pós-graduação em Teologia na Emory University, em Atlanta, Georgia.

De volta ao Brasil, em 1928, fixou-se em Juiz de Fora, cabendo-lhe a grande tarefa de reorganizar e ampliar a Faculdade de Teologia do Granbery, sua "alma mater", trabalho que realizou de forma admirável, com rara competência e comprovado tino administrativo como Reitor por vários anos.

Em 1939 retornou ao seu amado Rio Grande do Sul, assumindo pastorado da antiga e tradicional Igreja Metodista Central de Porto Alegre, "celula mater" do Metodismo gaúcho, fundada em 1885. Sua atividade pastoral, sempre com a cooperação singular da esposa, caracterizou-se pela ação dinâmica que sempre marcou sua vida. Após trinta e cinco anos de intenso ministério, aposentou-se em 1953, embora continuasse servindo à sua amada Igreja, sempre ao lado da esposa, consagrando setenta e cinco anos ao serviço de Deus e da Igreja.

Além do pastorado e do ministério teológico, Derly Chaves foi um dos fundadores da antiga Faculdade de Filosofia, Educação, Ciências e Letras, hoje integrante da Universidade Federal de Porto Alegre, atuando brilhantemente no Departamento de Filosofia, e colaborando também nos colégios da Igreja Metodista como professor e conselheiro.

Participou da vida política sul-riograndense, como vereador à Câmara Municipal de Porto Alegre, em duas legislaturas, tendo, numa delas, exercido a presidência do legislativo; e como Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, da qual foi vice-presidente. Ainda na administração pública, desempenhou com eficiência o cargo de Diretor do Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. A municipalidade porto-alegrense conferiu-lhe o título honorífico de "Cidadão de Porto Alegre", em 9 de dezembro de 1980. Posteriormente, em 15 de outubro de 1985, foi distinguido com a medalha do Mérito Educacional.

Grande orador sacro e aplaudido conferencista, participou de inúmeros congressos e concílios de sua Igreja, no Brasil e no exterior. Colaborou por longos anos em jornais e revistas, dentro de sua área, sempre com muita autoridade e propriedade, e deixou diversos livros, entre os quais **Guri também é gente** (1980) e **Bilhetes do Céu** (1981).

Deixou três filhos: Professora Ruth Chaves Machado da Silva, casada com o bispo da Igreja Metodista Sady Machado da Silva; Dr. Paulo de Oliveira Chaves, professor universitário, ambos residentes em Porto Alegre; e Dra. Doris Emory Chaves, autoridade em enfermagem psiquiátrica, residente nos Estados Unidos.

Enfermo nos últimos anos, faleceu Derly de Azevedo Chaves no dia 20 de janeiro de 1988, sendo seu corpo dado à sepultura no Cemitério Evangélico de Porto Alegre. Sua influência foi extraordinária na formação e desenvolvimento do corpo de ministros da Igreja Metodista e na obra pastoral, social e de evangelização da Igreja. No púlpito, na cátedra e na tribuna parlamentar deixou marcas indeléveis de sua personalidade de homem a serviço de Deus e da Humanidade. O livro de memórias, de sua esposa — **Itinerário de uma vida** (1977) é relato riquíssimo da vida do casal, tesouro de experiências as mais diversas, em circunstâncias as mais variadas, e em diferentes partes do mundo.\*

---

(\*) Sobre a grande educadora Otília de Oliveira Chaves, ver **Itinerário de uma vida**, em o nº 110 desta publicação, abril/junho de 1983, pp. 176/177.

## IBRAHIM NOBRE: 100 ANOS

Henrique L. Alves

Um sentimento de nostalgia, saudades e emoção tomou conta da gente paulista presente à sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida por Lycurgo de Castro Santos Filho e palestra de Silveira Peixoto, comemorativa do centenário de nascimento do tribuno Ibrahim Nobre. Um roteiro biográfico a determinar a presença de uma personalidade forte, figura simpática, cabeleira peculiar, *embranquecida pelo tempo*, porte atlético a esbanjar elegância no andar.

Simples e humano, amigo de sempre, conversa carregada de *magia, poesia, ternura, muito amor a São Paulo*. Eu o via cruzar as ruas da *Paulicéia e os eventuais encontros eram sempre festivos*. A sua posse na Academia Paulista de Letras sagrou o 9 de Julho de 1960 com a expressão do espírito paulista, saudado pela palavra eloqüente de Menotti del Picchia. Depois, a homenagem aos seus 80 anos, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidido por Aureliano Leite com palavras candentes de civismo de Austregésilo de Athayde, outro encontro inesquecível de São Paulo. Era o duelo de palavras cívicas e constitucionais daquele que saudava e de quem agradecia.

Nasceu Ibrahim Nobre a 19 de fevereiro de 1888, na rua Direita, paulistano da gema, predestinado a carreira de lances heróicos na linha de uma formação na Faculdade de Direito do largo São Francisco. *Recebeu ensinamentos essenciais para sua formação mental e moral para viver o seu tempo*. Bacharelou-se em 1909 e opta pela carreira de delegado de polícia e sua senha é: “Nunca fui autoridade: sempre fui utilidade.”

A sua vida sofre uma guinada para a política, optando a estrada da constitucionalidade. Integrado na promotoria pública, começa a experimentação de uma liderança, com objetivo de determinar a voz de São Paulo, concentrando-a no espírito paulista. Usa todos os meios para exaltar a liberdade no direito sagrado da ordem e da Constituição. É o ato heróico contra a Revolução de 30 a conspirar como autêntico líder e tribuno. Concita para a revolução paulista. Seus discursos pautam pelo primor de frases e conceitos. O texto “Minha terra, minha pobre terra” é uma obra-prima, uma peça antológica. Vale a pena ler e refletir:

“Ah! se o Brasil pudesse escutar a própria alma! Bastava-lhe ajustar o ouvido ao coração da Academia! E escutar! E sentir! São os passos do passado que perpassam num frêmito de sonhos que deflui. É o reviver de todas as fanfarras. Claro éco de todas as patrulhas! É Castro Alves que clarina! É Rui! E o Brasil sentiria nesse nobre revôo salutar que sua alma ficou nessa Academia como ‘dentro de um búzio ficaria a memória do mar’. Minha Terra! Minha pobre Terra! Alma feita dessa mesma brasilidade, a que deste, numa permanente renúncia, as mãos, o ouro, o sangue! Tu foste o filho abençoado, o amigo certo, o melhor irmão! Foste para o Brasil em suas horas: o Clarim! A Clareira! O Claro!”

Ibrahim Nobre foi figura prevista e chantada na glória do ontem. Equilíbrio, ritmo, ideal, fé, honra, dever, consciência, sonho, amor, a formar o conteúdo de uma epopéia. E do exílio ao retorno encarnou ao longo dos anos os ideais que justificaram a luta contra a agressão e a covardia.

Comemoramos o seu centenário nas indagações do ontem e do hoje. No imperativo dessas indagações, ouçamos a voz candente do tribuno:

“Mães paulistas! Ensinai vossos filhos que o sangue não vale pelo que corre humanamente nas veias, mas pelo que palpita humanamente no coração! Que filhos que vem da honra, morrem com honra, pela honra. Esposas e noivas da minha terra! Afirmar aos vossos maridos, aos vossos prometidos que o amor não se prova pelo que obtém, mas pelo que renúncia. Que não há lar livre em terra escrava... Olhai: lá fora estão passando os funerais da nossa geração e do nosso poder! Então, homens?”

Ainda ressoam suas palavras improvisadas e eloqüentes, tanto no discurso de posse na Academia, bem como, a do agradecimento na festança dos seus 80 anos. Ainda estão latentes palavras de saudação a Paulo Bomfim que é São Paulo na posse do poeta na Academia Paulista de Letras. Revisão do passado, reciclagem da história, reflexão da memória. Felizes daqueles que viveram esses instantes que estão diluídos, esmaecidos, esquecidos nas horas que se escoam sem o civismo heroico.

Aonde, brasileiros de São Paulo está o civismo?

## O CORONELISMO: UMA NOVA ABORDAGEM

José de Ribamar C. Caldeira  
Universidade Federal do Maranhão

Em linhas gerais, o coronelismo pode ser apresentado como forma peculiar de dominação social e política, exercida por grandes proprietários de terras sobre populações camponesas. Segundo essa perspectiva, tem sido apreendido como uma **totalidade específica**, resultante da conjunção de fatores sócio-econômicos e político-ideológicos, a envolver indivíduos e grupos distintos e socialmente definidos na estrutura de formação brasileira. Porém, o coronelismo pode ser considerado uma **relação**, dotada de dimensões sociais, econômicas, políticas e ideológicas que o integram e não podem ser apreciadas isoladamente.

Os trabalhos pioneiros de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o tema, enunciaram as diversas dimensões que lhe são próprias, ao mesmo tempo em que forneceram os principais fundamentos que o informam, para a sua investigação empírica, teórica e histórica. A partir de suas proposições, outros autores analisaram o coronelismo, com vistas a apreendê-lo sob novos ângulos, sem contudo afastar-se das premissas que o enunciam. Dentre tais autores, por exemplo, pode-se fazer referência a Décio Saes. Para esse autor, o coronelismo resultou, de um lado, de relações de dominação e servidão, existentes entre grandes proprietários rurais e camponeses; de outro, de **compromisso** entre o Estado e aqueles senhores, através do qual estes recebiam favores do primeiro, em troca de apoio político. Os coronéis constituíam importante base de sustentação do Estado, denominado burguês.

Seria fastidioso apreciar, aqui, os diversos trabalhos existentes sobre o coronelismo. Contudo, importa frisar, com alguma regularidade surgem estudos sobre o tema, o que indica a sua frequência entre os objetos investigados por cientistas sociais.

Desses estudos, o último dos quais tomamos conhecimento, é da autoria de Ibarê Dantas, intitulado **Coronelismo e Dominação**, Aracajú, Universidade Federal de Sergipe. PROEX/CECAC, Gráfica Diplomata Ltda. 1987, 110 páginas.

Em seu trabalho, o autor revisa os principais estudos realizados sobre o coronelismo e privilegia os aspectos políticos inerentes ao seu

objeto de análise. Nesse sentido, o aborda como uma **prática**, fundada na dominação política. Daí conceituar o coronelismo “como uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que se impõem como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação” (p. 18). Sob essa ótica, o coronelismo é enunciado como **variável** possuidora de autonomia relativa, pouco conectada com os demais fundamentos que lhe conferem sustentação, que emerge como força política ideologicamente orientada para a preservação do **statu quo**, bem como fica adstrito a sinônimo de dominação política. Quanto aos coronéis, incluem-se na categoria de agentes de intermediação entre os grupos dirigentes regionais e as populações camponesas. Ora, conforme têm demonstrado os estudos empíricos, os coronéis incluem-se entre os integrantes das oligarquias, a exercerem influência política sobre os grupos dirigentes regionais e nacionais, mesmo no caso daqueles que não se apresentam na condição de mandatários políticos.

Porém, Ibarê Dantas propõe questões de interesse para os estudiosos do tema, sobretudo quando analisa a evolução histórica do coronelismo, atrelando-a aos avanços do capitalismo urbano-industrial no Brasil, às mudanças ocorridas na sociedade nacional e às novas funções assumidas pelo aparelho de Estado. Ao longo daquela trajetória, o coronelismo teve o seu período de apogeu entre 1900 e 1930. A partir de 1945, começa a declinar, como força política, por impulsão da **modernização**. O chefe político local passou a utilizar os “recursos do Estado de forma racional, como instrumento do clientelismo” e foi “perdendo seu estatuto de coronel” (p. 35). A mudança de estilo teria alterado o conteúdo da dominação coronelista?

O estudo de Ibarê Dantas se soma à bibliografia sobre o tema, procurando enriquecê-lo. Porém, seguindo o exemplo de muitos dos trabalhos recentes, deixou de lado a apreciação dos partidos políticos, instrumentos controlados pelos coronéis, através dos quais influenciaram as políticas de governos, em suas diversas instâncias. Os PRs da República Velha e, mais tarde, o PSD e a UDN os abrigavam, para a defesa de seus interesses. Excluir a relação dos coronéis com o sistema partidário, constitui tendência que se arrisca a suprimir importante fator integrante das práticas coronelistas.

No seu esforço de explicação teórica e histórica do coronelismo, Ibarê Dantas aparece, provavelmente, como o primeiro autor brasileiro a aplicar os conceitos de Sociedade Política e Sociedade Civil, em sua vertente gramsciana. Embora interessante, pareceu-nos pouco correta a sua utilização. Como pensar funda oposição entre Estado e Sociedade, no caso brasileiro, se o primeiro aparece controlado por forças sociais

diversas? Como admitir tal oposição se, conforme o autor, "Não obstante o seu definimento, o coronelismo moldou o **Estado** aos interesses dos proprietários rurais (e) subverteu o sistema representativo"? (p. 38). De que modo aceitar a mesma oposição, considerando-se a predominância do **patrimonialismo**, ao longo do período histórico analisado pelo autor? Em que posição colocar o **clientelismo político**, resultante de interesses das classes subalternas urbanas, com a conivência dos "donos do poder"? Apesar dessas observações, a recorrência de Ibarê Dantas aos citados conceitos de Gramsci aparece revestida de importância, por suscitar indagações que encaminham a apreciação do coronelismo para novas abordagens teóricas.

A complementar seu estudo sobre o coronelismo, o autor incorporou pesquisa sobre a vida política no Município de Itabaiana (Sergipe), de 1945 ao começo desta década. Trata-se de análise das práticas políticas de chefes municipais, apoiada em dados empíricos que contribuem para ampliar as informações sobre o exercício de mandonismo local e suas mutações, nos quatro últimos decênios.

Inclui-se o estudo de Ibarê Dantas entre os trabalhos que abordam o coronelismo sob novos enfoques. De um lado, por propor a inclusão de questionamentos até agora pouco presentes, nas análises atuais sobre o tema; de outro, por constituir contribuição prestada pelo autor, para manter vivo o debate sobre assunto de larga importância para a compreensão do sistema político brasileiro, sob o regime republicano.

## O ENCANTADO ESPÍRITO DAS ROUPAS

Jurandir Ferreira

Estas linhas visam dar a nossos leitores a notícia de que o esperado **O espírito das roupas: a moda no século XIX**, de Gilda de Mello e Souza, acaba de aparecer pela Editora Companhia das Letras, de São Paulo, com apoio cultural da Metal Leve.

Gilda de Mello e Souza foi uma das primeiras mulheres a se formarem na Universidade de São Paulo, em 1939, e é hoje conhecida e respeitada como uma das figuras dianteiras nas classes intelectuais e universitárias do país. Orientada quando menina por seu parente e mestre Mário de Andrade, teve também nas faculdades que freqüentou a influência de professores franceses, como Roger Bastide e Claude Levi-Strauss. Suas obras anteriores, como **O tupi e o alaúde** (1979) e **Exercícios de leitura** (1980) confirmam suas aptidões de ensaísta, sua cultura e talento. Há que lhe reservar na inteligência brasileira um lugar de eminência tão destacado como se tem visto o nome de algumas grandes mulheres letradas da França contemporânea. Portanto, não será preciso dizer que **O espírito das roupas** não é um espírito leviano, mas, ao contrário, é sério. E a despeito de tal seriedade, oferece com suas muitas agudezas e sutilezas de idéias uma leitura capitosa.

Com o título de "Pano para Manga" abre o livro o belo prefácio de Alexandre Eulálio. A seguir, um trecho de Carlyle, em **Sator Resartus**, no qual se compara **O espírito das leis**, de Montesquieu, ao espírito das roupas e onde se afirma que nem como costureiro nem como legislador o homem age por mera casualidade e sim por obediência a um misterioso processo mental.

Até onde alcançam nossas veteranas vistas de bibliômano, o volume trata de matéria ainda não versada nas letras nacionais. Admira saber que esta obra excelente, com tudo aquilo com que hoje ela se publica, deriva de uma tese de doutoramento em Ciências Sociais, há 37 anos, quando a autora estava ainda no que se chama de descuidosa juventude. "O que eu mais queria era ser escritora", disse ela ao jornalista Sérgio Augusto, mas acabou envolvendo-se com todos os ramos do que são as humanidades, no presente. "Ficou o amor pela língua", confessa. Amor que vemos, em suma, bem cultivado. A linguagem fina, sábia, correta e

desataviada, tem a firmeza e a densidade que bem assentam ao torneio das coisas históricas, como esse esmerado ensaio sobre as modas do século XIX. Ali nunca a escritora redoura a frase, mas a depura no ofício da clareza. Límpida e hialina, é como o vidro temperado que se compara ao aço. Há uma realidade vocabular como que metálica e heráldica ao mesmo tempo e a propósito, de resto, para significar ou para conviver ao lado dessas fidalguias com que sempre estamos comprometidos e que são as elegâncias da vestimenta, aquelas que podem fazer de um pé-rapado um príncipe. “A moda é dos instrumentos mais poderosos de integração e desempenha uma função niveladora importante ao permitir que o indivíduo se confunda com o grupo” (pág. 130). Este, que a miúdo se busca, deve ser o mais qualificado ou o mais forte para que confira um satisfatório “status”.

Assim como o século XIX se faz notar pelos engalanados refinamentos da moda, com a ascensão e o predomínio da burguesia, surgem hoje as “jeans” com as quais a moça rica, “por instinto de autopreservação”, se disfarça de proletária, a classe politicamente forte nos dias que correm. E, segundo Thomas Mann, politicamente e socialmente são a mesma coisa.

**O espírito das roupas** não traz até nós apenas roupas com os seus acessórios. Traz uma infinidade de idéias e conceitos correlatos. As modas são ali um constante pretexto para o alargamento de nossas vistas através do tempo, através dos homens e das coisas do mundo. Não tivesse Gilda de Mello e Souza a erudição que tem e que pode ser avaliada no bem cuidado e copioso índice bibliográfico com o qual remata este livro superenriquecido por tantas e tão pitorescas ilustrações. Livro raro, que se destina a almas raras, como todos nós cuidamos ser.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Alves, Frei Gregório de Protásio – O Aleijadinho e o Alferes Tiradentes. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1987. 67p.

Singelo e desprezencioso relato de uma excursão a algumas cidades históricas de Minas Gerais, nas quais observou sobretudo o esplendor da arquitetura, da escultura e da pintura barroca, expressão do período aurífero dos tempos coloniais. O autor dá ênfase à obra do Aleijadinho constante dos doze profetas que figuram no adro do Santuário de Congonhas do Campo, descrevendo-os numa linha muito semelhante à que foi desenvolvida pela Professora Isolde Venturelli, divulgada em primeira mão por esta revista, reproduzida em diversos órgãos de publicidade e finalmente ampliada para o livro **Profetas ou Conjurados?**, não citado pelo autor, mas certamente de seu conhecimento. ONM (Cortesia da Editora).

Boschi, Caio C. – O Barroco Mineiro: Artes e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1988. 78p (Col. “Tudo é História”, v. 123).

Parte o autor do princípio de que, apesar de tanto se ter escrito sobre o Barroco Mineiro, “vários são os pontos descuidados pelos autores”. Alguns destes pontos vêm explicitados na introdução ao pequeno volume: “Tentar delinear as condições e a divisão social do trabalho, nas suas formas individualizadas ou coletivas, sejam elas respaldadas ou não por manifestações de solidariedade profissional; analisar a regulamentação das relações de trabalho na sociedade de então; buscar identificar quem e como se demanda o trabalho daqueles oficiais, animando e mantendo a vitalidade do consumo das artes nas Minas Coloniais; essas, as intenções (ou a pretensão) do texto que segue, ressalvadas a superficialidade com que a temática é nele tratada e as limitações próprias à coleção em que ele se inclui”. Pretensão, não. Limitações, é obvio, e a elas não se pode fugir. Louve-se a precisão do autor: difícil dizer tanto em tão pouco espaço. Livrinho que, de fato, vem enriquecer a bibliografia relativa ao Barroco Mineiro, a qual, com raras exceções, prima por caráter excessivamente repetitivo. Caio César Boschi traz algo de novo e isto, nos de hoje, é realmente gratificante. ONM (Cortesia do autor).

Cardoso, Ten Cel Alberto Mendes — Os treze momentos: análise da obra de Sun Tzu. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987. 158p. (Publ. n<sup>o</sup> 564; Col. General Benício, v. 253).

Sun Tzu, chinês que viveu no quarto século antes de Cristo, deixou uma **Arte da Guerra** que, talvez seja o mais antigo trabalho sobre o assunto produzido no mundo. Os estudiosos chineses divergem a respeito da autoria deste texto. “Aspectos como o estilo literário, os termos empregados, os costumes mencionados na obra, a organização dos exércitos abordada, a tática descrita, a condução política da guerra, a referência a reinos inimigos, a identificação nominal do autor, o sistema agrícola vigente, a duração das guerras, o adestramento das tropas, os armamentos citados, a ausência do emprego da cavalaria e a concepção filosófica predominante, ora são argumentos para uma corrente, ora para outra”, diz o comentarista do autor chinês, numa de suas primeiras páginas. E conclui: “A opinião melhor justificada e, portanto, mais convincente permite-nos concluir que **A Arte da Guerra** é obra de um só autor — muito provavelmente chamado Sun Tzu —, que viveu na época dos ‘Reinos Combatentes’. Foi escrita em algum tempo entre 400 e 320 aC e não em torno de 500 aC, como foi inicialmente propagado no Ocidente, com base na afirmação de Ssu Ma Ch’ien, um dos comentaristas do mais antigo tratado militar. Sun Tzu teria sido comandante do exército do rei Holu, do Estado de Wu, no centro-leste da China, cuja capital seria a atual cidade de Wuchang, a oeste de Xangai”. O antiquíssimo texto de Sun Tzu só veio a se tornar conhecido no Ocidente em 1772, graças à versão de um missionário jesuíta que trabalhou em Pequim, o Padre Amiot, publicada em Paris. Neste volume, uma das mais recentes publicações da Bibliex, o Tenente-Coronel Alberto Mendes Cardoso faz uma profunda análise do precioso texto chinês (mostrando, inclusive, sua atualidade), seguindo-se a tradução integral do próprio escrito de Sun Tzu. Consta este de treze pequenos capítulos, que deram margem a sérias e conscientes meditações por parte do responsável pela primeira edição brasileira do antiquíssimo texto. Daí o título que lhe foi dado. ONM

Carneiro, Glauco — O Poder da Misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo. São Paulo, 1986. 2 vols.

Depois de biografar a tantas figuras expressivas e de grande participação na vida de São Paulo e do Brasil, decidiu-se o autor a “biografar” uma instituição, também expressiva e de grande

participação na vida de São Paulo e do Brasil. E fê-lo de maneira correta, estudando-a no contexto em que ela se insere, ou, mais precisamente, estudando esse próprio contexto. Eis porque boa parte de seu livro é consagrada ao estudo da cidade de São Paulo, para o qual valeu-se das mais seguras fontes. Não só a bibliografia existente, mas igualmente documentos inéditos ou pouco utilizados, o que dá ao livro um embasamento seguro, sem o qual, de fato, seu livro cairia no panegírico ou na preocupação louvaminheira de arrolar um a um todos os que tiveram qualquer participação na grande instituição que é a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Não. Glauco Carneiro fez história e história muito boa, com uma criteriosa triagem das fontes que teve a seu dispor. Não é fácil — reconheceu-o ele — estudar uma instituição de mais de quatro séculos, especialmente quando ela está, como no caso presente, tão ligada à vida da cidade. “A Santa Casa paulistana — diz Duflío Crispim Farina em frase citada pelo autor no pórtico do livro — “é o centro, a coluna vertebral de todo o evoluer da civilização paulista”. E em nota prévia, o autor lembra a genial concepção da Santa Casa, “fruto de uma simbiose perfeita entre as necessidades do serviço de Deus e das motivações da coroa portuguesa”. E em função deste dualismo — Deus e Coroa — o autor faz desenrolar toda a sua obra, indo buscar as origens das Santas Casas em Portugal. Cerca de cem páginas consagra ao estudo destas raízes da instituição, revelando um grande conhecimento da História Ibérica. Colocada a Santa Casa no Brasil — e em quase todas as Capitanias, logo no primeiro século — e em São Paulo, passa ela a ser um dos mais vigorosos esteios da organização política, social (e por que não econômica?) da colônia, um novo poder — o “Poder da Misericórdia” — a afirmar a garantia do equilíbrio do Estado no Brasil. Defendendo-se (como se precisasse) de não elaborar trabalho de pesquisa totalmente original, mas de consolidar o que tem sido escrito sobre a Santa Casa, revela, pertinentemente, que o estudo do “modelo” que levou à organização da Irmandade, desde os seus começos, em Portugal, oferece enfoques inéditos. E afirma, com toda a razão, que o livro traz contribuição nova para a discussão de três pontos pouco conhecidos da História da Misericórdia: 1. A fundação ou início da atuação em São Paulo; 2. A cobertura dos cem anos decorridos entre a mudança do hospital da Glória para o Arouche, e até a fase atual; e 3. A história da participação das elites paulistanas na Irmandade de Misericórdia. E adiante, esclarece: “Apesar do vulto da obra, nem de longe pretendemos ter esgotado o assunto. A Santa Casa é um mundo. Particularmente, para quem se dedica à assistência social e à medicina, a instituição ainda comporta várias novas pesquisas. Porém, no que se refere à ideologia que levou à formação da

Irmandade, pensamos estar dando um roteiro seguro para quem deseje ir mais em frente”. Divide-se a obra em quatro “livros”: 1. **O Poder** (com os capítulos: Portugal e a missão de Deus; O papel da Ordem de Cristo (pp. 3 a 26). 2. **A Misericórdia** (com os capítulos: A Irmandade de Lisboa; Os instituidores; O compromisso medieval; O pilar colonial da solidariedade; A primeira Misericórdia do Brasil; em anexo, Cronologia dos Hospitais das Santas Casas no Brasil; pp. 27 a 126). 3. **A Irmandade de Piratininga** (com os capítulos: O início na terra paulistana; Os bandeirantes da caridade; O primeiro hospital; A expansão no século XIX; A escalada da Glória; O hospital do Arouche; O Arcipreste Andrade; A era de Arnaldo; A Faculdade de Medicina; Hospital de Sangue; Escola de Enfermagem; A modernização; A Faculdade de Ciências Médicas; O humanista Mário Altenfelder, pp. 129 a 708; 4. **Da Misericórdia o poder** (com os capítulos: Santa Casa e evolução da Medicina; As elites na Misericórdia; pp. 709 a 899. O restante do segundo volume é precioso documentário. Indicações precisas das fontes e rico documentário fotográfico alicerçam fundamentalmente a obra. ONM (cortesia do autor).

Casarotto, Marcílio – Antônio Prado: 50 anos de presença marista. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1988. 94p.

Durante cinquenta anos, os maristas mantiveram um importante colégio na cidade gaúcha de Antônio Prado, numa das áreas mais expressivas da colonização italiana. O que este pequeno livro relata é a crônica não apenas do colégio, mas da presença marista naquela região do Rio Grande do Sul, sua obra missionária, seu pioneirismo na educação, sua influência cultural e social, com numerosos informes sobre as diversas etapas por que passou o educandário, até sua desativação, na década de 70. O volume traz apresentação de Dom Henrique Gelain, bispo emérito de Vacaria, e que, antes de elevado ao episcopado, dirigiu por vários anos a paróquia de Antônio Prado. Dali saiu para assumir a diocese de Cajazeiras, na Paraíba. Numerosas fotografias ilustram o volume, todas de interesse não só para a história do colégio, como da própria cidade de Antônio Prado. ONM (Cortesia da Editora)

Fonseca, Walter – Pequena Enciclopédia da Cidade de Juiz de Fora: gente, fatos e coisas. São Paulo, Ícone Editora, 1987. 127p.

Médico veterinário com brilhante folha de serviços na profissão, inclusive com valiosas obras científicas, a aposentadoria trouxe-o

para as lides históricas, com trabalhos publicados no campo da genealogia, da biografia e da memorialística. À sua bibliografia vem juntar-se esta **Pequena Enciclopédia da Cidade de Juiz de Fora**, que não é tão pequena assim, pois arrola cerca de novecentos verbetes sobre “gente, fatos e coisas” da grande cidade mineira, onde o autor viveu, estudou e constituiu família. Radicado em São Paulo há cerca de quarenta anos, membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico, nunca esqueceu, contudo, a cidade onde passou a mocidade e que ainda visita com frequência. Mais ainda: interessou-se pela sua história, produzindo um livro original, que não conhecemos similar na bibliografia brasileira. Almir de Oliveira, jurista e historiador de grande renome, membro da Academia Mineira de Letras, soube apreciá-lo no prefácio: “É fruto de trabalho metódico, que o método é uma característica do autor. Resultou de pesquisa paciente e cuidadosa, conferida a cada passo. Obra prática, destinada a ajudar a localização de informações sobre pessoas, instituições e fatos relevantes sobre variados aspectos de Juiz de Fora. Um livro que, oferecido ao público, passará a figurar entre os auxiliares preciosos de quem busca informação. Material colhido em boas fontes e posto em boa ordem, o que facilita a consulta. Serve ao pesquisador, ao estudante e ao simples curioso de pessoas, fatos e instituições juizforanas”. E conclui: “Não se pode dizer que esteja completo. O autor sabe disto. Não há nenhuma enciclopédia completa, por mais rica seja de informações. A cada edição acrescem-se às enciclopédias e aos dicionários novos verbetes e se ampliam os já publicados. Certamente ocorrerá isto com as futuras edições desta obra, que se deverá ter no lugar em que situamos os livros de nossa consulta cotidiana”. Endereço do autor: rua Domingos Rodrigues, 636/203, São Paulo 05075.

História Econômica de Juiz de Fora: subsídios. Juiz de Fora, 1987. 92p.

Reúne este volume as palestras ministradas num curso promovido e levado a efeito em 1987 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, “efetivação de um antigo projeto do Instituto, sempre preocupado em fazer um consciente levantamento de nosso passado histórico”, informa Wilson de Lima Bastos, presidente do sodalício, na apresentação. Colaboraram no curso, e conseqüentemente no volume, além do próprio presidente do Instituto, expressivas figuras da vida cultural juizforana: Newton Barbosa de Castro, José Tostes de Alvarenga Filho, Almir de Oliveira e Wilson Cid, os quais abordaram temas com que se pode dar “u’a mostra tão precisa quão possível da história econômica de Juiz de Fora: comunicações,

história bancária, contribuição da imigração alemã à industrialização da cidade, imprensa e energia elétrica. Bonita apresentação, mostrando na capa três fotografias “históricas” e representativas de Juiz de Fora: um trecho da Estrada União e Indústria, a usina hidrelétrica, primeira da América do Sul e a sede da Indústria Têxtil Bernardo Mascarenhas, hoje transformada em espaço cultural. Significativo registrar que a publicação do presente volume foi possível pela iniciativa de Francisco Antônio de Mello Reis, professor de História, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, antigo prefeito da cidade e hoje Deputado Federal Constituinte. ONM (Cortesia do dr. Almir de Oliveira).

Lamounier, Maria Lúcia – Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, Papirus, 1988. 176p.

Estuda este volume o problema do trabalho no Brasil, livre e escravo, nos últimos anos da década de 70 do século passado, quando se chocavam os interesses daqueles que preconizavam um processo lento para a abolição e a adoção de uma legislação que garantisse o trabalho dos libertos e, de outro lado, os que, principalmente em São Paulo, propunham um programa de imigração subvencionada. A autora analisa a legislação adotada em 1879 (lei de locação de serviços), que “pode ser considerada, em seu grau de complexidade, a primeira tentativa de intervenção do governo brasileiro na organização das relações de trabalho livre na agricultura”. (Nota estampada em “D. O. Leitura”, de junho de 1988). Lembra a autora que a chamada “Lei Sinimbu”, de 1879, até agora tem ocupado “lugar apenas periférico” na maior parte do que se escreveu sobre o assunto. E após enumerar alguns dos autores que não deram ao problema a devida importância, centraliza praticamente nele o seu trabalho, preenchendo, assim, sensível lacuna na bibliografia relativa ao trabalho no Brasil. É gratificante, na época de hoje, quando aparece tanta “vigarice” no campo da História, encontrar um livro que traga realmente algo de novo. ONM (Cortesia da Editora).

Maciel, Cleber da Silva – Discriminações raciais: negros em Campinas, 1888-1921. Campinas, UNICAMP, 1987. 210p (Coleção “Tempo e Memória”, série “Campiniana”, v. 1).

Apresentado como dissertação de Mestrado na UNICAMP, em 1985, o livro em epígrafe inaugura uma série de livros inteiramente dedicada a Campinas, a “Campiniana”. Iniciativa do Centro de

Memória, que assim oferece o primeiro resultado da produção científica que se tem realizado sob o seu direto estímulo, a coleção vem atender a um velho desejo de intelectuais e instituições culturais da cidade, que por diversas vezes tentou torná-lo realidade. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a integração do negro numa sociedade de classes e o processo da Abolição são analisados a partir do universo dos negros em Campinas, que o autor descreve de maneira viva e objetiva. Para tanto, passou dois anos em Campinas pesquisando em fontes primárias e entrevistando membros da comunidade negra, cujo depoimento esclareceu pontos mais obscuros e controvertidos da pesquisa. O momento histórico é marcado pelo grande desenvolvimento e pelas transformações urbanas que a cidade sofre. Aí emergem os negros com seus problemas angustiantes de custo de vida, de moradia, de saúde e educação. A discriminação racial em nossa cidade é produzida em meio a contradições, cujos parâmetros são a louvação da mulatice, as dificuldades para um movimento cultural expressivo que se manifesta entre os negros, a repressão violenta da polícia, o esvaziamento ou diminuição acentuada no contingente da população negra local, que passa a dirigir-se para outras cidades após a Abolição, a consciência atenta dos negros à sua realidade, o seu grau de organização e reivindicação, as limitações gritantes de sua cidadania. No ano em que se comemora o centenário da Abolição, esta obra tem especial significado para o conhecimento do tema. (Nota de Gonçalves do Amaral, em "Correio Popular", 31-3-1988).

Spadaccia, José – Monografia histórica de Valinhos. Valinhos, 1988. 221p.

Apreciando livro anterior publicado pelo autor, também sobre Valinhos, assim se externou o saudoso Professor Francisco Ribeiro Sampaio, em carta que lhe foi dirigida e que o autor transcreveu neste volume: "Meu bom amigo. Você tem obrigação de continuar escrevendo suas memórias, a História de Valinhos, os pró-homens valinhenses e campineiros, os fatos a que assistiu e nos quais tomou parte... Continue, continue para o bem de Valinhos e dos seus leitores". Estimulado por pareceres deste jaez, decidiu-se o autor a continuar e de sua persistência resultou o volume que aqui se registra, contendo um pouco de tudo aquilo que Sampaio sugeria: memórias, reminiscências, testemunhos pessoais, numerosos "flashes" do passado valinhense, desde suas origens até a moderna industrialização, com o histórico, por exemplo, da Clark. Não pôde fugir o autor a um certo sentido de "anuário", inerente a trabalhos desta natureza, com informações talvez desnecessárias numa obra de História, mas que atenderam ao caráter informativo que o autor lhe quiz dar. ONM (Cortesia do autor).

Teixeira, Messias Gonçalves – Paulo Setúbal. Campinas, 1987. 114p.

Ao ser eleito para a Academia Campineira de Letras e Artes, em 1981, o saudoso Messias Gonçalves Teixeira, mestre consagrado e que deixou brilhante folha de serviços à causa da educação em Campinas e em São Paulo, teve o privilégio (segundo ele dizia) de ocupar a Cadeira que tinha por Patrono Paulo Setúbal. Como de praxe na vida acadêmica, teve Messias Gonçalves Teixeira de traçar o perfil de seu patrono e o fez de maneira muito feliz neste volume, que, infelizmente, nem chegou a ver publicado (ou pelo menos distribuído), por ter falecido menos de um mês antes. O grande mestre do romance histórico é evocado carinhosamente, mas o autor preferiu dar ênfase a outro livro do escritor de Tatuí, o que mais lhe tocou à sensibilidade, o **Confiteor**. E ao tratar de suas confissões, não pôde deixar de cuidar da conversão de Paulo Setúbal, por ele próprio narrado em seu grande livro. O volume traz prefácio do Dr. Samuel Lisman Baum, presidente da entidade à qual o livro foi dedicado. ONM (Cortesia da Família do Autor).

Venâncio, Renato Pinto – Ilegitimidade e concubinato no Brasil colonial: Rio de Janeiro e São Paulo. Apres. de Maria Luiza Marcílio. São Paulo, Cedhal, 1981 23p. (“Estudos Cedhal”, nº 1).

Apresentando este trabalho, informa a Professora Maria Luiza Marcílio que muitos dos “Estudos” do Cedhal (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) versarão sobre pesquisas que venham sendo realizadas a níveis de mestrado ou doutorado. “O espaço que se lhes abre para exporem a divulgarem seus trabalhos, constitui preciosa ocasião de sistematização e de debates de suas hipóteses, dados, métodos, análises e reflexões, ainda em fase de elaboração. É a oportunidade ainda enriquecedora de ouvirem críticas, sugestões, indicações de rumos diversos daqueles que estão trilhando e de tornarem, enfim, mais amplas, as conquistas e desbravamentos que vão realizando, dentro de um direcionamento comum”. Acredita, ainda, a Professora M. L. Marcílio, que este “é um dos espaços que está faltando em nossa Universidade. Espaço que possibilite uma flexibilidade horizontal de projetos interdisciplinares, além de uma necessária espontaneidade, que uma comunicação intelectual minimamente criativa exige. Nele situa-se um dos anseios e uma das reivindicações mais constantes dos jovens pesquisadores de hoje”. Dentro deste espírito insere-se, assim, o primeiro volume de suas publicações, o que temos o prazer de registrar. Seu trabalho, informa o autor, é parte de sua monografia de mestrado, no

Departamento de História da Univ. de São Paulo, sob orientação da Professora Marcílio. Introdução; A Igreja e o Casamento; Características da ilegitimidade, são os tópicos do trabalho, seguidos de considerações finais e bibliografia. Numerosos gráficos ilustram a pesquisa, realizada, como o título o indica, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Um segundo volume da série vem de ser publicado e já se encontra devidamente registrado neste número, na transcrição, que fizemos, do prefácio que lhe apôs a Professora Maria Luiza Marcílio (p. 106), a quem devemos a gentileza da remessa das duas publicações do Cedhal. ONM

Zama, César – Os três grandes capitães da Antigüidade. Volume 1: Alexandre. Quarta edição. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987. 185 p. (Publ. nº 561; Col. General Benício, v. 250).

César Zama, escritor baiano (1837-1905) tornou-se conhecido por alguns livros de divulgação histórica acerca de personagens significativas da História Antiga: **Os três grandes oradores da Antigüidade** (Péricles, Demóstenes e Cícero), **Os três grandes capitães da Antigüidade** (Alexandre, César e Anibal), **Os reis de Roma e Poetas e prosadores latinos**. Foi médico, serviu na Guerra do Paraguai, entrou na política e foi deputado, provincial e geral, no período que se estende de 1878 até a proclamação da República, com um pequeno intervalo de apenas dois anos. Implantado o novo regime, participou da Constituinte de 1890/91 e foi deputado à legislatura subsequente. Possuía excelente cultura humanística, conhecia bem os clássicos latinos, que lia com facilidade. Daí o interesse pelas figuras que estudou. Escritos em fins do século passado, seus livros só vieram a público no início do atual. Tanto que não figuram em Sacramento Blake que, dele, só arrola a tese de doutorado (1858) e alguns discursos parlamentares, um dos quais sobre a Questão Religiosa. De seus livros, o que se tornou mais conhecido foi **Os três grandes capitães da Antigüidade**, que alcançou quatro edições. O autor reconhece que não oferece nada de novo e original; apenas reproduz “na língua que falamos o que colhi do que outros escreveram antes de mim”. Levou-o à elaboração do livro o constatar que ninguém, no Brasil até então, havia se ocupado de qualquer um dos seus três “grandes capitães” e, menos ainda, “que ninguém os tenha reunido e comparado numa só obra”. O que, de fato, não deixa de ser uma originalidade do autor baiano. A Biblioteca do Exército dispôs-se a reeditar César Zama, mas em vez de fazê-lo num só volume, como nas edições anteriores, dividiu-o em dois, o primeiro, sobre Alexandre, publicado no ano passado e o

segundo, abrangendo César e Anibal, figurando na programação do corrente ano. Apresentando o volume, informa o responsável pela reedição que “em seu livro, o autor conta a História da Antigüidade, seus costumes, política, moral e ética, de forma amena e divertida. Nele afloram a natureza humana e os ingredientes sociais que tanto influem no desenrolar dos acontecimentos”. Aguardemos, pois, os outros dois “grandes capitães”. ONM

## PERIÓDICOS

**Ágora**, ano 2, nº 6, dezembro de 1987. Assoc. de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Número todo dedicado a José Honório Rodrigues. **Conteúdo:** Lembrança de José Honório Rodrigues (Walter F. Piazza); José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da arquivística brasileira (Iaponan Soares); José Honório Rodrigues, o historiador combatente (J. S. Witter); José Honório Rodrigues e a Paraíba (José Octavio). (Cortesia do Editor).

**Boletim de Geografia Teorética**, vol. 16/17, nºs 31/34. Rio Claro, 1986/7. Volume especial, consagrado ao I Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado na cidade de Águas de São Pedro, de 5 a 10 de abril de 1987. Além de mesas-redondas sobre “Ensino universitário e Pós-Graduação em Geografia”, “Teoria e pesquisa em Geografia” e “A atuação do geógrafo como profissional” (que ocupam as primeiras 150 páginas do volume) apresenta este mais de 50 comunicações de geógrafos do Brasil e diversos países latino-americanos. (Cortesia da Editora).

**Cuadernos Hispanoamericanos**, 451/2, Enero/Febrero 1988. Volume especial sobre “Los negros en América”. **Conteúdo:** El negro en Iberoamérica (Nicomedes Santa Cruz); La tradición religiosa africana en la literatura afro-hispánica actual (Shirley Jackson); El regalo especial de la literatura (ídem); La (sín) tesis de una poesía antillana: Palés y Spengler (Anibal Gonzalez); Lo popular y lo culto en la poesía dominicana (Bruno Rosario Candelier); La emigración a Nueva York en el cuento puertorriqueño (Rafael Falcon); El tema del negro en el cuento puertorriqueño (ídem); El tráfico de esclavos en Chile en el siglo XVIII (Adela Dubinovsky); Música y comportamiento festivo de la población negra en Lima colonial (Juan Carlos Estenssoro Fuchs); La narrativa antiesclavista en Cuba (Salvador Bueno); “Cecilia Valdés”: el nacimiento de una novela antiesclavista (William Luis); Azúcar/poder/literatura (Antonio Benitez Rojo) De la plantación a la Plantación (ídem); Lenguaje, dinero, pan y sexo en “El bufo cubano” (Matias Montes Huidobro); El álbum de Domingo del Monte (Adriana Lewis Galanes); Las pérdidas “Elegías cubanas” de Rafael Matamoros y Téllez (Adriana Lewis Galanes/Rolando Hernandez-Morelli). Cortesia do Consulado Geral da Espanha, de São Paulo.

**D. O. Leitura.** Publicação cultural da Imprensa Oficial do Estado. Nºs 68 a 72, janeiro a maio. São Paulo, 1988. **Conteúdo:** Nº 68 (edição comemorativa do centenário da Abolição): Vida e morte de Zumbi dos Palmares (Décio Freitas); Quilombagem e Abolicionismo: divergências e convergências (Clóvis Moura);

José Bonifácio: o primeiro projeto (Raul de Andrada e Silva); O protesto do escravo e a abolição (Maria Helena Pereira Toledo Machado); Abolição ou mistificação? (Eduardo Maffei); Escravidão: violência e terror (Roberto Machado Carvalho); Resistência e candomblé (Diamantino Fernandes Trindade); Abolição e reforma agrária (Joaquim Nabuco); Aspectos jurídicos da Escravidão (Célio Debes); República, mas sem Abolição (Lycurgo de Castro Santos Filho); O Parlamento e a Abolição (Antônio Barreto do Amaral); 13 de maio, data revolucionária (Mário Maestri Filho); Fontes para a história da Abolição (Odilon Nogueira de Matos); "Quilombos, resistência ao escravismo" (Oracy Nogueira); "Escravo ou camponês? o protocampesinato negro nas Américas" (idem). Registro bibliográfico. Nº 69: Folclore do Recife, de ontem e de hoje (Mário Souto Maior); A rede de dormir e o "pão da terra" (Thekla Hartmann); Imigrantes italianos: o começo difícil (Lucy Maffei Hutter); Os primeiros mapas do Brasil (Rosemarie E. Horch); Horóscopo (Geraldo Pinto Rodrigues); A legislação do trabalho feminino no Brasil (Ângela Maria Carneiro Araújo); As ortografias que nos ameaçam (José Lara); Comentários e registros bibliográficos. Nº 70: Bandeirantes no Tapê: a guerra santa conta os paulistas (Júlio Ricardo Quevedo dos Santos e Getúlio Xavier Osório); Centenário em surdina: a história de uma anarquista (Miriam L. Moreira Leite); Dicionário de escritoras brasileiras (Nelly Novaes Coelho); O "perigo amarelo": japoneses no Brasil (Arlinda Rocha Nogueira); Sobre a tua grande face (Hilda Hilst); A cruz e a senzala: a Igreja no Brasil escravista (Mário Maestri); A literatura infanto-juvenil de Graciliano Ramos (Neide Medeiros Santos); As origens da Umbanda: mitos e ideologia (Liana Maria Salvia Trindade); Tecnologia indígena entre nós (Thekla Hartmann); Os tenentes também eram românticos (Rosa Maria Gusmão de Sampaio Torres); Registro bibliográfico. Nº 71: Menotti à beira do século (Israel Dias Novaes); A noite das vaias (Menotti Del Picchia); A primeira médica brasileira (Maria Regina Simões de Paula); Arte: especificidade e compromisso (João Batista B. de Brito); Literatura infantil em discussão (Hildiberto Barbosa Ficho); Entre a comédia das flores e a festa dos Palmares (Márcio Barbosa); Jorge Andrade revisitado (Marleine Paula); A procissão dos pobres (Rosa Ester Rossini); Os pais da História do Brasil esqueceram-se dos escravos (Mário Maestri); Leituras dialéticas (Oracy Nogueira); A "farra do boi" e o Direito (J. Nascimento Franco); Registro bibliográfico. Nº 72: A caçara paulista: minoria esquecida (Kilza Setti); Gilberto Freyre e o folclore (Mário Souto Maior); Monteiro Lobato: do trágico ao humorístico (Paulo Dantas); O gigante taciturno: Gastão Cruls (Elias Miguel Raide); A comédia do desenvolvimento (José Edilson de Amorim); Evolução (Machado de Assis; A liberdade do índio e a escravidão do negro (Décio Freitas); Quintal mágico (Ana Mae Barbosa); A lenda do milho (Altino Berthier Brasil); Índice dos números de junho de 86 a maio de 87; Registro Bibliográfico. Contactos: Imprensa Oficial do Estado, rua da Mooca, 1921 São Paulo 03103.

**Geografia**, vol. 12, nº 23. Rio Claro, abril de 1987. **Conteúdo:** A representação gráfica da informação geográfica (Márcia Maria Duarte dos Santos), Urbanização e política de desenvolvimento regional no Estado da Bahia (Barbara-Christine Nentwig Silva e Sylvio B. de Mello e Silva); Mudanças recentes na organização do espaço rural no litoral sergipano (José Alexandre F. Diniz, Vera L. Alves França e Lilian de Lins Wanderley); São Borja: transformações no espaço agropecuário; o processo de despecuarização (Meri Lourdes Bezzi e Lúcia Helena de Oliveira Girardi); O potencial turístico do litoral alagoano com base em seus ambientes naturais costeiros (Maria Hilde de Barros Goes);

Antecedentes para el estudio de la Geografía del futuro en Chile (Alfredo Sanchez Muñoz); notas e resenhas por Helmut Troppmair, Maria Eugênia Ferreira, Geraldo Müller, Antonio Christofolletti, Miguel Cezar Sanchez, Myriam Cecilia Rolim Prochnow, Maria Juraci Zani dos Santos, Pompeu Figureiredo de Carvalho, Aldomar Aranaldo Rueckert, João Francisco de Azevedo, Ana Tereza Cortez Moraes, Reinaldo José Bertini e Lígia Celoria Poltronieri (Cortesia da editora; contatos: Caixa postal 178, Rio Claro/SP, 13500).

**Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 65. Univ. Fed. de Minas Gerais. Belo Horizonte, julho de 1987. **Conteúdo:** Reação oligárquica e avanço centralizador em Minas Gerais (Maria Efigênia Lage de Resende); Entidade de classe: mecanismos de pressão política (Evantina Pereira Vieira), Corporativismo, legislação sindical e política organizacional do trabalho em Minas Gerais, 1931/1939 (Carla Maria Junho Anastasia); PTB, Sindicato-Estado no Brasil: autonomia ou interdependência? (Lucília de Almeida Neves Delgado); Historiografia e movimento operário: o novo em questão (Eliana Regina de Freitas Dutra e Yonne de Souza Grossi); As diretrizes metropolitanas, a realidade colonial e as irmandades mineiras (Caio C. Boschi); A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação (Beatriz Ricardina de Magalhães. (Cortesia da UFMG).

**Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, nº 3. São Paulo, 1986/87. **Conteúdo:** A motivação matrimonial nos casamentos mistos de escravos (Eliana Goldschmidt); Alguns aspectos comparativos da cultura de livro em relação à Independência do Brasil e da América Inglesa (Nancy Naro); From Family Clans to Class Alliance: the Relationship of Social Structure to Economic Development in 19th Century São Paulo (Elizabeth Kuznesof); Subsídios para o estudo da emigração açoriana para o Brasil, 1836-1842 (Manuel J. Pinto dos Santos); Ditadura e democracia: o exemplo alemão (Michael Prinz); A violência na sociedade colonial: o crime no Rio de Janeiro no final do século XVIII (Corcino Medeiros dos Santos); Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração (Jörn Rüsen); A correspondência consular no Arquivo dos Negócios Estrangeiros em Paris (Maria Beatriz Nizza da Silva); Entrevista com Mariano Pereira dos Santos, um ex-escravo de 122 anos (Marcia Graf); Resenhas; Comentário bibliográfico; Noticiário. (Cortesia da SBPH).

**Revista de Ciências Sociais**. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987. Vol. 1, nº 2. **Conteúdo:** número todo consagrado ao tema "As mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina", com colaboração de Juan Enrique Vega Patri, Maria Del Carmen Feijóo, Celi Regina Jardim Pinto, Maria Noemi Castilhos Brito, Piera Paola Oria, Marcelo Baquero Reis Prá, Maria Valéria Junho Pena, Sílvia Rodríguez Villamil, Graciela Sapriza, Elizabeth Souza Lobo, Julia Sílvia Guivant, Sueli Kofes, Cláudia Fonseca, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Ruth Corrêa Leite Cardoso. (Cortesia da UFRGS).

**Testemunho**, nº 3. Revista anual do Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, Juiz de Fora, 1987. **Conteúdo:** Por que ler Santo Tomás de Aquino hoje (Frei Pedro Secondi); A ética do advogado segundo São Tomás de Aquino e o Estatuto da OAB (Almir de Oliveira); Tannhäuser (Wilson de Lima Bastos); O Ouro do Reno (Noemi Teixeira Vieira); Aspectos éticos no prólogo da Tetralogia de Wagner (Mozart Geraldo Teixeira); O conteúdo filosófico e o teológico do "Anel do Nibelungo" de Richard Wagner (Franz J. Hochleitner); O Crepúsculo dos Deuses (Celina Viegas); É a arte uma ilusão? (Celina Ribeiro Mattar). Contactos: Rua Brás Bernardino, 73, Juiz de Fora, MG, 36013. (Cortesia do Instituto).

## NOTICIÁRIO

## MÁRTIRES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS NOS ALTARES

A santidade é intimamente relacionada com os dons do Espírito Santo, se não mesmo uma síntese deles, como podem ser vividos na prática. Oportuno, por isso, dedicarmos nosso comentário de hoje, vigília de Pentecostes, aos três novos santos, todos padres jesuítas, canonizados por João Paulo II, esta semana, no Paraguai, e que foram beatificados por Pio XI, em 1934: Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João Del Castillo.

Eles são mártires ou protomártires (precursores de mártires) da fé nessa grande aventura espiritual – “Conquista espiritual” – que foram as missões jesuíticas na América Meridional. Diferem essas missões das aqui promovidas pelos portugueses, que não permitiram aos jesuítas a organização de um verdadeiro Estado dentro do Estado, como o foram as reduções do Paraguai. Daí também a hostilidade dos bandeirantes paulistas às reduções do Sul, onde se dirigiam à busca de mão-de-obra escrava e em conflito aberto com os padres da Companhia aqui estabelecidos e por isso afinal expulsos.

Que pretendiam os jesuítas do Paraguai-Uruguai, ou melhor, das **Missiones**? Construir uma **Civitas Dei** na floresta virgem, defendida até a exaustação do pecado e voltada ao louvor do Senhor – **ad majorem Dei gloriam** do lema da Companhia de Jesus?

O ator Robert de Niro, num filme brilhante – **A Missão** –, deu-nos idéia dessa empreitada, criando o clima dos primeiros contatos entre padres e índios selvagens. Aqueles jamais utilizando-se da coerção, preferindo morrer a matar, e atraindo-os por meios suasórios, notadamente a música e o artesanato.

Ao contrário do que aconteceu em civilizações antigas como as da China e do Japão, os jesuítas não formaram nas reduções um clero indígena, assim como não o fizeram no Brasil. Grandes missionários, como se depreende das obras de Montoya e Sepp, talvez os quisessem afastados das tentações do poder ou os preparassem para fazê-lo em um estágio cultural mais elevado.

Os padres tinham a convicção, como observou René Fülopp-Müller, de que os índios aul-americanos no seu estado adâmico

estavam melhor aparelhados para a construção da Cidade de Deus do que os “civilizados” europeus ou mesmo as avançadas culturas que se situavam acima do Equador, também no continente americano.

A conduta exemplar dos padres sob todos os pontos de vista deu-lhes autoridade necessária à formação de um Estado fundado nos direitos humanos dos índios. Estes índios foram certamente os inspiradores do “bom selvagem” de Voltaire, mas nada teriam sido sem a arte da doutrinação dos padres, que o testemunho da história – serenadas as paixões – mostra não ter sido uma lavagem cerebral tão em moda, mas uma sincera conversão a Cristo Salvador.

Os jesuítas provaram que era possível construir uma sociedade perfeita ou quase perfeita – não existiam a escravidão e a usura nas reduções – apenas pelos métodos da formação moral e religiosa. O autor austríaco, escrevendo há quase sessenta anos, em pleno terror stalinista, levantava a questão do grande número de vítimas do comunismo na Rússia, ainda no seu tempo, e do êxito dos jesuítas do Paraguai em construir um Estado ideal, como sonharam os clássicos da utopia, em todos os tempos. Moore ou Campanella, por exemplo. É que os jesuítas escreviam sobre um papel em branco.

Nesse cenário se inserem, como pioneiros, como testemunhos de Cristo no martírio, os três missionários ora canonizados no Paraguai. Já era tempo de essa empreitada, que tanto entusiasmou os enciclopedistas, ser reconhecida em seu verdadeiro caráter de obra ou conquista espiritual, voltada, portanto, à salvação das almas. Um empreendimento religioso, que provou a validade de seus métodos suasórios, notadamente da música, como já vimos e o mostra o filme de início citado. Antônio Sepp, que conheceu Antônio Vieira, relata como foi incumbido de construir em plena selva um órgão, para acompanhar as funções litúrgicas. Roque, de 45 anos, era paraguaio.

Os três jesuítas foram mortos separadamente pelos índios guaicurús, famosos cavaleiros que ainda no século XVIII incomodavam os monçoeiros paulistas e de quem nos dão notícia os dois Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Mário Neme. Sua morte em 1615, levou a uma revisão dos métodos de catequese, com tanto êxito que o mundo se quedou admirado, embora o Tratado de Madrid (1750), entre portugueses e espanhóis, cuidasse de destruí-los pela força armada, condenando à ruína os **pueblos** e à destruição as tribos, que ainda assim constituíram o cerne do povo paraguaio. H. D. (Hélio Damante), na seção “Movimento Religioso” de “O Estado de S. Paulo”, de 21-5-1988.

## PETER L. EISENBERG

Com o falecimento em Campinas do Professor Peter Louis Eisenberg, não apenas o Departamento de História da UNICAMP, mas a própria historiografia brasileira, perde um dos seus grandes estudiosos e um dos seus mais operosos mestres. Deixou numerosos trabalhos de alta qualidade científica. Eisenberg preparava sua tese de livre-docência, intitulada **Da agricultura de subsistência para a lavoura de exportação: Campinas. 1765-1830**. Profundo conhecedor dos arquivos campineiros, nos quais pesquisava há muitos anos, publicou diversos artigos em revistas especializadas. Tendo nascido nos Estados Unidos, estava há muitos anos no Brasil.

\*

## BAURU PESQUISA SUA HISTÓRIA

A pouca informação sobre a própria história é um dos problemas cruciais do povo brasileiro. Conhece-se apenas a história oficial e informações esparsas sobre acontecimentos históricos estaduais e, principalmente, municipais. Bauru é um dos poucos municípios brasileiros a possuir um serviço especializado, funcionando ininterruptamente no levantamento de fatos e documentos sobre o passado da cidade e região, e oferecendo gratuitamente o seu acervo àqueles que ali se interessarem em pesquisar. É o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Bauru, mantido pela Universidade do Sagrado Coração, desde outubro de 1983.

Embora exista oficialmente há menos de cinco anos, o núcleo é o resultado de mais de quatro décadas de pesquisas e coleta de acervo executadas pelo seu coordenador, jornalista e historiador Gabriel Ruiz Pelegrina. Tudo começou em 1946, quando Pelegrina ocupava-se com a leitura de jornais antigos. Não demorou, também começou a escrever sobre a história local e regional, valendo-se de informações obtidas junto a pioneiros, ainda vivos. Por mais de trinta anos colaborou com diversos jornais e revistas, e foi enchendo as prateleiras improvisadas de um quartinho no fundo de sua casa com fotografias, recortes, coleções de jornais e revistas e documentos históricos. Acidentalmente, no começo de 1983, o professor Muricy Domingues, da universidade, conheceu o acervo e tiveram início as conversações para sua absorção pela instituição de ensino.

Chamado pela reitora, Irmã Elvira Milani – recorda Pelegrina – não nutria muita esperança quanto ao empreendimento, mas sua opinião logo mudou ao ser indagado sobre o espaço, a relação de móveis e o pessoal necessários. Um mês depois tudo estava pronto, numa

das dependências da biblioteca e para ali foram transportados milhares de documentos, mais de 600 fotografias e coleções de jornais e revistas editadas a partir de 1908. Com o apoio estrutural da organização de ensino, o trabalho passou a caminhar rapidamente, porque, como ele própria acentua, “é muito mais fácil conseguir informações e documentos para um órgão oficialmente reconhecido do que para o nosso arquivo particular”.

Afora as informações conseguidas através de depoimentos, Pelegrina e sua equipe tem procurado documentos que, em alguns casos, chegam a provocar revisões em informações tidas como de domínio público que, de boca em boca, as novas gerações vieram a conhecer de forma distorcida. Os arquivos de repartições, cartórios e os particulares franqueados pelos proprietários têm sido visitados e o resultado é, sem dúvida, o enriquecimento diário dos lances que compuseram a história local, desde a chegada dos desbravadores, em meados do século passado.

Paralelamente à pesquisa histórica pura, os alunos do primeiro ano de diversos cursos mantidos pela instituição realizam um levantamento envolvendo pesquisas de campo e entrevistas sobre um personagem da cidade. Tanto pode ser alguém do passado como um contemporâneo que exerça com destaque algum tipo de atividade pública, filantrópica, esportiva ou na iniciativa privada. É o projeto “Memória Cultural”, que já produziu monografias sobre mais de 500 personalidades, todas já à disposição dos interessados em pesquisá-las.

Frutos de seus registros, o Núcleo de Documentação já publicou duas monografias versando sobre o escritor Ivan Engler de Almeida e os irmãos Salvador, João e Antônio Ponce Paz, artistas octogenários que sempre viveram na cidade. Tais livretos fazem parte da coleção “Bauru Sempre”, que no próximo número focalizará a música através dos já falecidos professores e maestros Efisio Aneda, Miguel Ângelo Ruiz e Guilherme Barbieri. Em colaboração com Nadyr Nascimento Serra, outro antigo jornalista local, Pelegrina publicou no ano passado um ensaio sobre os oitenta e um anos da imprensa bauruense, de 1906 a 1987. Já se encontram em fase final de preparo os livros “História do Entrocamento Ferroviário de Bauru” e “Reminiscências-I” e em elaboração o “Livro dos Espanhóis” com informações sobre as seiscentas famílias espanholas radicadas na cidade, até a terceira geração, o “Calendário de Bauru”, reunindo mais de mil acontecimentos importantes e “Cem anos de administração pública”, contendo notas e atos oficiais desde 1889, quando o município foi instalado em sua sede original, em Espírito Santo da Fortaleza”, lugarejo hoje absorvido pela zona rural de Agudos.

O Núcleo possui, ainda, farto material sobre as revoluções de 30 e 32, o transporte ferroviário, a aviação no interior e outros temas que têm servido até para elaboração de monografias universitárias. O

funcionamento do “Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Bauru” é de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h30min, rua Irmã Arminda, 10-50.

(Nota de Jair Aceituno, em “O Estado de S. Paulo”, 17-4-188).

**Nota da Redação.** Há alguns anos, pouco após o falecimento do saudoso jornalista José Fernandes, fundador e diretor por muitos anos do jornal “Correio da Noroeste”, de Bauru, o responsável por esta publicação (que, na época, ainda não existia) foi convidado pela família Fernandes para examinar o rico acervo documental de interesse para a história de Bauru, deixado pelo jornalista, que, aliás, sempre se mostrou vivamente interessado pela história da cidade, reunindo, ao longo de sua vida precioso material como pôde ser constatado na ocasião. O responsável por esta publicação chegou a oferecer à família um plano para o aproveitamento sistemático do referido acervo. Circunstâncias diversas, que não vêm a pelo mencionar, determinaram a interrupção do trabalho planejado, o que se agravou mais ainda com a mudança da família de José Fernandes de Bauru e, pouco depois, o falecimento de sua viúva. Seria interessante conhecer-se o paradeiro deste precioso acervo. Teria sido incorporado ao “Núcleo”, aqui registrado? ou teria sido entregue a algum particular, desses que sempre existem em todas cidades, interessados em coisas de seu passado, e sem cuja contribuição ninguém poderá pesquisar a história local, conforme já temos tido provas em diferentes cidades cuja história pesquisamos? Enfim... os tais “homens-arquivos”, a que se referia Tocqueville. ONM

\*

## PERDE A “CAMPINENSE” O SEU FUNDADOR

Com o falecimento de Francisco Ribeiro Sampaio na tarde do dia 7 de maio, perdeu Campinas um dos seus grandes valores. Moral e culturalmente falando. Não era campineiro, mas era como se o fosse, tanto amou esta cidade, e tanto trabalhou por ela. Nascera em Santa Rita do Passa Quatro, a 17 de maio de 1909. Por dez dias teria completado setenta e nove anos. Vivia em Campinas desde o final da década de 30, a princípio como professor de nosso tradicional Ginásio do Estado (o “Culto à Ciência”) e, depois na Universidade Católica.

Nas duas instituições regeu os cursos de Língua Portuguesa, angariando merecida fama de grande professor. Cultor exímio e dedicado da língua, teve, todavia, espírito aberto para outras áreas do saber, do que tive prova nos quase trinta anos em que convivemos, de início na Universidade e, depois, na Academia Campinense de Letras, instituição de que foi fundador e grande animador. Escolheu com critério o grupo inicial do sodalício e presidiu-o por vários anos. Em reconhecimento, a Academia erigiu-lhe o busto quando da inauguração da nova sede e fê-lo presidente

de honra. Foi sempre extremamente dedicado à Academia, que via como a “menina dos seus olhos”. No biênio em que tive o privilégio de presidi-la, tive em Sampaio um dos melhores colaboradores. Jamais se negou a um pedido meu para que proferisse alguma conferência ou mesmo simples fala ocasional a propósito de efemérides literárias ou ocorrências significativas na vida cultural da cidade ou do País. Citaria, para exemplificar, dois casos: as conferências sobre Carlos de Laet e Otoniel Mota, que tive o prazer de incluir nesta publicação, da qual, aliás, diga-se de passagem e como gratidão, foi sempre um entusiasta, animando-me sempre a prosseguir nesta tarefa, que iniciei ao tempo em que o tive como Diretor na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de nossa Universidade.

Era Sampaio um dos poucos sobreviventes (creio que agora resta apenas um...) do grupo inicial convocado pelo saudoso Monsenhor Salim para fundar em Campinas, nos idos de 1941, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, origem, como todos sabem, de nossa hoje grandiosa Pontifícia Universidade Católica. Com a reforma de 1970, que desmembrou as antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em diversas unidades universitárias, Sampaio teve a seu cargo a organização do Instituto de Letras, que dirigiu enquanto suas condições de saúde o permitiram.

Serviu à cidade, ainda, numa passagem, embora rápida, pela política e pela administração, quando integrou nosso Legislativo e exerceu o cargo de Secretário da Educação do Município. Mais afeito a ensinar que a escrever, deixou, contudo, escritos valiosos (alguns em colaboração com o pai, o renomado professor B. Sampaio), sendo de se destacar: **Um poeta campineiro: B. Sampaio, Santa Teresa de Jesus e outros escritos, Renembranças e Palavra, pátria minha.** ONM

\*

## PRESERVANDO A MEMÓRIA DA SANTA CRUZ

Tivemos conhecimento, há pouco, de uma exposição de jornais e revistas de bairros, realizada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no antigo Distrito de Santa Cruz. Santa Cruz — sabem-no todos os que têm algum conhecimento da história do Rio de Janeiro — é uma das regiões mais “históricas” do antigo Distrito Federal. Sede de importante fazenda dos jesuítas, encampada pelo governo após a expulsão dos discípulos de Santo Inácio, tornou-se local privilegiado ao tempo de D. João VI, que restaurou a fazenda, fazendo-a ponto de viliatura, visitada e descrita por inúmeros viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil no século passado. Um deles, Debret, desenhou-a, num documento iconográfico precioso. Todos os historiadores do Rio de

Janeiro evocaram-na em páginas repletas de magníficos ensinamentos: Lamego, Noronha Santos, Vieira Fazenda, Pizarro e mais recentemente o saudoso geógrafo da Universidade de São Paulo, Renato da Silveira Mendes, que tomou a Baixada Fluminense (ou melhor, as paisagens humanas da Baixada Fluminense) como tema de sua importante tese de doutorado, transformada posteriormente em livro, e no qual a velha Santa Cruz ocupa lugar de destaque. Com ele, ao tempo de suas pesquisas (década de 40), viajamos largamente pela região.

Com passado histórico de tal força, era natural que se constituísse em Santa Cruz uma entidade dedicada a estudos históricos. De fato, assim ocorreu com a fundação, em 1984, do **Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica**, associação civil, sem vínculos político-partidários, sem fins lucrativos, com o objetivo de “realizar pesquisas, divulgar a história local, dinamizar a cultura e desenvolver campanha visando à preservação dos bens culturais da região”, segundo consta do prospecto que gentilmente nos foi enviado pelo Professor Sinvaldo do Nascimento Souza, um dos grandes animadores do **Núcleo** e provavelmente seu próprio fundador.

Belo programa, o do **Núcleo**, que, a ser executado, contribuirá e muito para a preservação da memória histórica de toda a Zona Oeste do antigo Distrito Federal. Mais ainda: digno de ser imitado. Há, atualmente, um grande interesse pela história local, cuja pesquisa vem sendo incentivada por entidades oficiais e particulares e pelas próprias Universidades. O **Centro de Memória** de nossa UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) é um exemplo. Mas, demorou que tal se realizasse em nossa cidade. O autor desta nota, por anos e anos, clamou pela criação de um Centro de Documentação e Pesquisa (ou que outro nome tivesse), sem que ninguém lhe desse ouvidos. Felizmente melhores ventos sopraram e a idéia acabou vingando e efetivamente levada a efeito pelo **Centro de Memória**, em proporções até mais vastas do que inicialmente se pleiteou. Isto, graças ao Professor Amaral Lapa, que, para tal, contou com todo o apoio da Reitoria de nossa UNICAMP.

Mas, o exemplo de Santa Cruz vem provar que, mesmo sem vinculação com universidades ou quaisquer outras entidades oficiais ou particulares, o trabalho pode ser realizado. É só ter alguém de boa-vontade que leve avante a iniciativa. Temos tido notícias, ultimamente, de numerosos “espaços culturais” instalados em antigos edifícios desativados na sua finalidade original (estações ferroviárias principalmente) e que acabaram se transformando em museus. Não basta o museu, por importante que ele seja. Ensina a moderna museologia que um museu não deve ser apenas exposição. Ao lado dela, e sem prejuízo dela, deve ser também um centro de estudos e de pesquisas, dotado de arquivo e biblioteca, aberto à investigação dos interessados. Foi o que, por exemplo, há quase setenta anos, entendeu mestre Afonso de Taunay quando assumiu

a direção do Museu Paulista. Mas, nem todos os museus estão conscientizados deste interesse. A maior parte continua apenas exposição, e nem sempre organizada com muito critério. Mas, enfim, bem ou mal vão cumprindo sua tarefa. O Professor Sinvaldo, que é museólogo, sabe disto melhor que nós. Estou sabendo de numerosas cidades onde isto tem sido realizado. Conheço particularmente duas: Araxá, com a antiga Estação da Oeste de Minas, aliás um belíssimo edifício, e Juiz de Fora, com a antiga estação da Leopoldina.

A notícia que recebemos, do NOPH, anunciava a realização de uma exposição de jornais e revistas da região. Que belo começo para um centro de pesquisa! Uma exposição visando ressaltar a função dos jornais de bairros, enquanto instrumento para a coleta e registro da memória, e daí sua incontestável importância documental. A mostra de Santa Cruz reuniu jornais desde 1908, reproduzindo o catálogo fac-símiles das primeiras páginas de muitos deles. Outro campo importante e pouco pesquisado entre nós: a imprensa menor, de circulação restrita, às vezes a uma cidade ou até a um bairro, mas sem a qual ninguém poderá fazer a história dessa cidade ou desse bairro. Quando a cidade de São Paulo, através de seu Arquivo Municipal "Washington Luís", promoveu a elaboração, através de concurso público, de monografias históricas dos bairros da grande metrópole (e 22 volumes já foram publicados), pensou-se obviamente no aproveitamento dessa preciosa fonte, que é a imprensa local.

Esta publicação, que sempre se bateu pela preservação da memória, especialmente da história local, rejubila-se com a notícia do **Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica**, de Santa Cruz e almeja-lhe longa vida plena de realizações, esperando, ainda, que o exemplo possa ser seguido por outras cidades ou bairros de cidades maiores. E os nossos agradecimentos particulares ao Professor Sinvaldo, pela gentileza da comunicação. ONM

\*

### PAULO C. FLORENÇANO

Com o falecimento de Paulo Camilhier Florençano, ocorrido em Taubaté, no dia 27 de maio, perdeu a cultura paulista e sobretudo a valeparaibana um dos seus grandes valores. Deixou seu nome ligado a vários empreendimentos culturais relativos à preservação da memória histórica de São Paulo. Foi diretor, por muitos anos, da paulistíssima revista **Paulistânia**, órgão do Clube Piratininga, de São Paulo. A capital paulista deve-lhe duas realizações em matéria de memória histórica: a

restauração da chamada “Casa do Tropeiro”, nas imediações do Museu Paulista (Ipiranga) e a organização da “Casa do Bandeirante”, no Butantã. Taubaté, sua cidade natal, deve-lhe, entre outras coisas, a organização do Arquivo e Museu da Municipalidade, do qual era diretor. Publicou numerosos trabalhos sobre velhas fazendas do Vale do Paraíba, bem como sobre o folclore da região, outro campo de seu interesse. Nasceu em 1913, contando, pois, 75 anos de idade. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao Instituto de Estudos Veleparaibanos e a diversas outras entidades culturais. Grande amigo desta publicação, e de seu responsável é com sentido pesar que registramos seu passamento.

## UM POUCO DE MÚSICA

### NOMES PARECIDOS QUE GERAM CONFUSÃO

Na história da música há diversos casos de compositores com nomes muito parecidos e que geram confusões não só entre os menos avisados, como até entre os bem avisados. Por exemplo, Piccini e Puccini, este muito mais conhecido, pois é o imortal autor de **La Bohème**, "**Tosca**", **Madame Butterfly** e outras grandes óperas do repertório internacional. Viveu entre 1858 e 1924. O outro, Piccini, viveu no século XVIII, quase cem anos antes de Puccini. Teve grande notoriedade em seu tempo e ficou famoso por liderar uma corrente adversa às reformas que o grande Gluck pretendia introduzir na ópera. O público parisiense (pois ambos viviam em Paris) dividiu-se entre "gluckistas" e "piccinistas". Pois bem: num livro de Stefan Zweig sobre Mesmer (o criador do hipnotismo), o assunto vem relatado. Mas, o tradutor brasileiro, certamente conhecendo Puccini e não Piccini, pensou tratar-se de erro de imprensa e todas as vezes em que no livro de Stefan Zweig aparece o nome Piccini é ele corrigido para Puccini. E daí esta maravilha: Gluck, mestre de música da corte de Maria Antonieta, brigando com Puccini, que viveu quase cem anos depois...

Outro caso: Schubert e Schobert, o primeiro muito mais conhecido, pois é uma das maiores figuras do romantismo, autor de imensa e variadíssima obra: sinfonias, quartetos, canções, peças para piano, etc... Schobert é pouco conhecido, mas há alguns anos foi lançado em nosso País um disco, aliás excelente, contendo obras de sua autoria. Alguém, comentando o disco, lamentou que justamente na capa se cometesse o absurdo de grafar erradamente o nome do compositor, figurando Schobert e não Schubert... Não atentou o autor da nota sequer para as informações da contracapa, onde teria visto que é Schobert mesmo, nada tendo com o imortal autor da "Sinfonia Inacabada" pois viveu muito antes.

O mesmo ocorre com Auber e Aubert, diferenciados apenas por um "t" final. Auber é uma das grandes figuras da ópera francesa do século passado, nascido em 1782 e falecido com quase noventa anos em 1871; deixou mais de quarenta óperas, praticamente esquecidas hoje, ou, quando muito lembradas apenas pelas suas belíssimas "ouvertures", que se tornaram peças de concerto. Já o outro, Aubert, é moderno; nasceu quando o primeiro já havia falecido e

morreu há menos de vinte anos; ocupei-me dele, na ocasião, lembrando sua participação na vida musical francesa no período de entre-guerras.

E para encerrar, mais um exemplo: Giordano e Giordani. O primeiro, bem mais conhecido, especialmente dos aficionados do lírico, pois uma de suas óperas, **Andrea Chénier**, é das mais representadas em todo o mundo. Faleceu em 1948, deixando mais de dez óperas, todas eclipsadas por **Andrea Chénier**. Já o outro, Giordani, viveu no século XVIII, teve muita notoriedade em seu tempo (óperas, concertos, sonatas), mas é lembrado hoje apenas por algumas canções estimadas pelos cameristas, que freqüentemente as incluem em seus recitais. (Odilon Nogueira de Matos)

\*

### ERROS DE TRADUÇÃO QUE DEFORMAM

É freqüente traduzir-se por **Rapsódia Azul** o título da mais famosa obra do compositor norte-americano George Gershwin, **Rhapsody in Blue**. É tolice refinada. É verdade que “blue”, em inglês, significa azul, mas não neste caso. “Blue”, aqui, é um termo musical, intraduzível. Designa uma forma ou gênero de música, vinculada ao “jazz” e que, como este, surgiu no ambiente negro do Sul dos Estados Unidos. Música nostálgica, sentimental e inspirado nela foi que Gershwin compôs sua mais divulgada obra. Daí denominá-la Rapsódia “in blue”, como quem quisesse dizer “no estilo” ou “na maneira” de “blue”. Nada tem com a cor azul. Mas o erro aparece com freqüência em livros, discos e até num filme sobre a vida do compositor. Ainda recentemente li uma biografia de Gershwin, aliás muito boa, e que no original intitulava-se simplesmente **The Story of George Gershwin**. Ao ser traduzida para nossa língua, foi tolamente batizada pelo tradutor ou editor de **Rapsódia Azul**. E o curioso é que no texto do livro a música é sempre mencionada pelo nome correto: **Rhapsody in Blue**. Donde se conclui que a culpa é mais do editor que do tradutor.

O fato de a terminação francesa “ée”, às vezes poder ser traduzida tanto por “eu” como por “éia”, levou a tradutora de uma história da música de autor francês, lançada no Brasil pela Difel, a mudar o sexo no título da grande ópera de Mozart, **Idomenée**, traduzindo-o por **Idomenéia** e não **Idomeneu**, como deve ser. Tivesse a tradutora o cuidado de consultar algum dicionário de música, verificaria que o título completo da obra (que no livro francês aparecia abreviado) é **Idomeneu, rei de Creta**, não deixando, pois, margem para dúvidas. Quando mostrei à tradutora o

erro em que incidira, ficou aborrecidíssima e procurou logo a editora para a necessária correção no caso de ser o livro reeditado. Mas, parece que nunca foi, tendo ficado na primeira edição.

Na **História da Ópera**, de Kurt Pahlen, publicada no Brasil há alguns anos, a belíssima opereta **O Vendedor de Pássaros**, de Carl Zeller, aparece com o título **O Passageiro**, que não faz nenhum sentido. Percebi logo: o livro foi traduzido do espanhol e lá está **El Pajarero**. Iludido pela semelhança de termos, o tradutor traduziu **Pajarero** por **Passageiro**, quando, na realidade, “pajarero” é quem cuida ou vende pássaros. Poderia quando muito ser traduzido por “Passarinheiro”. Jamais por “Passageiro”.

Ocorre-me outra “mancada” de tradução. Em disco lançado no Brasil, já há vários anos (de matriz francesa), a conhecida “Orquestra Colonne”, de Paris, assim denominada devido ao seu fundador, Edouard Colonne, foi traduzida por “Orquestra de Colônia”, como se se tratasse da histórica cidade alemã, famosa pela sua catedral e pelo perfume universalmente conhecido por “Água de Colônia”. Há outros casos curiosos, que oportunamente comentarei. (Odilon Nogueira de Matos)

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (34)

## A ABOLIÇÃO NAS RUAS DE CAMPINAS

Odilon Nogueira de Matos

Durante toda a chamada “Primeira República”, o que vale dizer até 1930, o dia 13 de maio era feriado nacional, marcado a vermelho na folhinha, com paralização total de todas as atividades e comemorações cívicas nas escolas e nas entidades culturais e de classe. A data recorda, como é sabido, a assinatura da denominada “Lei Áurea”, em 1888, com a qual se extinguiu a escravidão no Brasil. Os primeiros legisladores da República, muitos deles abolicionistas, entenderam por bem inscrever em diploma legal, de modo a ser sempre rememorada, a data que, bem ou mal, representou o coroamento de todos os seus esforços através de uma longa e nem sempre pacífica campanha que agitou a imprensa, a tribuna, as escolas, no sentido de apagar da face do País a mancha que representava acima de tudo uma poderosa herança colonial que a própria Independência não foi capaz de eliminar. E por pouco a República a teria herdado, pois a extinção da escravidão antecedeu de apenas ano e meio a implantação do novo regime.

Inscreveu-se, pois, o 13 de maio em nosso calendário cívico, ao lado do 7 de setembro, do 15 de novembro e do 21 de abril. E de tal maneira que pelo menos três destas datas figuram com extraordinária freqüência na nomenclatura das vias públicas das cidades brasileiras. Já o 21 de abril foi menos aquinhoado. Tiradentes, na realidade, encontra-se presente na denominação de ruas pelo Brasil todo, mas são poucas as homenagens ao 21 de abril ou à Inconfidência, no seu sentido coletivo. Enquanto quase todas as cidades possuem uma Praça da República (Campinas é uma das poucas exceções) e muitas ostentam ruas “da Independência” ou “da Abolição”, poucas recordam o movimento mineiro do século XVIII.

O governo provisório que se implantou no Brasil com a revolução de 1930, entendendo que no País havia feriados demais (e havia mesmo...), cortou a metade deles e entre os suprimidos estava precisamente o 13 de maio. Só neste ano, devido ao centenário da Abolição, foi comemorado com um feriado especial.

O movimento abolicionista, neste particular, teve mais sorte, sendo lembrado de maneira coletiva através de numerosas ruas “da Abolição” ou simplesmente “Abolição”, nas cidades do País. E como se não bastasse, a data de 13 de maio figura, também, com muita freqüência em nossa nomenclatura urbana, de norte a sul. Redundância de homenagens: se já existe da rua “da Abolição”, evidentemente não seria necessária outra lembrando sua data. Mas, estes nomes foram, todos eles (com raras exceções) dados no começo do século ou mesmo em fins do século passado, muitas vezes quando apenas se delineavam as estruturas urbanas das cidades mais novas e, na época, a lembrança do movimento abolicionista (como da República) estava ainda muito viva. É o que explica, por exemplo, que em grande número de cidades a rua 13 de maio situe-se sempre na parte central e mais de uma conheço onde a data foi dada justamente à principal via pública.

Em nossa cidade, a data de 13 de maio foi atribuída à antiga rua de São José, por proposta do vereador Salvador Leite de Camargo Penteado, em sessão da Câmara realizada no dia 28 de maio do mesmo ano em que ocorreu a Abolição, ou seja quinze dias apenas após a assinatura da “Lei Áurea”. A proposta recebeu apenas um voto contrário, o do vereador Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que já havia protestado contra a festividade com que a Câmara recebera a comunicação da lei extinguindo a escravidão no Brasil. Justificou o ilustre médico e vereador afirmando que a mudança proposta, “simbolizando a vitória de um partido sobre outro (de fato, era a vitória dos republicanos...) importava em grave ofensa aos aderentes da causa vencida, pois entre estes contava-se a maior parte dos indivíduos pertencentes às famílias territoriais, cuja influência social é por demais grande e a quem o Município deve em máxima parte o seu estado de prosperidade, etc...”

A rua 13 de maio sempre foi uma das mais importantes de Campinas. Estabelecendo a ligação entre a estação ferroviária e o centro da cidade, tornou-se praticamente via de passagem obrigatória a quem chegasse ou saísse da cidade. Em toda a sua extensão era percorrida pelo bonde nº 5, linha “Estação”. Tornou-se rua de intenso comércio, transformada atualmente, em todas as suas oito quadras, em bem cuidado “calçadão”, a que se deu o significativo nome de “Convívio”. Já o nome de “Abolição”, dado à antiga rua da Ponte Preta, é bem mais recente, datando de 30 de maio de 1923.

Mas, além do movimento e da data, a Abolição é ainda recordada em nossa nomenclatura urbana através dos nomes das principais figuras abolicionistas, a começar pela Princesa Isabel, cuja lembrança permanece talvez exclusivamente por ter sido ela a signatária da famosa lei de 13 de maio. Tanto é verdade, que ela passou à história com o cognome de “Redentora”. Não fora a “Lei Áurea, tenho dúvidas se ela seria

lembrada tal como é. Seu nome figura com freqüência em placas, ora como ruas, ora como praças e até avenidas. Campinas, a este respeito, oferece uma originalidade: é talvez a única cidade do Brasil onde Isabel é homenageada não simplesmente como a herdeira do trono, mas como a regente do Império, que ela o foi por três vezes. De fato, a pequena praça em sua honra, em nossa cidade (em frente à Estação Rodoviária), em vez de chamar-se “Princesa Isabel” (como de comum acontece em outros lugares) chama-se “Regente Isabel”. Não sei de outra cidade onde isto ocorra. Vale observar que a primeira proposta de homenagem à filha de D. Pedro II em ruas de Campinas ocorreu ainda ao tempo do Império, no mesmo mês e ano da Abolição. A rua visada era a “do Rosário”, que mais tarde viria a chamar-se Francisco Glicério, hoje a mais importante artéria da cidade. A proposta foi do Dr. Ricardo, o mesmo que combatera o nome de 13 de maio para a rua de São José. A Câmara, composta em sua maioria de republicanos, não acolheu a idéia. Houve empate na votação e Otto Lagaard, presidente do Legislativo, ao desempatar, deu o voto contrário. Só muitos anos mais tarde, por ato de 24 de novembro de 1921, por proposta de Álvaro Ribeiro, em ato sancionado pelo então prefeito Rafael Duarte, foi o nome de “Regente Isabel” atribuído à pequena praça, na época fronteira à Maternidade, hoje fronteira à Estação Rodoviária.

Tirante a princesa e regente, numerosos outros abolicionistas encontram-se homenageados em nossas vias públicas. Campinas, é bom que se recorde, nunca foi um centro abolicionista. Ao contrário, foi muito mais um centro escravagista, devido à importância que a lavoura do café (e antes, a da cana), toda ela baseada no braço escravo, representava para a cidade e a região. Mas, depois que os dois movimentos (República e Abolição) de uma certa maneira se confundiram, também a campanha abolicionista acabou fazendo seus ecos chegarem até Campinas. Aliás, diga-se, de passagem, que os republicanos custaram muito a se comprometer com o movimento emancipacionista. Tanto é verdade, que o manifesto de 1870 (primeiro manifesto republicano no País) não se refere ao problema da escravidão, certamente com receio de desagradar a classe agrária que tinha seus interesses fundamentados no braço escravo e de cujo apoio precisavam os propagandistas do novo regime. Aos poucos, entretanto, se percebe a evolução: basta confrontar o citado manifesto de 1870 com o de 1887, este já francamente emancipacionista, verberando de maneira contundente a nefanda instituição.

Todavia, uma vez vinda a República, seus primeiros homens não esqueceram aqueles que se bateram pelos dois ideais, pontilhando com seus nomes ruas e praças de todo o País. No que toca à Abolição, a planta de Campinas, além dos já citados “Abolição”, “13 de Maio” e “Regente Isabel”, apresenta os nomes de Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama, Antônio Bento, Visconde do Rio Branco, Senador Saraiva,

Conselheiro João Alfredo e 28 de setembro (data da lei do “ventre livre”, em 1871). Isto, além de alguns abolicionistas locais, como o dr. Antônio Lobo e o Coronel Quirino.

Nunca me conformei com a não existência em Campinas de uma rua com o nome de Joaquim Nabuco, o maior dos abolicionistas e um dos maiores nomes de nossa História. Quando me foi dada oportunidade de suprir tal lacuna eu o fiz, propondo o nome do grande brasileiro à Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos da cidade. Aprovada a proposta e sancionado o ato pelo Prefeito Municipal, foi o nome de Joaquim Nabuco dado a uma pequena rua, de apenas uma quadra, num dos modestos bairros da periferia, quando teria sido mais adequado figurasse ele, por exemplo, numa das belas ruas da Cidade Universitária, na época ainda sem nomes, como vulto expressivo da cultura brasileira que foi. Mas, de qualquer forma, a homenagem foi prestada e é mais um vulto do Abolicionismo nas ruas de Campinas.

TEXTOS  
(Sugestões para seminários)

INFLUÊNCIA DOS MUNICÍPIOS  
(Joaquim Felício dos Santos)

É um fato incontestável na história dos povos, a grande influência que os municípios exerceram no desenvolvimento da civilização moderna: foram nobres suas lutas contra o despotismo e poderes contemporâneos, que lhes pretendiam usurpar os forais e privilégios, e abafar o aparecimento das idéias de liberdade, que aí tiveram princípio. O sistema representativo, filho ingrato que desconhece sua origem, nivelando e cerceando os principais direitos dos municípios, sujeitando-os ao governo central, deixando-lhes só um simulacro de representação popular sem prestígio, sem força, sem meios, sem recursos para fazerem real o fim de sua instituição, tirou-lhes toda a sua antiga importância. Se na organização das sociedades modernas se tivera melhor compreendido o valor e necessidade do elemento municipal, outro seria hoje o nosso progresso social. Todos esses pequenos centros de atividade, trabalhando livre e desembaraçadamente para o progresso e desenvolvimento parcial, muito teriam coadjuvado o progresso e desenvolvimento geral. Mas fez-se o contrário: tirou-se às municipalidades sua legítima representação, que se confiou a uma representação geral, muitas vezes espúria, contra a verdadeira expressão da vontade popular, incapaz de prestar a devida atenção aos interesses locais; toda a sua força de meios de atividade foram absorvidos pelo poder central, e elas deixadas na inanição, e ainda sujeitas a uma tutela, sem rendas, sem iniciativa.

Se há um país em que o elemento municipal deverá ser mais considerado, é certamente o Brasil; por seu vasto território, diferentes e várias necessidades de cada uma de suas localidades, quase que isoladas umas das outras e do centro geral pela falta de comunicações, e que todos os dias vão diversamente se caracterizando e distinguindo, não é possível que por meio de disposições gerais se proveja a todos os seus interesses variados e muitas vezes contrários, que pedem providências particulares. Desgraçadamente as tendências da sociedade moderna parecem ser para o completo aniquilamento das municipalidades: elas são amesquinhas, seus direitos são todos os dias cerceados, e, convertidas em corporações

políticas, foram desviadas do belo fim de sua instituição. Temeram esses pequenos corpos palpitantes de vida, recearam o desmembramento, como se o mesmo desmembramento não fosse a consequência da civilização, que se não deve prender e se preferiu concentrar toda a vida, toda a atividade em um só ponto. Utopistas do absolutismo, que invertendo a pirâmide social querem sustentá-la pelo vértice!

(Memórias do Distrito Diamantino, p. 150/151. 5ª edição. Petrópolis, Vozes, 1978. Coleção "Dimensões do Brasil", v. 10).

\*

## LEI DO ESQUECIMENTO (Otto A. Piper)

São duas as principais razões do esquecimento. Uma é que a História produz constantemente novas coisas e novos acontecimentos, enquanto que a mente humana é capaz de lembrar somente um número limitado deles. A outra é que as coisas passadas vão perdendo sua importância pela distância histórica, e rapidamente. Quão poucas são as coisas que constituíram títulos de jornal há um ano atrás e que ainda merecem ser lembradas! Há na História uma necessidade intrínseca que faz o homem esquecer as coisas, embora por natureza ele seja um ser que quer lembrar o passado. Finalmente tudo o que resta do passado é o conhecimento que o homem tem dos indícios e não mais dos acontecimentos e de seus autores. O arqueólogo pode desenterrar toda a sorte de implementos da história antiga, porém eles não lhe contam em que ocasião foram trazidos para a localidade de que foram desenterrados, ou em quais circunstâncias, para que fins e por quem foram usados.

A lei do esquecimento é um jugo humilhante. Os que trabalham na História geralmente anseiam por reconhecimento e por renome. Mas as gerações subseqüentes estão a tal ponto preocupadas com seus problemas que demonstram pouco reconhecimento pela contribuição da precedente para o campo histórico. Simbolicamente, e inúmeras vezes literalmente, os jovens "heróis" de guerra têm que mendigar na velhice.

O esquecimento é um destino inevitável não obstante os esforços dos historiadores de contrariá-lo. A atividade histórica assenta-se nas realizações do passado, uma vez que elas estão incorporadas em instituições, leis, condições e implementos econômicos e culturais, por exemplo, instrumentos, obras de arte e de saber. Mas a vida histórica

requer do homem tanto esforço para a construção do futuro que sobra pouco tempo e energia para lembrar com muitos pormenores como foram lançados os alicerces de nossa própria atividade histórica. Isto explica porque tão raramente as nações aprendem as lições do passado. Não é verdade que o passado nada tem para ensinar. Parece antes que nos defrontamos com a alternativa de ou empenharmo-nos em aprender a lição do passado e nada mais, ou experimentar ao acaso e agir sem direta orientação do passado. Esta alternativa explica porque as nações são tão pouco inclinadas a receber ensinamentos do passado.

Uma vez esquecida uma coisa do passado, é praticamente impossível trazê-la novamente à lembrança. A magia, as religiões de mistério e a pesquisa psíquica têm sido utilizadas para trazê-las de volta. Mas diferindo da história viva o passado tende a tornar-se uma massa indiscriminável que determina as atividades dos vivos em sua totalidade contudo sem pormenores discerníveis. O historiador sabe muito bem que o conhecimento dos registros do passado não equivale a lembrar. O fato passado permanece incompreensível e inexplicável quando desligado das memórias vivas. Estritamente falado, portanto, a esfera das reminiscências históricas limita-se ao campo histórico a que cada um pertence.

(A interpretação cristã da História, p. 96/97.  
Trad. de Percy Favero Schützer. São Paulo,  
1956. Coleção da "Revista de História", v.  
8).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## MÁRIO MELO (1884-1959)

Historiador regional por excelência, Mário Melo (Mário Carneiro do Rego Melo) deixou vasta produção historiográfica de interesse para o Nordeste, mais precisamente para Pernambuco, seu Estado natal. Nasceu no Recife aos 5 de fevereiro de 1884 e na mesma cidade faleceu, aos 24 de maio de 1959. No Recife, realizou toda a sua formação, secundária e superior, diplomando-se em 1907 pela tradicional Faculdade de Direito da capital pernambucana. Exerceu o magistério em diversas instituições culturais de sua terra: Universidade Popular de Pernambuco; Escola de Belas Artes, Escola Técnica de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas. Foi funcionário da Repartição dos Telégrafos, cargo em que se aposentou.

Labutou desde jovem na imprensa recifense, fundando e dirigindo diversos jornais e colaborando em muitos outros. Teve pequena, mas honerosa participação na vida política, como Deputado Estadual de 1948 a 1950. Foi cônsul honorário da Venezuela no Recife. Vinculou seu nome a numerosas entidades culturais: Academia Pernambucana de Letras, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e a diversas outras similares por todo o País.

Ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no qual ingressou em 1909, prestou os mais assinalados serviços. Integrou sua diretoria, como secretário perpétuo e em sua preciosa revista publicou a maior parte de seus trabalhos. Raro o volume da revista, entre 1910 e 1949, ou seja por cerca de quarenta anos, que não trouxesse valiosa contribuição de sua lavra, muitos deles tirados posteriormente em separata. Eis porque a prestigiosa revista dedicou-lhe, por ocasião de seu falecimento, um número especial, de mais de trezentas páginas, todo consagrado ao historiador, transcrevendo tudo quanto se falou e escreveu a propósito de seu passamento, e ainda com alguns inéditos de sua autoria. Enfim, um volume que constitui verdadeira consagração aos seus altos e reais méritos.\*

(\*) Este precioso volume (nº 45, correspondente ao ano de 1960, mas só publicado em 1965), obtivemo-lo por gentileza do historiador pernambucano Fernando da Cruz Gouvêa, a quem testemunhamos nossos agradecimentos.

Apreciando sua obra jornalística, assim se expressou o editorial do citado número da revista do Instituto: “O jornalismo, exercido em sessenta anos de profissão diária, tornou Mário Melo o mais conhecido dos pernambucanos de seu tempo. No entanto, o jornalismo matou, em Mário Melo, uma vocação completa de pesquisador, de ensaísta, de historiador. Escreveu sobre todos os assuntos da história de Pernambuco a vôo de pássaro, por causa do jornal, dos linotipos escancarados pedindo matéria, da opinião pública exigindo seu pronunciamento sobre um cano estourado, uma rua sem nome; e ainda por causa da pobreza que o acompanhou por toda a vida. O jornalista e o chefe de família se aliaram contra o historiador. Apesar disso, ele reagiu quanto pôde, dedicando ao Instituto e à sua revista o melhor dos seus esforços”.

E prossegue o mesmo editorial: “Oxalá o jornalismo lhe não houvesse roubado tanto tempo e ter-lhe-ia sido possível dar a Pernambuco a obra de que o Estado precisava e que ele estava à altura de dar. Apesar dos seus 76 anos, 50 dos quais de escritor, não chegou a realizar obra capital, pela qual ficasse definitivamente conhecido. O que deixou são pedaços de uma grande obra que sempre pensou escrever sob o título geral **Pernambuco**, resumindo tudo o que sabia a respeito de nosso Estado. Tudo mais derivava do seu amor, quase mórbido, à sua terra e à sua gente, tão bem sintetizado no seu ‘ex-libris’: ‘Omnia pro Pernambuco’”.

Pois bem: estes “pedaços de uma grande obra” constituem uma das maiores produções da historiografia regional no Brasil. Também de “pedaços de uma grande obra” compõe-se o riquíssimo legado de um Capistrano de Abreu... Fica-se a pensar no que teria produzido o historiador pernambucano se mais favoráveis tivessem sido suas condições de vida.

#### BIBLIOGRAFIA DE MÁRIO MELO

- A Maçonaria no Brasil.** Recife, 1909.  
**A Maçonaria e a Revolução Pernambucana de 1817.** Recife, 1912.  
**A Fazenda Modelo do Doutor Odilon Maroja.** Recife, 1913.  
**Os crimes do curador Mário Rodrigues Leite.** Recife, 1913.  
**O Arquipélago de Fernando de Noronha.** Recife, 1916.  
**A Imprensa pernambucana em 1918.** Recife, 1918.  
**Pau d'Alho:** geografia física e política. Recife, 1918.  
**S. Severino que se venera na capela do Engenho Ramos.** Recife, 1918.  
**Rios de Pernambuco:** esboço potamográfico. Recife, 1920.  
**Ruas do Recife.** Recife, 1920.  
**Oliveira Lima Íntimo.** Buenos Aires, 1920.  
**A Loja Moçônica 6 de Março de 1817.** Recife, 1921.  
**Corografia de Pernambuco.** Recife, 1921.  
**Esboço da Literatura Pernambucana.** Recife, 1922.  
**Os carnijós de Águas Belas.** São Paulo, 1929.

- Toponímia pernambucana.** Recife, 1931.  
**Dentro da História.** Recife, 1931.  
**Frei Caneca.** Recife, 1933.  
**Aspectos da História.** Recife, 1935.  
**Como vi Portugal (Crônicas de viagem).** Recife, 1936.  
**Aspectos da Etnografia Brasileira.** Recife, 1937.  
**A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista.** Recife, 1941\*  
**Onomástica pernambucana.** Recife, 1944.  
**O afro-indianismo na orografia pernambucana.** Recife, 1945.  
**Primeira Batalha dos Guararapes (preleção para escolares).** Recife, 1948.  
**O centenário da Serra Talhada.** Recife, 1953.  
**Relances da História.** Rio de Janeiro, 1956.

Colaboração na Revista do Instituto Arqueológico,  
 Histórico e Geográfico Pernambucano, com  
 indicação dos volumes respectivos

- 1912 **A Maçonaria e a Revolução Pernambucana de 1817** (XV, 79). (tirado posteriormente em livro)  
 1915 **As academias secretas de Pernambuco** (XVII, 87).  
 1915 **Um patriota de 1817** (XVII, 90).  
 1915 **Comentário ao "Dicionário corográfico do Estado Paraíba** (XVII, 90).  
 1916 **O Arquipélago de Fernando de Noronha** (XVIII, 91). (Publicado em separata)  
 1916 **O Padre Vieira e a restauração pernambucana** (XVIII, 93).  
 1917 **Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa** (XIX, 95/98).  
 1917 **Padre João Ribeiro** (XIX, 95/98).  
 1918 **Proposta sobre a data da Confederação do Equador** (XX, 99).  
 1918 **Confederação do Equador** (XX, 99).  
 1918 **A Revista do Instituto Arqueológico (índice)** (XX, 100).  
 1918 **O canhão encontrado em Pau d'Alho** (XX, 101).  
 1918 **Discurso na reinauguração solene da coluna do antigo Forte do Arraial Novo do Bom Jesus** (XX, 101).  
 1919 **Esboço potamográfico: os rios do Nordeste** (XXI, 103/106). (Tirado posteriormente em livro).  
 1919 **Limites entre Pernambuco e Bahia** (XXI, 103/106).  
 1919 **Minerais em Pernambuco** (XXI, 103/106).  
 1919 **Sexto Congresso Brasileiro de Geografia: a atuação da delegação de Pernambuco** (XXI, 103/106).  
 1920 **Combate de Casa Forte** (XXII, 107/110).  
 1920 **Guerra dos Marimbondos** (XXII, 107/110).  
 1920 **O terremoto de Caruaru** (XXII, 107/110).  
 1921 **Pernambuco e a Independência do Brasil** (XXIII, 111/114).  
 1921 **O Recife** (XXIII, 111/114).  
 1922 **Corografia de Pernambuco** (XXIV, 115/118). (Tirado também em volume).  
 1922 **A bandeira de Pernambuco** (XXIV, 115/118).  
 1923 **O Monte das Tabocas** (XXV, 119/122).  
 1923 **Proposta em homenagem a Pereira da Costa** (XXV, 119/122).  
 1924 **Parecer sobre a "História da Confederação do Equador", de Ulysses Brandão** (XXVI, 123/126).  
 1924 **O suplício de Frei Caneca** (XXVI, 123/126).

(\*) Deste trabalho, publicado também nos **Anais do III Congresso de História Nacional**, foi extraída a "seleta" do presente número.

- 1925 Catálogo de manuscritos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (XXVII, 127/130).
- 1925 Sobre o povoamento do solo de Pernambuco (XXVII, 127/130).
- 1926 À Margem da Revolução de 1824 (XXVII, 127/130).
- 1927 O brasão do Recife (XXVIII, 131/134).
- 1927 Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos, 1ª parte (XXVIII, 131/134).
- 1927 Exposições pernambucanas (XXVIII, 131/134).
- 1927 As heroínas de Tejucupapo (XXVIII, 131/134).
- 1927 A origem da máquina de escrever (XXVIII, 131/134).
- 1927 Origens de algumas famílias pernambucanas (XXVIII, 131/134).
- 1927 Pernambuco, pioneiro do descobrimento (XXVIII, 131/134).
- 1928 Antigüidade do açúcar no Brasil (XXIX, 134/142).
- 1928 Arqueologia pernambucana, I (XXIX, 134/142).
- 1928 Os carnijós de Águas Belas (XXIX, 134/142) (publicado também na "Revista do Museu Paulista").
- 1928 Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos, II (XXIX, 135/142).
- 1928 A igreja mais antiga do Brasil (XXIX, 135/142).
- 1928 Lendas pernambucanas: a furna da Serra Talhada (XXIX, 135/142).
- 1928 Limites entre Pernambuco e Paraíba (XXIX, 135/142).
- 1930 A casa da moeda em Pernambuco (XXX, 143/146).
- 1930 Toponímia pernambucana (XXX, 143/146). (tirado também em volume)
- 1930 A Ilha de Itamaracá (XXX, 143/146).
- 1930 A Torre Malakoff (XXX, 143/146).
- 1931 Em romaria ao passado (XXXI, 147/150).
- 1931 A evolução da Capital de Pernambuco (XXXI, 147/150).
- 1931 Frei Caneca (XXXI, 147/150). Tirado também em volume.
- 1931 Os pelourinhos do Recife (XXXI, 147/150).
- 1931 Projeto para o escudo do Recife (XXXI, 147/150).
- 1932 Arqueologia pernambucana, II (XXXII, 151/154).
- 1932 O brasão de Duarte Coelho (XXXII, 151/154).
- 1932 Família Carneiro da Cunha (XXXII, 151/154).
- 1932 Genealogia luso tupi: Arcoverde-Albuquerque (XXXII, 151/154).
- 1932 Genealogia municipal de Pernambuco (XXXII, 151/154).
- 1932 João Fernandes Vieira não era bastardo (XXXII, 151/154).
- 1932 A República dos Palmares (XXXII, 151/154).
- 1933 Adornos indígenas (XXXIII, 155/158).
- 1933 A origem brasileira da família Drumond (XXXIII, 155/158).
- 1933 A primeira feitoria de Pernambuco (XXXIII, 155/158).
- 1933 O primeiro médico brasileiro (XXXIII, 155/158).
- 1935 Etnografia pernambucana: os xucurus de Ararobá (XXXIII, 155/158).
- 1936 Reminiscências da Revolução Federalista (XXXV).
- 1937 Um machado de âncora dos tapuias pernambucanos (XXXV).
- 1937 O primeiro vigário de Pernambuco (XXXV).
- 1939 A Guerra dos Mascates através da correspondência do Governador Geral do Brasil (XXXVI).
- 1939 A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista (XXXVI). (Publicado também nos "Anais do III Congresso de História Nacional, Rio, 1942).
- 1939 A Guerra dos Mascates: documentos inéditos (XXXVI).
- 1939 Uma relíquia do Brasil holandês: a figura de pedra da antiga rua da Cruz (XXXVI).
- 1943 Artur da Mota Alves (XXXVII).
- 1943 José de Barros Falcão de Lacerda (XXXVII).
- 1943 Síntese cronológica de Pernambuco (XXXVII). (Tirado em Separata)
- 1944 O movimento patriótico do município de Triunfo (XXXIX).

- 1944 **A naturalidade do semeador da liberal democracia no Brasil**: biografia de Arruda Câmara (XXXIX).
- 1944 **Pernambuco ante a Revolta da Esquadra** (XXXIX).
- 1945 **O afro-indianismo na orografia pernambucana** (XL). (Tirado em separata).
- 1945 **Antecedentes da autonomia em Pernambuco** (XL).
- 1945 **A furna da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada** (XL).
- 1948 **O governo eclesiástico na Revolução de 1817** (XLII).
- 1949 **Rebelião de frades no século XVII** (XLII).

**Obs.:** O volume 45, da Revista do IAHP, que serviu de fonte para este elenco, inclui dois trabalhos deixados inéditos por Mário Melo: **Recife de Antanho e Aves de Pernambuco: nomes vulgares e científicos.**

## SELETA

## ORIGENS DO NATIVISMO PERNAMBUCO

Mário Melo

A colonização de Pernambuco teve princípios melhores que a das outras capitanias. Duarte Coelho não trouxe como colonos gente ruim. E sempre combateu a presença de degredados. Fidalgo que o era, veio com a sua família à capitania e fez-se acompanhar de luzida corte de fidalgos empobrecidos, como se pode ver da **Nobiliarquia Pernambucana**, de Borges da Fonseca. Fundou, a princípio, a vila de Igarauçu e, dois anos depois, a de Olinda, para sede da **Nova Lusitânia** — batismo que não pegou, de seu feudo.

Homem de descortino largo, não se meteu em aventuras de apresamento de aborígenes ou busca de jazidas. Procurou alicerçar na lavoura a riqueza de sua capitania. Incentivou e protegeu o cruzamento de colonos com os aliados tabajaras e fomentou a criação de engenhos de açúcar. Repelindo sempre os aventureiros, enforcando os malfeitores, foi atraindo da metrópole gente limpa e assim conseguiu que sua capitania atingisse o apogeu, sendo classificada como a que mais prosperou. Seguiram-lhe o exemplo seus descendentes.

No seguinte século era Olinda a mais importante vila do Brasil. São Vicente, que a antecederia, fora tragada pelo mar. A opulência da capital de Pernambuco, fruto de boa administração e da riqueza que lhe proporcionava o comércio do Brasil e do açúcar, era tal que rivalizava com Lisboa. Mais luxo do que em Lisboa, chegavam a dizer, provavelmente com algum exagero.

Não podiam, portanto, deixar de ser orgulhosos os olindenses com essa privilegiada situação. O Recife era apenas praia de pescadores e o porto de Olinda. Na vila, a administração pública, palácios, casas assobradadas de alvenaria, igrejas e mosteiros, a residência dos nobres da terra, dos ricos senhores de engenho que tinham ali mansão de luxo. No povoado, míseros casebres de pescadores, ordinariamente reinóis sedentários, que não se dedicavam ao cultivo do solo.

Veio inesperadamente a ocupação holandesa. Olinda caiu em poder dos invasores. Verificaram estes que a vila fora construída em local

inapropriado à defesa. Arrasaram-na e incendiaram-na. Fortificaram o Recife e aí se estabeleceram, por ser o porto. Durante o governo de Maurício de Nassau, edificou este, numa das ilhas que hoje formam a capital de Pernambuco, a cidade que viria a ser, como foi, a metrópole do domínio holandês no Brasil.

Com a retirada de Maurício de Nassau, que angariara simpatia dos pernambucanos, e a volta ao regime de pressão, desrespeitaram os habitantes as tréguas acertadas entre a Holanda e Portugal, que se libertara do jugo espanhol. E atiraram-se à luta, num esforço desesperado. Não contaram ostensivamente com a metrópole, jungida pelo tratado de tréguas e temente de ser atacada, ao mesmo tempo, pela Holanda e pela Espanha.

Depois de nove anos de guerra, guerra de extermínio, em que os pernambucanos tudo arriscaram e tudo perderam, foram os invasores definitivamente expulsos do Brasil, deixando-lhes a impressão, ante os minguados recursos da metrópole, de que nada deviam a esta e que poderiam mesmo adquirir independência política, pelo haverem vencido um dos povos mais fortes do mundo. Essa impressão era tanto mais arraigada quanto, durante a Insurreição, mandara a Coroa Portuguesa embaixadores à Holanda para negociarem a venda ou até a entrega de Pernambuco aos conquistadores, mediante a paz na Europa. E no período dessas negociações que a Holanda repelira, foram censurados publicamente os que estavam de armas na mão contra os invasores e até lhes fora dada ordem de prisão. Além disso, quando firmada a paz com a Holanda, embora vencedores os pernambucanos, sujeitou-se Portugal a pagar ao vencido uma indenização de guerra no valor de quatro milhões de cruzados, tributo que recaía fortemente sobre o Brasil, incidindo, em grande parte, sobre Pernambuco. Dois grandes exemplos ficaram, da guerra holandesa, no espírito dos pernambucanos da época: que eram povo forte, capaz de lutar contra qualquer potência aguerrida; que, sendo a Holanda república, havia também forma de governo sem rei.

Restaurado Pernambuco e reintegrado à coroa portuguesa, nova questão surgiu. A vila de Olinda fora arrasada e incendiada, em benefício da povoação do Recife, que atingira à categoria de metrópole do domínio holandês no Brasil; esta fora em parte destruída pelos próprios holandeses, por medida de guerra. Era preciso restaurar a capital da capitania de Pernambuco. Por Olinda se inclinavam os principais da terra, com o apoio do governador, então André Vidal de Negreiros, o inspirador da insurreição que deu cabo do domínio holandês e um dos generais da campanha. Pelo Recife se decidia o governador geral do Brasil, então

Francisco Barreto, que, embora não nascido na colônia, fora o comandante-chefe das forças insurretas. Em favor daquele, militavam argumentos tradicionalistas. Em prol deste, razões de ordem militar, de mais peso, sobretudo, porque já era o Recife praça fortificada, com os baluartes que deixaram os holandeses e o grande número de casas. Contudo, retroagiu o Recife à situação antiga de povoação de Olinda.

Refeitos dos principais males da guerra, voltaram os pernambucanos ao trabalho e cuidaram de reedificar Olinda. Pouco a pouco, como a Fenix lendária, foi ressurgindo das cinzas. E voltaram a ocupá-la os filhos da terra, orgulhosos de seus feitos e de sua fidalguia, ostentada em brasões de armas. Enquanto isso, os portugueses, dados mais à mercancia do que à agricultura, pela facilidade de acumular riqueza em mais breve tempo, começaram a estabelecer-se na povoação do Recife, onde, à beira do porto, abriam casas de negócio.

Veio a criação do bispado e o novo pastor trouxe o título de **Olinda**, onde já residiam oficialmente as autoridades, firmando assim a hegemonia da vila, que, automaticamente, subiu à categoria de cidade. Do Senado da Câmara de Olinda eram ordinariamente excluídos os recifenses, a pretexto de que não podiam as eleições em mercadores recair. O orgulho dos olindenses pelos seus títulos nobiliárquicos não tinha limites. Era com verdadeiro desprezo que tratavam aos mercadores do Recife, alcunhando-os de mascates, devido à profissão e às origens humildes com que a começavam, como vendedores ambulantes.<sup>1</sup> Por sua vez, desmedidos nos gastos, para sustento da ostensiva nobreza, muitos olindenses necessitavam de crédito, de adiantamentos e iam cair às mãos da usura, que se radicava na povoação, para onde corria o dinheiro que era

(1) "É posto que alguns portugueses para Pernambuco viessem que, já pela sua educação, já pelo seu nascimento e já pela índole de que eram dotados, faziam justiça aos naturais do País, e fraternalmente os tratavam, eram em número tão limitado, que se perdia no meio do turbilhão de aventureiros aurissedentos, que todos os anos, nus e miseráveis aportavam no hospitaleiro Pernambuco. Desta gente, pois, a mais abjecta de Portugal, ignorante, e sobremaneira mal educada, abundava esta Província. Chegando a Pernambuco, esses forasteiros conseguiam, a troco de algum trabalho pessoal, adquirir 4\$ ou 6\$000 rs; com este fundo compravam cebolas, alhos, etc., etc. e carregados destes gêneros saíam a vender pelas ruas e freguesias do interior. Deste giro mesquinho, se procediam bem e não se embriagavam continuamente, os seus patrícios (que tinham como eles principiado) os livraram fiando-lhes fazendas para venderem aos moradores do campo, e assim arvorados em mascates em breve aqueles estúpidos que em Portugal, nem para criados serviam, tornavam-se capitalistas, e esquecendo-se de seus princípios, julgavam-se superiores à nobreza do País, que tão benignamente os acolhera, e que, entregue ao honorífico trabalho agrícola, os honrava, e favorecia liberalmente em todas as ocasiões. Daqui se vê a razão por que os portugueses nos primeiros tempos foram denominados **mascates**". (Padre Antônio Gonçalves Leitão, **apud** Fernandes Gama, **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**, IV, págs. 56/57).

perdulariamente esbanjado na cidade.<sup>2</sup> Odiavam-se recifenses e olindenses. Em surdina guerreavam-se. Tudo fazia o Recife por libertar-se da tutela dos nobres.

(**Afirmações Nacionalistas: a Guerra dos Mascates**, in "Anais do Terceiro Congresso de História Nacional", vol. 5, pp. 619 a 624. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941)

---

(2) "Em poder desses forasteiros ou mascates, residia todo o comércio; eles portanto eram os que supriam os engenhos, e também os únicos que recebiam as caixas de açúcar. No fim das safras cada senhor de engenho devia uma soma considerável ao mascate que o tinha suprido, e então este inflexível credor instantaneamente o apertava, dando-lhe a escolher, ou pagar-lhe no ano seguinte o duplo do que devia, ou entregar o açúcar a 400 rs cada arroba, açúcar este que ele remetia aos seus correspondentes à razão de 1\$400 rs. Quaisquer destes dois negócios arruinava infalivelmente o miserável agricultor; mas tendo os mascates monopolizado a compra dos açucares, outro remédio não tinham os tristes pernambucanos que sujeitarem-se à vontade do opressor europeu. Desta sorte, em poucos anos tornaram-se os mascates grossos capitalistas e em vez de seguirem as pisadas dos primeiros que para Pernambuco vieram (que só do comércio cuidavam) intrometeram-se nos negócios públicos, introduziram-se no Palácio dos Governadores e finalmente dispuseram-se para levarem a efeito o seu intento, isto é, aniquilar a Nobreza do País" (idem, págs. 57/58).

## RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 177. DO JORNAL AO LIVRO

Há alguns anos, quando lecionava no curso de pós-graduação da Escola Casper Libero, em São Paulo, tive oportunidade de sugerir aos meus alunos uma pesquisa que visasse a um levantamento dos livros que resultaram de artigos publicados primeiramente em jornais. Infelizmente, por motivos diversos, não houve possibilidade de a sugestão ser atendida por qualquer aluno. E como, pouco depois, eu deixei a Escola, foi o assunto posto de lado à espera de uma oportunidade mais propícia... que ainda não ocorreu. Mas, o tema continua me tentando e não fora outra a diretriz dada aos meus trabalhos, eu mesmo nele trabalharia.

Pois bem: há poucas semanas o conhecido jornalista J. Pereira, meu confrade da Academia Paulista de Jornalismo e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, numa das sessões desta última entidade, lembrou a passagem dos 170 anos do “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, e enquanto ouvia sua explanação acerca do que representou o velho órgão da imprensa fluminense no panorama do jornalismo brasileiro, veio-me à mente a importância do grande jornal como fonte para a pesquisa histórica no Brasil. De fato, mais que em qualquer outro jornal, nele se sente a transição jornal/livro, a que de início me referi.

Os leitores mais idosos certamente se lembram do tempo em que as edições dominicais do “Jornal do Comércio” continham cinco ou seis páginas exclusivamente de colaboração sobre os mais diversos assuntos. E numa época em que o grande jornal era dirigido por membros da Academia Brasileira de Letras (Felix Pacheco e Vítor Viana, por exemplo) servia ele como que de órgão oficial da Academia, publicando na íntegra todos os discursos de posse e recepção proferidos nas sessões solenes de ingresso de algum novo acadêmico.

E me lembrei igualmente dos numerosos livros, cuja matéria fora primeiramente publicada no “jornal do Comércio”. Cito,

particularmente, o caso do grande historiador Afonso de Taunay, bem conhecido, pois dele cuidei em livro publicado por ocasião de seu centenário. Afonso de Taunay colaborou no “Jornal do Comércio” com um longo artigo semanal, durante 35 anos! E nada menos de quinze livros de sua imensa “bagagem” foram formados por artigos publicados pelo velho jornal, conforme o autor honestamente declara nos respectivos prefácios. Citaria um só deles: o alentado estudo, em dois volumes, sobre Bartolomeu de Gusmão, o chamado “Padre Voador”.

Este exemplo de Taunay talvez seja o mais expressivo de toda a imprensa brasileira, mas está longe de ser o único. Uma pesquisa cuidadosa, que conviria fosse feita, revelaria inúmeros exemplos, com relação a diversos jornais de todo o Brasil. (18-11-1987)

\*

## 178. AS MEMÓRIAS DE DANTE DE LAYTANO

Quando recebi o último catálogo do prezado amigo Martins, conhecido editor de Porto Alegre e nele vi anunciado **Mar absoluto de memórias**, de Dante de Laytano, não pestanejei: encomendei-o imediatamente pelo reembolso postal. E assim que chegou, também não tive dúvida: pús-me logo a lê-lo, embora para isto precisasse deixar de lado enorme pilha de livros aguardando vez. Mas... quem há de resistir a um livro de memórias de Dante de Laytano? Não há quem nele não veja uma das mais expressivas figuras da intelectualidade sul-riograndense. Historiador, folclorista, jornalista, apresenta belíssima folha de serviços à cultura de seu Estado, para o qual sempre viveu e do qual sempre soube fazer-se intérprete.

Todavia, seu gauchismo não o impediu de projetar-se por todo o País, como o demonstram estas suas memórias. Aliás, pela sua vivência, pela sua incrível capacidade de relacionamento, pela simpatia que sempre soube transmitir, estava realmente o escritor gaúcho em condições de nos legar obra deveras notável de nossa memorialística. Livro mais dos outros que dele próprio, embora tratando dos outros tivesse que falar de si. Se já não existissem as **Minhas Memórias dos Outros**, do campineiro Rodrigo Otávio, Dante do Laytano bem poderia ter dado esse título ao seu livro.

Que galeria de figuras expressivas! Com quanta gente conviveu (ou ainda convive) o escritor gaúcho! E não só de seu Rio Grande, mas do Brasil todo, que por todo ele andou e por toda parte fez amigos. E ainda fora do País, com páginas expressivas sobre escritores portugueses do naipe de Júlio Dantas, Fidelino de Figueiredo, Jaime Cortesão, Mendes Correia, entre outros. Se não há cidade riograndense que não esteja representada

em sua galeria, o mesmo se poderá dizer dos Estados brasileiros, pois pelo Brasil todo se faz presente a sua “caudalosa existência”, para empregar a expressão utilizada pelo prefaciador do livro. E é este mesmo prefaciador quem, ainda, nos adverte que Dante de Laytano “não é apenas um homem: é uma época e uma instituição, do Rio Grande”, pois é daqueles raros “que semeiam confiança e ainda têm na sua plenitude e na sua beleza, a ousadia de viver”.

Em **Mar absoluto de memórias** a terra paulista está representada por páginas magníficas sobre Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Lourenço Filho, Sérgio Buarque de Holanda, José Carlos de Macedo Soares, Antônio de Alcântara Machado, Sérgio Milliet, Menotti Del Picchia, Francisco Pati e Alceu Maynard Araujo, todos eles figuras do convívio de Dante de Laytano, e delas guardou excelentes recordações. Ao muito que já escreveu sobre a história, a sociologia, a literatura, o folclore e a economia de seu torrão natal, junta-se agora este esplêndido livro que não é apenas gaúcho mas também brasileiro. (6-4-1988)

\*

### 179. A PROPÓSITO DA “CAMPINIANA”

Há poucas semanas, esta folha ocupou-se amplamente da nova coleção “Campiniana”, cujo primeiro volume vem de ser publicado pelo Centro de Memória da UNICAMP. Apresentando-o, escreveu o Professor Amaral Lapa que a coleção “tem uma origem e uma história” e acrescentou que “a idéia já percorreu um caminho e passou possivelmente por mais de uma tentativa”. Não julgou necessário o querido amigo e mestre da UNICAMP dizer alguma coisa sobre a origem, a história e o caminho da idéia que, depois de quinze anos, conseguiu vingar para alegria nossa e real satisfação dos interessados na cultura campinense.

A idéia remonta ao bicentenário da cidade, quando, por designação de Lauro Péricles Gonçalves, então prefeito municipal, foi constituída uma Comissão de Publicações, que teve a honra de presidir e que contou com a indispensável colaboração, entre outros, do Professor Amaral Lapa. Numa das primeiras reuniões da Comissão, tive o privilégio de lançar a idéia da “Campiniana”. Apenas não criei o nome. Mas, apresentei a sugestão, por todos aceita, de uma coleção de obras sobre Campinas, não apenas para atender à efeméride que então se comemorava, mas que se revestisse de caráter permanente e pudesse todos os anos ser acrescida de novos volumes, selecionados por uma comissão que para tal fosse designada. Pensou-se não só em obras originais, mas igualmente na reedição de velhos textos sobre Campinas. Coube a Celso Maria de Melo

Pupo, um dos integrantes da Comissão, propor o nome “Campiniana” para a planejada coleção. Infelizmente, ficou tudo “no tinteiro”. Circunstâncias que não vêm a pelo mencionar, tornaram nulos os demorados e cuidadosos trabalhos da Comissão. Alguns anos depois, em três artigos que publiquei nesta mesma folha (dias 6, 13 e 20 de maio de 1977), aos quais intitulei “Por que não uma ‘Campiniana?’”, “Sonho de uma noite de verão” e “Acordando para a realidade”, relatei pormenorizadamente a origem, a história e o caminho da sonhada coleção. Mas, tudo continuou na mesma.

Passou-se o tempo e Amaral Lapa, com o apoio da Reitoria da UNICAMP, teve a feliz idéia de criar o “Centro de Memória”, hoje uma realidade, e no qual conta com valiosa equipe de pesquisadores, ligados ou não à Universidade Estadual, mas todos trabalhando em temas campineiros. Assim, encontrou ele condições de levar avante (talvez melhor “ressuscitar”...) a idéia da “Campiniana”, cujo primeiro volume, já se disse, vem de ser publicado (**Discriminações raciais**, de Cleber da Silva Maciel)\* e mais uma meia dúzia já se encontra anunciada para breve publicação. Com a orientação segura de Amaral Lapa e o valor de sua equipe, podemos ter a garantia de que a “Campiniana”, com a qual um dia sonhamos, será não apenas uma realidade, mas uma realidade à altura de nossa cidade. (27-4-1988)

\*

## 180. FERROVIAS FRUSTRADAS

Daria um livro, e até bastante volumoso, se alguém se dispusesse a escrever sobre os planos e projetos ferroviários no Brasil que “ficaram no papel”, sem o mais leve indício de realização. Uns, por serem mirabolantes, muito além das possibilidades econômicas do País; outros, por terem sido elaborados sem o menor atendimento às exigências técnicas requeridas; outros, por não encontrarem apoio por parte do poder público; outros, por não terem conseguido integralizar o capital necessário, outros, ainda, por terem sido vítimas de verdadeiras sabotagens, quase sempre ocultando intenções bastante duvidosas. Enfim, uma gama imensa de causas a explicar as numerosas frustrações. E isto, no País todo. Verifiquei alguns casos interessantes em São Paulo (que estudei mais particularmente), e também no Rio de Janeiro, em Minas, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Mas, os exemplos repetem-se por todas as unidades da Federação, e isto desde os primórdios de nossa história ferroviária, em meados do século passado.

Acabo de tomar conhecimento de mais uma dessas ferrovias frustradas, desta vez em Santa Catarina. A terra barriga-verde nunca esteve

(\*) Ver, sobre este livro, a seção “Registro Bibliográfico”, do presente número.

na minha “mira” ferroviária. Do Paraná saltei para o Rio Grande do Sul. O que foi pena, pois na terra catarinense ocorreram fatos similares, de um dos quais, vem de dar notícia, em pequeno, mas excelente livro, a Professora Sara Regina Silveira de Souza. Trata-se da “D. Pedro I Railway”, projetada pelo engenheiro Sebastião Antônio Rodrigues Braga, para ligar a cidade do Desterro (a atual Florianópolis) à capital da província do Rio Grande do Sul. O plano remota a 1857, mas a necessária concessão só foi conseguida em 1870. Todavia, a ferrovia jamais foi construída e ainda hoje é pouco citada na historiografia catarinense e praticamente ignorada na história ferroviária brasileira. O primeiro autor a cuidar dela foi o historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, em artigo de difícil acesso, pois publicado em revista de circulação restrita.

À vista disto, houve por bem a autora em retomar o assunto, ligado, segundo sua própria informação, a um projeto mais vasto que pretende abordar vários aspectos históricos da construção de ferrovias em Santa Catarina. Diversos e importantes documentos anexados ao livro esclarecem e fundamentam seu conteúdo, no sentido de mostrar a luta em que se empenhou o engenheiro Rodrigues Braga para levar avante seu empreendimento, frustrado inteiramente pelas mais diversas manobras por parte de pessoas interessadas e de muito mais prestígio na Corte. Com isto, “perderam Santa Catarina e Rio Grande do Sul um excelente meio para escoar sua produção e intensificar a colonização em diversas áreas do Sul”. Mais um capítulo — e dos mais importantes — de nossa frustração ferroviária. (1-6-1988).

\*

## 181. UM MESTRE INESQUECÍVEL

Pela mesma época em que falecia no Rio de Janeiro o escritor Viana Moog, falecia em Porto Alegre outra expressiva figura da cultura sul-riograndense, que deixou brilhante folha de serviços ao seu Estado e, particularmente, à comunidade religiosa a que pertencia. Refiro-me ao pastor metodista Derly de Azevedo Chaves. Conheci-o há mais de meio século, quando o tive como professor no Granbery, o famoso educandário de Juiz de Fora. Derly Chaves, na época em que freqüentei o grande colégio, era diretor da Faculdade de Teologia, o mais importante seminário da comunidade metodista então existente no Brasil. Poucos anos depois de ter deixado o Granbery, a Faculdade de Teologia transferiu-se para São Paulo, encontrando-se atualmente instalada em Rudge Ramos, município de São Bernardo do Campo, onde se ergue verdadeira universidade (embora não tenha ainda este predicado), com numerosos cursos em um “campus”

magnificamente construído. Creio que Derly Chaves não chegou a acompanhar o “seu” seminário nessa transferência. Se a memória não me falha, quando ocorreu a mudança, o grande mestre (dos que mais influência exerceram em minha formação) voltou para o seu Rio Grande do Sul, onde viveu até completar sua jornada terrena, que alcançou mais de noventa janeiros.

Em seu Estado, além do pastorado eclesiástico, dedicou-se à política, tendo sido deputado na Assembléia Legislativa. Grande orador e excelente escritor, deixou obra significativa, embora pouco numerosa, sobretudo de edificação religiosa. Foi pena que, com a sua vivência, não escrevesse um livro de memórias. Ou melhor, escreveu, mas só da parte da infância, um livro primoroso, pleno de humanidade, significativamente intitulado **Guri também é gente**.

Do grande educador ocupei-me, embora ligeiramente, neste mesmo local, por ocasião do falecimento de sua esposa e companheira, Otilia de Oliveira Chaves, outra grande figura cuja vida foi uma lição contínua de humanidade e de experiência cristã. A Derly Chaves fiquei devendo muito de minha formação, já o disse. Sou-lhe grato por muita coisa. Contingências da vida — ele em Porto Alegre, eu em São Paulo e depois em Campinas — ficamos nem sei quantos anos sem nos encontrarmos. Visitei-o uma vez em Porto Alegre, quando ele dirigia o Museu Júlio de Castilhos, da capital gaúcha. Quando de minha posse na Academia Paulista de Letras, foi dele a mais bela e reconfortante mensagem que recebi. Por muitas e muitas coisas, jamais o esqueci nestes quase sessenta anos que nos separam do tempo em que fui seu aluno. Felizes os mestres que são lembrados pelos seus alunos e felizes, igualmente, os alunos que não esquecem os seus mestres. Aqui, pois, esta palavrinha de gratidão e de saudade ao grande professor. (30-3-1988)

\*

## 182. “OLHANDO O PASSADO...”

Tomo para este “rabisco” o título do livro de Enéas Cezar Ferreira, advogado e antigo político que viveu algum tempo em Campinas e que no início deste mês teve o privilégio que poucos alcançam de comemorar seu próprio centenário. Jornal da Capital que dele se ocupou recordou sua carreira. Natural da vizinha Itatiba, formou-se primeiramente em Farmácia e depois em Direito, que foi, ao longo de sua vida, sua verdadeira vocação. Na Faculdade do Largo de São Francisco, que cursou de 1907 a 1911, teve destacada participação na vida acadêmica, pois foi presidente do “XI de Agosto”, a tradicional entidade que congrega os estudantes das

venerandas Arcadas. Apenas formado, veio para Campinas. Aqui constituiu família e dedicou-se à política, princípio como vereador e depois como deputado estadual pelo antigo Partido Republicano Paulista. Nesta função encontrou-o a Revolução de 1930, que extinguiu o Poder Legislativo. Mas, na época, já não mais vivia em Campinas, pois se transferira para a Capital.

Acrescenta a notícia do jornal paulistano uma série de particularidades de sua vida e seu trabalho, traços significativos de sua personalidade, inclusive no cotidiano, a sugerir o que teria a contar, “olhando o passado”, quem alcançou tão longa existência. Apenas uma lacuna: não faz a notícia sequer a mínima referência ao seu livro, talvez o único que publicou, e no qual Campinas está bastante presente, o que demonstra que, mesmo afastado da cidade, dela não se desligou, continuando por muito tempo a colaborar em seus jornais.

**Olhando o Passado...**, subtulado **Saudades** (São Paulo, Obelisco, 1971), reúne, segundo declara o autor, “esparços produzidos em tarefas obrigatórias e sentimentais”, acrescentando que nele nada existe que não seja “pura expressão da verdade”, valendo, assim, como “verdadeiro depoimento”. Enfeixa mais de quarenta pequenos capítulos, na maior parte páginas ocasionais escritas a propósito de comemorações, ou discursos de mais variada natureza, desde o que proferiu em nossa Escola Normal sobre a data da Abolição, até o necrológio de Ramos de Azevedo, na Câmara dos Deputados. Muitas dessas páginas haviam sido primeiramente estampadas na imprensa diária de Campinas e de São Paulo.

A presença de Campinas em **Olhando o Passado** faz-se sentir através de notas sobre grandes figuras campineiras ou que aqui viveram: Antônio da Costa Carvalho, Heitor Penteadó, Francisco Glicério, Ramos de Azevedo, Antônio Benedito de Cerqueira César, Carlos Gomes, Francisco de Araújo Mascarenhas, Ernesto Kuhlmann, Omar Simões Magro, Paulo Pupo Nogueira, Quintino Maudonnet, Pelágio Lobo, Anibal Freitas e Antônio Franco Cardoso. O fato de ser o livro constituído de páginas circunstâncias não lhe tira o interesse. E a propósito dos cem anos do autor, creio que a melhor homenagem que se lhe poderá prestar é recordar seu livro, que teve pouca divulgação e ficou praticamente esquecido. (20-4-1988).

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"  
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିପ୍ଳବ PUKAMP